

BIOSEV S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF: 15.527.906/0001-36
NIRE: 35.3.0034518.5
CVM: 22845

MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

27 DE JULHO DE 2020

ÍNDICE

I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
II. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS.....	5
III. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS.....	8
APÊNDICE A - Edital de Convocação.....	9
ANEXO I - Proposta de Remuneração dos Administradores.....	11
ANEXO II – Remuneração dos Administradores (Seção 13 do Formulário de Referência)...	13
ANEXO III – Informações dos candidatos indicados ao Conselho de Administração (Seções 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência).....	47
ANEXO IV – Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia (Seção 10 do Formulário de Referência).....	53

BIOSEV S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF: 15.527.906/0001-36
NIRE: 35.3.0034518.5
CVM: 22845

MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA DA BIOSEV S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2020

O presente manual tem por objetivo prestar esclarecimentos aos Senhores Acionistas acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária da **BIOSEV S.A.** (“Companhia”), que será realizada no dia 02 de setembro de 2020, às 14h30 horas (“Assembleia Extraordinária e Ordinária”), de modo exclusivamente digital, conforme Edital de Convocação divulgado nesta data como **Apêndice A** deste Manual da Administração, nos termos do Calendário Anual de Eventos Corporativos da Companhia disponibilizado nos seguintes endereços da rede mundial de computadores <http://www.cvm.gov.br>, <http://www.b3.com.br> e <https://ri.biosev.com>.

O presente manual foi elaborado de acordo com o disposto na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), na Instrução CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”), na Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481”), no Ofício-Circular CVM/SEP 02/2020, de 28 de fevereiro de 2020, e nas demais disposições legais e estatutárias aplicáveis.

I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A administração apresenta a proposta para cada uma das matérias constantes da ordem do dia a ser objeto de deliberação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Extraordinária e Ordinária, conforme segue (“Proposta da Administração”):

Em Assembleia Geral Extraordinária

1. Fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social que se encerrará em 31 de março de 2021.

A administração da Companhia submeterá à aprovação dos Senhores Acionistas a proposta de remuneração global dos administradores da Companhia relativa ao exercício social que se iniciou em 1º de abril de 2020 e se encerrará em 31 de março de 2021, nos termos do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 12, inciso I, da Instrução CVM 481, conforme proposta anexa ao presente Manual da Administração na forma do **Anexo I**.

Adicionalmente, a administração da Companhia apresenta as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, conforme exigido pelo artigo 12, inciso II, da Instrução CVM 481, nos termos do **Anexo II** ao presente Manual da Administração.

Em Assembleia Geral Ordinária

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020, bem como conhecer o relatório da administração e dos auditores independentes relativos ao mesmo período.

A administração da Companhia submeterá à apreciação dos Senhores Acionistas (i) as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020, conforme auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes, (ii) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de março de 2020, (iii) o relatório dos auditores independentes, (iv) o parecer do Comitê de Auditoria Não Estatutário da Companhia, e (v) a declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes. Tais documentos foram aprovados pelo Conselho de

Administração sem ressalvas em reunião realizada no dia 27 de julho de 2020, tendo os conselheiros recomendado sua aprovação pelos Acionistas.

Os documentos indicados acima foram divulgados em 27 de julho de 2020 nos seguintes endereços da rede mundial de computadores <http://www.cvm.gov.br>, <http://www.b3.com.br> e <https://ri.biosev.com>. Em 28 de julho de 2020 foram publicados nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOESP e Diário Comercial os documentos (i), (ii) e (iii) do parágrafo acima. Tendo em vista que a publicação destes documentos ocorreu até 1 (um) mês antes da data da Assembleia Extraordinária e Ordinária, a publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações fica dispensada, nos termos do parágrafo quinto do referido artigo.

Adicionalmente, a administração da Companhia apresenta os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481, e do item 10 do Formulário de Referência, conforme **Anexo IV** ao presente Manual da Administração.

Os demais documentos cuja divulgação é exigida pela Lei das Sociedades por Ações e pela Instrução CVM 481 para deliberação de referida matéria estão à disposição dos Senhores Acionistas nos seguintes endereços da rede mundial de computadores <http://www.cvm.gov.br>, <http://www.b3.com.br> e <https://ri.biosev.com>, e na sede social da Companhia, no endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 11º andar, Pinheiros São Paulo, SP.

2. Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

A administração da Companhia esclarece que está dispensada da apresentação do Anexo 9-1-II - Destinação do Lucro Líquido, previsto na Instrução CVM 481, em função da apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de março de 2020. Referida dispensa está baseada na decisão do Colegiado da CVM de 27/09/2011 (Processo CVM RJ2010/14687) e no Ofício-Circular CVM/SEP 02/2020, de 28 de fevereiro de 2020, de acordo com o qual as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício social em questão estão dispensadas da apresentação das informações requeridas no artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM 481.

Pelos motivos acima expostos, a administração da Companhia propõe que o resultado do exercício social encerrado em 31 de março de 2020 seja destinado para a conta de prejuízos acumulados.

3. Fixar a quantidade de membros que comporão o Conselho de Administração para o próximo mandato e deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, indicando o Presidente e o Vice Presidente do Conselho de Administração.

A Companhia propõe fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato de 2 (dois) anos em 8 (oito) membros, o qual se estenderá até a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2022. Com base em referida proposta, o Conselho de Administração da Companhia terá a seguinte composição:

Adrian Gustavo Isman – Presidente do Conselho de Administração
Patrick Julien Treuer – Vice-Presidente do Conselho de Administração
André Roth – Membro Efetivo do Conselho de Administração
Federico Adrian Cerisoli – Membro Efetivo do Conselho de Administração
Enrico Biancheri – Membro Efetivo do Conselho de Administração
Ricardo Barbosa Leonardos – Membro Independente do Conselho de Administração
Philippe Jean Henri Delleur – Membro Independente do Conselho de Administração
Neil Roxburgh Balfour - Membro Independente do Conselho de Administração

Para os fins de cumprimento do Artigo 10 da Instrução CVM 481, a administração da Companhia apresenta as informações constantes dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, em relação aos candidatos indicados a compor o Conselho de Administração da Companhia, conforme **Anexo III** ao presente Manual da Administração.

II. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

A participação e votação na Assembleia Extraordinária e Ordinária, que será realizada de modo exclusivamente digital, poderá ocorrer das seguintes formas:

1. Sistema Eletrônico de Participação e Votação à Distância

A Assembleia Extraordinária e Ordinária será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital MS Teams.

Nos termos do artigo 5º, §3º, da Instrução CVM nº 481/09, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia Extraordinária e Ordinária deverão enviar e-mail ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia (ri@biosev.com) até 2 (dois) dias antes da Assembleia Extraordinária e Ordinária (i.e. até o dia 31 de agosto de 2020), para (i) enviar os documentos de representação necessários (especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital MS Teams) indicados no Edital de Convocação e reproduzidos abaixo, em formato PDF, e (ii) receber as credenciais de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma. O acesso via MS Teams estará restrito a acionistas da Companhia que se credenciarem dentro do referido prazo e conforme os procedimentos acima ("Acionistas Credenciados").

Os documentos de representação necessários, conforme indicados no Edital de Convocação, estão reproduzidos abaixo:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia Extraordinária e Ordinária.	X	X	X
CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, bem como do procurador, se aplicável, que participará da Assembleia Extraordinária e Ordinária ⁽¹⁾	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ⁽²⁾	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso ⁽²⁾	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

⁽¹⁾ Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;

⁽²⁾ Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas.

A Companhia ressalta, ainda, que de maneira estritamente excepcional, em razão das restrições impostas por conta da pandemia do novo coronavírus, aceitará que os referidos documentos sejam apresentados sem reconhecimento de firma ou cópia autenticada, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

Recebida a solicitação e verificados os documentos de identificação e representação apresentados pelos Acionistas Credenciados, a Companhia enviará convites individuais para admissão e participação na Assembleia Extraordinária e Ordinária aos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos na forma referida acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, pelos convites individuais, os Acionistas Credenciados, seus representantes ou procuradores (nos termos da Lei das Sociedades por Ações). As credenciais de acesso recebidas pelos Acionistas Credenciados, seus procuradores ou representantes serão pessoais e intransferíveis. Caso um Acionista Credenciado não receba o convite individual para participação na Assembleia Extraordinária e Ordinária com até 4 horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Extraordinária e Ordinária, deverá entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia com no mínimo 2 horas de antecedência em relação ao horário de início da Assembleia Extraordinária e Ordinária para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do acionista seja liberado mediante o envio de novo convite individual.

Os Acionistas Credenciados, seu representantes legais ou procuradores que comparecerem à Assembleia Extraordinária e Ordinária deverão acessar a plataforma digital MS Teams com a câmera ligada por medidas de segurança, para que a Companhia verifique se a imagem da pessoa que está acessando a Assembleia Extraordinária e Ordinária coincide com a foto do documento de identidade enviado à Companhia. Se, por qualquer motivo, o Acionista Credenciado acessar a plataforma digital MS Teams sem a câmera ligada, ou se sua imagem não corresponder à da foto do documento de identidade enviado à Companhia, seu acesso não será validado e ele não poderá comparecer à Assembleia Extraordinária e Ordinária.

A Companhia recomenda que os Acionistas Credenciados acessem a plataforma digital MS Teams com antecedência de, no mínimo, 40 minutos do início da Assembleia Extraordinária e Ordinária, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e permitir a validação do acesso e participação de todos os Acionistas Credenciados. A Companhia também sugere que os Acionistas Credenciados se familiarizem previamente com a ferramenta MS Teams para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Extraordinária e Ordinária, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a plataforma, principalmente o uso de recursos de áudio e vídeo.

Em cumprimento ao artigo 21-C, §1º, II, da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia informa que gravará a Assembleia Extraordinária e Ordinária, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por Acionistas Credenciados que acessem a plataforma MS Teams para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia Extraordinária e Ordinária.

A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do Ms Teams com equipamento do acionista) que dificultem ou impossibilitem a participação de um Acionista Credenciado na Assembleia Extraordinária e Ordinária.

Os Acionistas Credenciados que participarem da Assembleia Extraordinária e Ordinária via MS Teams, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia Extraordinária e Ordinária, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 21-V, III, da Instrução CVM nº 481/09.

1.1. Acionistas Representados por Procuradores

A Administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em vosso nome relativamente às matérias objeto da Assembleia Extraordinária e Ordinária, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos do Processo CVM RJ2014/3578, fica admitida a representação de acionistas pessoas jurídicas por representantes legais ou mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil, sem que haja a necessidade de tal mandatário ser acionista, administrador da Companhia ou advogado.

Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia Extraordinária e Ordinária, conforme procedimentos acima.

2. Boletim de Voto à Distância

Além do sistema eletrônico de participação e votação à distância, a Companhia adotará, também, o sistema de votação à distância por meio do boletim de voto à distância, em linha com o disposto na Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada, e conforme modelo disponibilizado em 27 de julho de 2020 nos seguintes endereços da rede mundial de computadores <http://www.cvm.gov.br>, <http://www.b3.com.br> e <https://ri.biosev.com> (“Boletim de Voto à Distância”).

Nesse sentido, os acionistas que desejarem realizar a votação por meio do Boletim de Voto à Distância poderão encaminhar suas instruções de voto em relação às matérias da Assembleia Extraordinária e Ordinária por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme detalhado abaixo.

O voto por meio do Boletim de Voto à Distância poderá ser exercido pelos acionistas das seguintes formas:

a) Por instruções de voto enviadas para os seus agentes de custódia que divulgará, dentro dos prazos regulamentares, o mapa consolidado de votação para a Companhia que o divulgará ao mercado. O acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia em até 07 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Extraordinária e Ordinária, ou seja, até 26 de agosto de 2020, inclusive, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia;

b) Por instruções de voto enviadas para instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, que divulgará, dentro dos prazos regulamentares, o mapa consolidado de votação para a Companhia que o divulgará ao mercado. O acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para a instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia em até 07 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Extraordinária e Ordinária, ou seja, até 26 de agosto de 2020, inclusive, salvo se prazo diverso for estabelecido pela instituição financeira depositária; ou

c) Por Boletim de Voto à Distância que deve ser enviado diretamente à Companhia, ao endereço indicado abaixo. Na hipótese de envio do boletim diretamente à Companhia, o acionista deverá enviar a via física do modelo disponibilizado em 27 de julho de 2020 nos seguintes endereços da rede mundial de computadores <http://www.cvm.gov.br>, <http://www.b3.com.br> e <https://ri.biosev.com>, devidamente preenchido, rubricado e assinado e a cópia da documentação indicada no item 1 acima até 07 (sete) dias antes da data da Assembleia Extraordinária e Ordinária, ou seja, até 26 de agosto de 2020, inclusive.

O endereço para o qual os documentos acima mencionados devem ser enviados é:

BIOSEV S.A.
Diretor de Relações com Investidores
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 11º andar, Pinheiros
São Paulo, SP
CEP 01452-919
ri@biosev.com

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas.

A Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem o envio de cópia da procuração e dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação, bem como do próprio Boletim de Voto à Distância, remetendo tais documentos por e-mail para ri@biosev.com, sendo obrigatória a remessa da documentação original do Boletim de Voto à Distância e da cópia de toda a documentação indicada no item 1 acima.

Os acionistas serão comunicados do recebimento da documentação pela Companhia, bem como confirmação de sua validade, nos termos da Instrução CVM 481. Os boletins incompletos ou que tenham sido enviados sem a documentação necessária e os entregues fora do prazo serão desconsiderados e o respectivo acionista, comunicado.

Caso o acionista, após a transmissão da instrução de voto ou envio do Boletim de Voto à Distância, opte por participar da Assembleia Extraordinária e Ordinária (pessoalmente ou por procurador), a instrução de voto mediante Boletim será desconsiderada, caso solicite exercer o voto por meio do sistema eletrônico de participação e votação à distância.

III. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Em consonância com a Instrução CVM 481, todos os documentos de interesse dos Senhores Acionistas para a participação na Assembleia Extraordinária e Ordinária encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede social da Companhia, no endereço acima informado, e nos seguintes endereços da rede mundial de computadores <http://www.cvm.gov.br>, <http://www.b3.com.br> e <https://ri.biosev.com>.

São Paulo, 27 de julho de 2020.

BIOSEV S.A.

Leonardo Oliveira D'Elia

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

APÊNDICE A

Edital de Convocação

BIOSEV S.A.

Companhia Aberta

CNPJ: 15.527.906/0001-36

NIRE: 35.3.0034518.5

CVM: 22845

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

Ficam convocados, na forma da lei, os Senhores Acionistas da Biosev S.A. ("Companhia"), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a ser realizada no dia 02 de setembro de 2020, às 14:30 horas ("Assembleia"), de modo exclusivamente digital, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

Em Assembleia Geral Extraordinária

1. Fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social que se encerrará em 31 de março de 2021.

Em Assembleia Geral Ordinária

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020, bem como conhecer o relatório da administração e dos auditores independentes relativos ao mesmo período;

2. Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de março de 2020; e

3. Fixar a quantidade de membros que comporão o Conselho de Administração para o próximo mandato e deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, indicando o Presidente e o Vice Presidente do Conselho de Administração.

Informações Gerais:

Nos termos do artigo 5º, §3º, da Instrução CVM nº 481/09, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia deverão enviar e-mail ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia (ri@biosev.com) até 2 (dois) dias antes da Assembleia (i.e. até o dia 31 de agosto de 2020), solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando os seguintes documentos à Companhia, conforme aplicáveis:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia.	X	X	X
CPF e Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal, bem como do procurador, se aplicável, que participará da Assembleia. ⁽¹⁾	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ⁽²⁾	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso ⁽²⁾	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do	-	-	X

fundo			
-------	--	--	--

⁽¹⁾ Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;

⁽²⁾ Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas.

A Companhia ressalta, ainda, que de maneira estritamente excepcional, em razão das restrições impostas por conta da pandemia do novo coronavírus, aceitará que os referidos documentos sejam apresentados sem reconhecimento de firma ou cópia autenticada, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

Boletim de Voto à Distância: Nos termos da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia adotará, também, sistema de votação à distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme modelo disponibilizado pela Companhia e observadas as orientações constantes do Manual da Administração disponibilizado nesta data.

Voto Múltiplo: Para efeitos do que dispõe o artigo 141 da Lei nº 6.404/76 e a Instrução CVM nº 282/98 e o artigo 4º da Instrução CVM nº 481/2009, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento).

Documentos relacionados à Assembleia: Finalmente, em atenção às disposições legais e estatutárias pertinentes, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no endereço eletrônico na Internet da Companhia (<https://ri.biosev.com>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), cópias dos documentos de interesse dos Senhores Acionistas para a participação na Assembleia, incluindo aqueles exigidos pelas Instruções CVM nº 480/2009 e 481/2009, conforme alteradas, bem como as orientações para participação na Assembleia.

São Paulo, 27 de julho de 2020.

Adrian Gustavo Isman
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

Proposta de Remuneração dos Administradores

Em cumprimento ao artigo 12, inciso I, da Instrução CVM 481, a administração da Companhia propõe que o montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (se instalado) da Companhia, relativa ao exercício social iniciado em 1º de abril de 2020 e a se encerrar em 31 de março de 2021, seja fixada em até R\$ 27.681.196,45 (vinte sete milhões, seiscentos e oitenta e um mil, cento e noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos), incluindo remuneração fixa, benefícios, contribuição para seguridade social, benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo e remuneração variável de curto e longo prazo, a ser concedida nos termos da Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo da Biosev S.A., conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 31 de julho de 2019.

O valor desta proposta de remuneração dos administradores, se comparada à proposta do exercício anterior, teve uma redução no valor de R\$2.761.233,40 (dois milhões, setecentos e sessenta e um mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta centavos). Tal redução se deve, principalmente, em razão da alteração na estrutura da Diretoria da Companhia e na redução de seu número de membros. Em contrapartida, tal redução não teve maior impacto pela necessidade de incrementar os incentivos de curto e longo prazo, de forma a estarmos mais alinhados e competitivos frente ao mercado, para atração e retenção dos novos membros da Diretoria.

Importante esclarecer que, de acordo com a Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo da Companhia e conforme descrito na seção 13 do Formulário de Referência da Companhia, a remuneração variável de um determinado exercício é apurada e paga no exercício social imediatamente seguinte ao de referência, sendo que a remuneração variável de curto prazo é paga em 1 (uma) única parcela, entre 1º de junho e 31 de agosto de cada ano, enquanto que a remuneração variável de longo prazo é paga em 04 (quatro) parcelas anuais, sendo a primeira parcela devida no exercício social seguinte ao exercício da concessão, entre 1º de junho e 31 de agosto de cada ano, e as demais nos exercícios subsequentes. Por este motivo, nos anos anteriores, apresentamos como proposta para a remuneração global da administração valores que englobavam tanto os valores concedidos (regime de competência), quanto os valores efetivamente pagos (regime de caixa) em cada exercício social reportado, ainda que os valores pagos fossem referentes à remuneração variável de longo prazo concedida em anos anteriores.

Entretanto, nos termos do Ofício n.º 336/2017/CVM/SEP/GEA-2, a Companhia foi solicitada pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários a reportar no item 13.2 do Formulário de Referência somente os valores baseados em regime de competência, isto é, somente os valores concedidos a título de remuneração variável em relação ao exercício social em questão, independentemente do momento de seu respectivo pagamento. Tal solicitação foi refletida na seção 13 do Formulário de Referência da Companhia e, consequentemente, na presente proposta da administração, a qual passa a considerar somente o montante máximo dos valores que podem ser concedidos a título de remuneração variável de curto e longo prazo em relação ao exercício social iniciado em 1º de abril de 2020 e a se encerrar em 31 de março de 2021, ainda que seu pagamento seja feito somente em exercícios posteriores. Para tanto, utilizamos premissas que levam em consideração a superação de todas as metas fixadas para a Companhia, para as respectivas áreas e individualmente para os administradores da Companhia.

Com base no acima exposto, a administração da Companhia esclarece que a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de julho de 2019 aprovou, para o exercício social findo em 31 de março de 2020, o montante global de até R\$ 30.442.429,85 (trinta milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos) para a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (se instalado) da Companhia, sendo que o valor efetivamente concedido e/ou pago em referido exercício social foi de R\$ 23.468.067,81 (vinte e três milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, sessenta e sete reais e oitenta e um centavos), dos quais:

- (i) R\$ 4.736.451,14 (quatro milhões, setecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quatorze centavos) referem-se ao valor efetivamente realizado (pago) a título de salário, benefícios diretos e indiretos, bem como benefício pós-emprego, em referido exercício social, conforme demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020;

- (ii) R\$ 6.352.775,00 (seis milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e setenta e cinco reais) referem-se à remuneração variável de curto prazo concedida com relação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020, cujo pagamento se deu em dinheiro posteriormente ao seu encerramento; e
- (iii) R\$ 12.378.841,67 (doze milhões, trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e sete centavos) referem-se à remuneração variável de longo prazo concedida com relação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020, cujo pagamento se dará em dinheiro, de forma diferida, nos termos da Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo.

O montante global da remuneração dos administradores aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 31 de julho de 2019 não foi concedido em sua totalidade, tendo em vista o não atingimento integral das metas estipuladas.

ANEXO II

Remuneração dos Administradores (Seção 13 do Formulário de Referência) (Conforme artigo 12, inciso II, da Instrução CVM 481)

13.1- Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração:

Nossas políticas de remuneração para os Diretores, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal (se instalado) e membros dos comitês de apoio ao Conselho de Administração não estatutários visam essencialmente atrair, motivar e reter profissionais de alta competência, com experiência e capacidade para criar e implementar as estratégias do nosso negócio, e ainda alinhar os nossos interesses com os interesses de nossos acionistas, de modo a estimular resultados, baseados na perenidade do nosso negócio no curto, médio e longo prazos.

Tais políticas de remuneração estão estruturadas de forma a recompensar os administradores em função direta de seu desempenho para o negócio, por meio da aferição de metas pré-estabelecidas para a Companhia, para as diversas áreas e para os administradores individualmente, metas estas baseadas em indicadores a serem definidos a cada exercício social. Para gerar o alinhamento de interesses referido acima e atrair e reter profissionais de alta qualidade, estabelecemos um posicionamento competitivo de remuneração total baseado em um painel de empresas com níveis de práticas e profissionalismo comparáveis, e estabelecemos, a partir desse posicionamento, um conjunto de mecanismos de remuneração de curto, médio e longo prazos, que acreditamos ser competitivo com os níveis do mercado.

b. Composição da remuneração

b.i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A partir de 11 de junho de 2012, quando a Política de Remuneração do Conselho de Administração da Companhia foi aprovada (posteriormente alterada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de fevereiro de 2013) ("Política de Remuneração do Conselho de Administração"), a remuneração total do nosso Conselho de Administração, em conformidade com tal política, passou a poder ser composta dos seguintes elementos:

- **Remuneração Fixa**: tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos membros do nosso Conselho, baseado em parâmetros de mercado, visando a remunerar a contribuição individual para o desempenho e a perenidade do nosso negócio. Pela Política de Remuneração do Conselho de Administração da Companhia, os Conselheiros podem ser elegíveis a uma remuneração fixa, a qual é baseada no mercado e utiliza como referência pesquisa salarial conduzida por empresa externa, independente, com organizações que tenham práticas comparáveis às nossas e que atuam no Brasil, e conforme estratégia da Companhia.
- **Benefícios**: visam complementar benefícios da assistência social pública para dar segurança aos Conselheiros e permitir foco no desempenho de suas funções. Por esta razão, os Conselheiros podem ter direito a seguro de vida em grupo e cobertura de seguro para diretores e conselheiros (*Directors & Officers - D&O*). Em 19 de fevereiro de 2013, uma revisão da Política de Remuneração do Conselho de Administração aprovou a concessão de previdência privada e assistência médica para o Presidente do Conselho.
- **Remuneração Variável de Curto Prazo**: os conselheiros podem ser elegíveis a remuneração variável de curto prazo que objetiva premiar o alcance e a superação das metas dos nossos negócios, baseadas nos planos de negócios de curto prazo, nos termos da Política de Remuneração do Conselho de Administração e da Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo da Biosev S.A., aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2019 e submetida à aprovação dos

acionistas na Assembleia Geral convocada para 31 de julho de 2019 (“Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo”), no que for aplicável.

- Remuneração Variável de Longo Prazo: os conselheiros podem ser elegíveis a remuneração variável de longo prazo, nos termos da Política de Remuneração do Conselho de Administração e da Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo, no que for aplicável.
- Eventos extraordinários ou concessões adicionais: conforme previsto na Política de Remuneração do Conselho de Administração e na Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo, no que for aplicável, a critério da assembleia geral de acionistas da Companhia, mediante a recomendação prévia do Comitê de Recursos Humanos e do Conselho de Administração, o presidente e os demais membros do Conselho de Administração poderão vir a ser elegíveis a remunerações extra ou por evento excepcionais e não frequentes, baseados tipicamente em eventos, tais como o êxito de uma fusão/aquisição, uma oferta pública IPO, entre outros. As quantias e critérios serão definidos para cada ocorrência, mediante a recomendação do Comitê de Recursos Humanos e do Conselho de Administração e com aprovação em assembleia geral.

A nossa Política de Remuneração do Conselho de Administração não prevê a concessão de benefícios pós-emprego ou motivados pela cessação do exercício do cargo aos membros do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

Até o final do exercício social findo em 31 de março de 2020, não tínhamos Conselho Fiscal instalado.

Em 11 de junho de 2012, foi aprovada a Política de Remuneração do Conselho de Administração (posteriormente alterada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de fevereiro de 2013), aplicável também aos membros do nosso Conselho Fiscal, e em conformidade com tal política, a remuneração total dos membros do nosso Conselho Fiscal, se instalado, pode ser composta dos seguintes elementos:

- Remuneração Fixa: pela Política de Remuneração do Conselho de Administração, aplicável aos membros do Conselho Fiscal (se instalado), os membros do Conselho Fiscal serão elegíveis apenas à remuneração fixa. Esta remuneração fixa mensal segue o valor estabelecido conforme prescrito no Artigo 163, §3º da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, valor equivalente a, no mínimo, 10% da média da remuneração fixa dos nossos diretores estatutários, excluindo da base de cálculo desta média os benefícios e a remuneração variável dos nossos diretores estatutários, aos quais os membros do Conselho Fiscal não são elegíveis.
- Benefícios: pela Política de Remuneração do Conselho de Administração, aplicável aos membros do Conselho Fiscal, se instalado, seus membros poderão ter direito a seguro de vida em grupo e cobertura de seguro para diretores e conselheiros (*Directors & Officers - D&O*).

Pela Política de Remuneração do Conselho de Administração, aplicável aos membros do Conselho Fiscal, se instalado, os membros do Conselho Fiscal não serão elegíveis a nenhum tipo de remuneração variável. A política também não prevê a concessão de benefícios pós-emprego ou motivados pela cessação do exercício do cargo, tampouco de remunerações extras ou por evento, aos membros do Conselho Fiscal.

Comitês de Apoio ao Conselho de Administração Não Estatutários

Em 11 de junho de 2012, a nova Política de Remuneração do Conselho de Administração, também aplicável aos membros dos nossos Comitês de Apoio, foi aprovada (posteriormente alterada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de fevereiro de 2013), e em conformidade com tal política, a remuneração dos membros de Comitês de Apoio ao Conselho de Administração passou a poder ser composta dos seguintes elementos:

- Remuneração Fixa: pela Política de Remuneração do Conselho de Administração, aplicável aos membros dos nossos Comitês de Apoio, os membros de comitês de apoio ao Conselho de Administração não estatutários podem ter direito a uma remuneração fixa mensal, estabelecida

conforme pesquisa de mercado, realizada por empresa independente, e conforme estratégia da Companhia. Os membros dos Comitês de apoio ao Conselho de Administração não estatutários, e que também sejam membros do Conselho de Administração ou administradores da Companhia ou de suas controladas, controladoras, coligadas ou afiliadas, não são elegíveis a qualquer valor adicional fixo mensal por essa função, exceto pelo presidente do Comitê de Recursos Humanos.

- **Benefícios:** pela Política de Remuneração do Conselho de Administração, aplicável aos membros dos Comitês de apoio ao nosso Conselho de Administração não estatutários, os seus membros podem ter direito a seguro de vida em grupo e cobertura de seguro para diretores e conselheiros (*Directors & Officers* - D&O).

De acordo com a Política de Remuneração do Conselho de Administração, aplicável aos nossos membros dos Comitês de apoio não estatutários, os membros de Comitês de apoio ao nosso Conselho de Administração não são elegíveis a nenhum tipo de remuneração variável. A Política de Remuneração do Conselho de Administração também não prevê a concessão de benefícios pós-emprego ou motivados pela cessação do exercício do cargo, tampouco de remunerações extra ou por evento, aos membros dos Comitês de apoio ao nosso Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária ("Diretoria" ou "Diretores", conforme o caso)

A remuneração total dos membros da nossa Diretoria é composta dos seguintes elementos:

- **Remuneração Fixa:** tem por objetivo reconhecer e refletir o valor da posição e das atividades dos nossos Diretores, de acordo com parâmetros de mercado, e levando em conta também o desempenho individual, experiência, formação e conhecimento dos nossos Diretores.
- **Benefícios:** visam a complementar benefícios da assistência social pública para dar segurança aos nossos Diretores e permitir foco no desempenho de suas funções, e incluem, dentre outros, assistência médica, vale refeição, seguro de vida em grupo e cobertura de seguro para diretores e conselheiros (*Directors & Officers* - D&O). Para mais informações sobre os Benefícios da Diretoria referente ao exercício social que se encerrará em 31 de março de 2021, vide Tabela 13.1.b.iii deste item 13 do Formulário de Referência.
- **Remuneração Variável de Curto Prazo:** objetiva premiar o atingimento de metas de desempenho (individuais, da área e da Companhia), as quais são pré-estabelecidas a cada membro da nossa Diretoria e, com relação às metas da Companhia, são previamente recomendadas pelo Comitê de Recursos Humanos e validadas pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo todas alinhadas ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de perenidade do nosso negócio em cada exercício social, nos termos da Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo. Será atribuído a cada Diretor um valor alvo de incentivo de curto prazo, o que corresponderá ao valor referência sobre o qual será calculado o montante a ser pago, de acordo com os resultados atingidos em suas metas individuais, de área e da Companhia. A remuneração variável de curto prazo corresponde a cerca de 50% da remuneração variável total (curto e longo prazo) dos nossos Diretores, e é paga em dinheiro em data posterior ao encerramento do exercício social a que se refere, entre 1º de junho e 31 de agosto de cada ano, nos termos da Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo, após a apuração das metas respectivas.
- **Remuneração Variável de Longo Prazo:** tem o objetivo de gerar incentivos para os nossos Diretores, em decorrência do atingimento de metas de desempenho (individuais, da área e da Companhia), as quais, em relação às metas da Companhia, são previamente recomendadas pelo Comitê de Recursos Humanos e validadas pelo Conselho de Administração da Companhia nos termos da Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo. Será atribuído a cada Diretor um valor alvo de incentivo de longo prazo, o que corresponderá ao valor referência sobre o qual será calculado o montante a ser pago, de acordo com os resultados atingidos em suas metas individuais, de área, e da Companhia. A remuneração de longo prazo corresponde a cerca de 50% da remuneração variável total (curto e longo prazos) dos nossos Diretores. Para os membros da Diretoria da Companhia classificados como "Beneficiários Grupo B", de acordo com a Política de

Incentivos de Curto e Longo Prazo, terão o seu incentivo de longo prazo calculado ao final do exercício social em questão, porém farão jus ao montante de forma parcelada, em 4 anos, recebendo a cada ano safra 25% do montante total do incentivo de longo prazo do respectivo exercício social em questão. A primeira parcela do incentivo de longo prazo será devida após o término do exercício social seguinte ao do exercício social a que se refere, entre 1º de junho e 31 de agosto de cada ano, conforme a Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo. Para maiores informações a respeito Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo, ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

O pagamento dos incentivos de curto e de longo prazo será realizado conforme o atingimento de metas pré-estabelecidas para a Companhia, para a sua área de atuação e pelo próprio Diretor Estatutário. A apuração do atingimento das metas ocorre anualmente após o término do exercício social (31 de março) e o pagamento da remuneração variável ocorre até 31 de agosto de cada ano.

- Benefício pós-emprego: trata-se de plano de previdência privada oferecida aos nossos Diretores. Por intermédio do plano de previdência privada oferecido, a Companhia contribui com o mesmo valor contribuído pelo beneficiário ao plano, até o limite de 6,5% (seis e meio por cento) de seu salário nominal mensal. Adicionalmente, os benefícios pós-emprego também incluem o valor de plano de saúde pós-emprego, conforme CPC 33.
- Cessação de Cargo: verbas eventualmente estabelecidas em contratos ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia, em caso de destituição, demissão ou renúncia de seus respectivos cargos.
- Evento Extraordinário ou Concessão Adicional: conforme previsto na Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo, de acordo com a determinação da Diretoria, recomendação do Comitê de Recursos Humanos e aprovação do Conselho de Administração, os membros da Diretoria poderão vir a ser elegíveis a uma concessão adicional de incentivos de curto e/ou longo prazo, baseados em eventos extraordinários. As quantias e critérios serão definidos para cada ocorrência, mediante a recomendação do Comitê de Recursos Humanos e aprovação do Conselho de Administração. O total de remunerações variáveis deste tipo serão reportadas para a Diretoria Estatutária neste formulário na categoria "Participação de resultados".

b.ii. Em relação aos 3 últimos exercícios, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

2019/2020	Remuneração fixa	Benefícios	Bônus cash/PPR	Pós-Emprego	Remuneração Variável
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%
Diretoria estatutária	15%	0%	84%	1%	0%
Diretoria não estatutária	29%	1%	67%	2%	0%

2018/2019	Remuneração fixa	Benefícios	Bônus cash/PPR	Pós-Emprego	Remuneração Variável
------------------	------------------	------------	----------------	-------------	----------------------

Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	23%	1%	75%	1%	0%
Diretoria não Estatutária	49%	5%	43%	3%	0%

2017/2018	Remuneração fixa	Benefícios	Bônus cash/PPR	Pós-Emprego	Remuneração Variável
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	51%	2%	26%	3%	19%
Diretoria não Estatutária	62%	6%	14%	4%	14%

b.iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

Remuneração Fixa

A remuneração fixa de membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria é calculada e ajustada considerando os seguintes parâmetros:

- Valor intrínseco da função ocupada pelos nossos administradores, baseado (i) no nível de responsabilidade interna, relevância e impacto potencial das atividades vinculadas à posição ocupada, de modo a gerar uma grade interna equânime de remuneração; e (ii) papel e responsabilidade da função perante nossos acionistas;
- Parâmetros de mercado para cargos de responsabilidades similares obtidos de pesquisas salariais, e considerando a estratégia do nosso posicionamento para remuneração fixa;
- Desempenho individual, conforme sistema de avaliação por nós adotado, que considera metas corporativas, de área e individuais objetivas e pré-estabelecidas a cada exercício social;
- Experiência e maturidade dos nossos administradores na função ocupada; e
- Outros fatores eventuais, como administradores de alto potencial para sucessão, eventuais riscos para a retenção, habilidades e competências específicas.

Benefícios

Os benefícios para membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria são determinados e ajustados com base em práticas de mercado, e em conformidade com as políticas de remuneração da Companhia, bem como são vinculados à remuneração fixa dos nossos administradores. A tabela a seguir mostra os benefícios a que cada órgão de administração é elegível:

Exercício social encerrado em 31 de março de 2020 e previsão para o exercício social a encerrar em 31 de março de 2021.

Benefícios	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal (se instalado)
Assistência Médica	SIM	N/A	N/A

Assistência odontológica	N/A	N/A	N/A
Seguro de vida em grupo	SIM	SIM	SIM
Vale refeição	SIM	N/A	N/A
Veículo	N/A	N/A	N/A
Previdência Privada	SIM	N/A	N/A
Férias / 13º salário / FGTS	SIM	N/A	N/A
Verbas rescisórias	SIM	N/A	N/A
Seguro D&O	SIM	SIM	SIM

Exercício social encerrado em 31 de março de 2019

Benefícios	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal (se instalado)
Assistência Médica	SIM	N/A	N/A
Assistência odontológica	N/A	N/A	N/A
Seguro de vida em grupo	SIM	SIM	SIM
Vale refeição	SIM	N/A	N/A
Veículo	N/A	N/A	N/A
Previdência Privada	SIM	N/A	N/A
Férias / 13º salário / FGTS	SIM	N/A	N/A
Verbas rescisórias	SIM	N/A	N/A
Seguro D&O	SIM	SIM	SIM

Exercício social encerrado em 31 de março de 2018

Benefícios	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal (se instalado)
Assistência Médica	SIM	N/A	N/A
Assistência odontológica	N/A	N/A	N/A
Seguro de vida em grupo	SIM	SIM	SIM
Vale refeição	SIM	N/A	N/A
Veículo	N/A	N/A	N/A
Previdência Privada	SIM	N/A	N/A
Férias / 13º salário / FGTS	SIM	N/A	N/A
Verbas rescisórias	SIM	N/A	N/A
Seguro D&O	SIM	SIM	SIM

Remuneração Variável de Curto e Longo Prazo

A Política de Remuneração do Conselho de Administração e a Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo da Companhia estabelecem remuneração variável baseada em geração de resultados para os nossos negócios, conforme tal geração é refletida em metas pré-estabelecidas a cada exercício social para a Companhia, as respectivas áreas e o administrador individualmente. A cada exercício social, a remuneração variável dos administradores elegíveis é individualmente estimada mediante a definição de uma meta de remuneração variável alvo ("target"), a qual será concedida na proporção em que a nossa Companhia, a respectiva área e os nossos administradores individualmente tenham atingido as metas ao longo do exercício social objeto da avaliação. Não temos remuneração variável garantida, podendo a remuneração variável de um administrador, em caso de desempenho inadequado, ser igual a zero. A meta máxima de remuneração variável corresponde a um alcance de até 93% superior ao "target", a qual será concedida na proporção em que todos os indicadores referentes àquela meta, na sua previsão mais desafiadora, forem atingidos. As metas são geralmente definidas com base em indicadores financeiros e estratégicos. Os indicadores objetivos são revistos anualmente, conforme as estratégias dos nossos negócios. Para o exercício social que se encerrará em 31 de março de 2021, foram estabelecidas metas específicas atreladas a indicadores relativos a Caixa, Custo, EBITDA, CAPEX, entre outros, conforme aplicável desdobrados em

metas objetivas de área e individuais. Ao final do exercício social é avaliado o atingimento das metas e calculada a remuneração variável resultante, por meio de uma fórmula que leva em consideração o atingimento das metas da Companhia, das áreas e das metas individuais dos nossos administradores. A remuneração variável final pode variar de zero a 1.93 do “target”.

Após a apuração das metas, parcela da remuneração variável correspondente a cerca de 50% da remuneração variável total, é caracterizada como incentivo de curto prazo. O incentivo de curto prazo será atribuído aos beneficiários em decorrência do atingimento de metas de desempenho (individuais, da área e da Companhia), as quais, em relação às metas da Companhia, são recomendadas pelo Comitê de Recursos Humanos e validadas pelo Conselho de Administração da Companhia), e previamente negociadas nos termos da legislação aplicável, para um determinado ano safra. O valor correspondente ao incentivo de curto prazo é pago em dinheiro durante o exercício social posterior ao exercício social a que se refere, nos termos da Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo.

A parcela remanescente da remuneração variável é caracterizada como incentivo de longo prazo. O incentivo de longo prazo será atribuído aos beneficiários elegíveis, em decorrência do atingimento de metas de desempenho (individuais, da área e da Companhia), as quais, em relação às metas da Companhia, são recomendadas pelo Comitê de Recursos Humanos e validadas pelo Conselho de Administração da Companhia, bem como negociadas nos termos da legislação aplicável para um determinado ano safra. Esta parcela da remuneração variável caracterizada como de longo prazo não estará sujeita a nenhum reajuste ou indexador, excetuadas as regras transitórias previstas na Política de Incentivo de Curto e Longo Prazo. Para maiores informações a respeito da Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo e a definição de cada termo aplicável, ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

b.iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração da nossa Diretoria e do nosso Conselho de Administração, tanto em relação aos elementos que a compõem quanto ao percentual que cada elemento representa no valor total, justifica-se especialmente pelos seguintes motivos:

- a) Como parcela relevante da remuneração de nossos administradores é de longo prazo, esse é um importante mecanismo de retenção de talentos, na medida em que a saída voluntária da posição representará perda das parcelas concedidas diferidas e não pagas até o momento do desligamento (observadas as exceções previstas na Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo ou recomendadas pelo Comitê de Recursos Humanos e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia). Para maiores informações a respeito da Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo e a definição de cada termo aplicável, ver item 13.4 deste Formulário de Referência;
- b) Balanceamento entre os incentivos de curto e longo prazo, com o objetivo de gerar resultados sustentáveis e consistentes para os nossos negócios, permitindo sua perpetuidade e a geração de valor para nossos acionistas;
- c) Equilíbrio entre as diferentes parcelas da remuneração, que incentive a busca de resultados de curto, médio e longo prazo, dentro de níveis de risco moderados;
- d) Competitividade de remuneração de empresas com práticas semelhantes às nossas, permitindo atrair e reter os profissionais com as qualificações requeridas para as diversas funções chave; e
- e) Associação de uma parcela significativa da remuneração total dos nossos administradores aos principais indicadores financeiros e resultados de nossos negócios.

No caso dos membros do Conselho Fiscal (se instalado) e dos Comitês de Apoio não estatutários, os objetivos principais são atrair os profissionais com competência, reputação e perfis requeridos, e dar-lhes as condições para o desempenho de suas funções.

b.v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Alguns de nossos Membros do Conselho de Administração não são remunerados, por possuírem vínculo com o Acionista Controlador, sendo eles os Srs. Adrian Gustavo Isman – Presidente do Conselho de

Administração; Patrick Julien Treuer – Vice-Presidente do Conselho de Administração; André Roth – Membro Efetivo do Conselho de Administração; Federico Cerisoli - Membro Efetivo do Conselho de Administração; e Enrico Biancheri – Membro Efetivo do Conselho de Administração.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Diretoria Estatutária e Conselho de Administração:

A remuneração fixa e os benefícios dos nossos Diretores e dos membros do nosso Conselho de Administração são ambos primeiramente balizados por posição de mercado (em relação ao mercado comparável), peso do cargo avaliado por consultoria independente comparado à estrutura da Companhia e desempenho individual, conforme sistema de avaliação de desempenho adotado por nós.

Já a remuneração variável de curto e longo prazo dos nossos Diretores e dos membros do nosso Conselho de Administração, conforme aplicável, depende de indicadores financeiros e estratégicos, definidos a cada ano, em linha com o nosso plano de negócios, gerando alinhamento entre os interesses dos nossos administradores e dos nossos acionistas. Para o exercício social que se encerrará em 31 de março de 2021, foram estabelecidas metas específicas atreladas a indicadores relativos a Caixa, Custo, EBITDA, CAPEX, entre outro, conforme aplicável, desdobrados em metas objetivas de área e individuais. Ao final do exercício social é avaliado o atingimento das metas e calculada a remuneração variável resultante, por meio de uma fórmula que leva em consideração o atingimento das metas da Companhia, das áreas e das metas individuais dos nossos administradores.

Conselho Fiscal e Comitês de Apoio:

A remuneração e os benefícios dos membros do Conselho Fiscal (se instalado) e dos Comitês de apoio ao Conselho de Administração não estatutários são fixos. O racional para este modelo pauta-se nas seguintes premissas:

- (i) Os membros desses órgãos exercem atividades de cunho eminentemente técnico e sua importância e impacto não estão necessariamente associados aos nossos resultados de curto, médio e longo prazos; e
- (ii) Os membros dos Comitês de apoio ao Conselho de Administração não estatutários, se forem empregados ou Diretores, já são adequadamente remunerados por suas outras funções, de modo que remunerá-los também por sua participação em tais comitês representaria um bis in idem.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conforme explicado no item anterior, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, e dos membros dos Comitês de apoio ao Conselho de Administração não estatutários não está relacionada a metas de desempenho.

No que se refere a nossa Diretoria e dos membros do nosso Conselho de Administração, vide itens 13.1.b e 13.1.c deste Formulário de Referência.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Entendemos que a nossa Política de Remuneração do Conselho de Administração e o nossa Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo geram alinhamento de interesses entre nossos administradores e os nossos acionistas em todas as suas dimensões, na medida em que:

- a) A remuneração fixa e os benefícios dos membros dos nossos Comitês, Diretores e dos nossos Conselheiros são compatíveis com as referências de mercado, permitindo atrair profissionais gabaritados e preparados para exercer responsabilidades com alto desempenho; e

- b) A remuneração variável de curto e longo prazos dos nossos Diretores e dos membros do nosso Conselho de Administração, conforme aplicável, é lastreada em indicadores financeiros e estratégicos, definidos a cada ano, em linha com o nosso plano de negócios, que gera alinhamento entre os interesses dos nossos administradores e dos nossos acionistas. Além disso, a nossa remuneração de longo prazo incentiva a retenção dos nossos administradores e, portanto, a sustentabilidade do nosso negócio.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração da nossa administração não é suportada por subsidiárias, controladas ou controladores.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Os administradores não fazem jus a qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de um evento societário pré-determinado. No entanto, conforme item 13.1.b.i, a Política de Remuneração do Conselho de Administração e a Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo permitem agilidade ao nosso Comitê de Recursos Humanos e ao nosso Conselho de Administração para recomendar e aprovar eventual concessão adicional de incentivos de curto e/ou longo prazo decorrentes de evento extraordinário, em decorrência de uma negociação, evento corporativo ou situações excepcionais ocorridas durante um determinado ano safra, conforme previsto na Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo. Para maiores informações a respeito desse tipo de remuneração, vide item 13.1.b.i deste Formulário de Referência, sob o título “Evento Extraordinário e/ou Concessão Adicional”.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

h.i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório identificando de que forma participam

Na estrutura organizacional da Companhia, há um Comitê de Recursos Humanos não estatutário para tratar das questões de remuneração variável. Este Comitê possui caráter permanente e é formado por um representante da administração, um membro vinculado ao Acionista Controlador e um Conselheiro Independente. O Comitê de Recursos Humanos tem por objetivo revisar e propor ao Conselho de Administração as políticas e diretrizes de remuneração dos diretores estatutários da Companhia, dos membros do Conselho de Administração, bem como dos demais empregados elegíveis com base na Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo.

Anualmente, no período compreendido entre o dia 1º de abril e o dia 30 de junho de cada ano, são realizadas reuniões do Comitê de Recursos Humanos e do Conselho de Administração da Companhia nas quais são fixados os valores totais de incentivos de curto e/ou longo prazo concedidos e de eventuais concessões adicionais, se aplicável. Para maiores informações a respeito da Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

h.ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração variável é concedida em decorrência de qualquer dos seguintes casos: (i) metas de desempenho alcançadas segundo o sistema de gestão de talentos da Companhia, (ii) a ocorrência de algum evento extraordinário envolvendo a Companhia cuja ocorrência resulte na concessão adicional de um incentivo de curto e/ou longo prazo determinado pela diretoria, e recomendado pelo Comitê de Recursos Humanos e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia; ou (iii) aplicação da Política de Remuneração do Conselho de Administração.

As metas são geralmente definidas com base em indicadores financeiros e estratégicos. Os indicadores objetivos são revistos anualmente, conforme as estratégias dos negócios da Companhia. Ao final do exercício social é avaliado o atingimento das metas e calculada a remuneração variável resultante, a qual será concedida na proporção em que a Companhia, a respectiva área e os administradores individualmente tenham atingido as metas ao longo do exercício social objeto da avaliação.

h.iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o Conselho de Administração avalia as recomendações do Comitê de Recursos Humanos e aprova o valor do pacote de remuneração variável e de eventuais concessões adicionais, se aplicável, respeitando os limites determinados de forma global na assembleia geral de acionistas para os membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, este último caso venha a ser instalado.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente, a ser encerrado em 31/03/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	3,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual	1.065.600,00	3.321.564,17	604.800,00	4.991.964,17
Salário ou pró-labore	1.065.600,00	3.144.219,77	604.800,00	4.814.619,77
Benefícios direto e indireto	0,00	177.344,40	0,00	177.344,40
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	22.515.084,80	0,00	22.515.084,80
Bônus	0,00	-	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	22.515.084,80	0,00	22.515.084,80
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				0,00
Pós-emprego	0,00	174.147,48	0,00	174.147,48
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	<p>Os números reportados a título de remuneração variável referem-se ao montante em dinheiro efetivamente reconhecido (pago) no exercício social, e à totalidade da remuneração variável de curto e longo prazo concedida relativamente ao exercício social, nos termos do Plano de Remuneração Variável, incluindo portanto remunerações variáveis diferidas de curto e longo prazos pagas ou a serem pagas posteriormente ao encerramento do exercício social correspondente.</p> <p>O número de membros corresponde à média do número de membros de cada órgão apurado mensalmente quando do encerramento do exercício social, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 02/2020.</p> <p>Contribuímos ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre a nossa receita bruta, nos termos da Lei n.º 10.256, de 9 de julho de 2001, razão pela qual deixou de contabilizar os valores de tal contribuição relativos à remuneração de seus administradores de forma segregada.</p>			
Total da remuneração	1.065.600,00	26.010.796,45	604.800,00	27.681.196,45

Remuneração total prevista para o Exercício Social encerrado em 31/03/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	3,38	,00	11,38
Nº de membros remunerados	3,00	3,38	0,00	6,38
Remuneração fixa anual	796.800,00	3.814.210,79	0,00	4.611.010,79
Salário ou pró-labore	796.800,00	3.712.997,00	0,00	4.509.797,00
Benefícios direto e indireto	0,00	101.213,79	0,00	101.213,79
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	0,00	18.731.616,67	0,00	18.731.616,67
Bônus	0,00	-	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	18.731.616,67	0,00	18.731.616,67
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				0,00
Pós-emprego	0,00	125.440,35	0,00	125.440,35
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	<p>Os números reportados a título de remuneração variável referem-se ao montante em dinheiro efetivamente reconhecido (pago) no exercício social, e à totalidade da remuneração variável de curto e longo prazo concedida relativamente ao exercício social, nos termos do Plano de Remuneração Variável, incluindo portanto remunerações variáveis diferidas de curto e longo prazos pagas ou a serem pagas posteriormente ao encerramento do exercício social correspondente.</p> <p>O número de membros corresponde à média do número de membros de cada órgão apurado mensalmente quando do encerramento do exercício social, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 02/2020.</p> <p>Contribuímos ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre a nossa receita bruta, nos termos da Lei n.º 10.256, de 9 de julho de 2001, razão pela qual deixou de contabilizar os valores de tal contribuição relativos à remuneração de seus administradores de forma segregada.</p>			
Total da remuneração	796.800,00	22.671.267,81	0,00	23.468.067,81

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/03/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,33	4,00	0,00	12,42
Nº de membros remunerados	3,67	4,00	0,00	7,75
Remuneração fixa anual	895.080,00	5.028.359,07	0,00	5.923.439,07
Salário ou pró-labore	895.080,00	4.014.424,80	0,00	4.909.504,80
Benefícios direto e indireto	0,00	176.873,51	0,00	176.873,51
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	837.060,76	0,00	837.060,76
Descrição de outras remunerações fixas				0,00
Remuneração variável	0,00	10.267.300,00	0,00	10.267.300,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	10.267.300,00	0,00	10.267.300,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	181.008,19	0,00	181.008,19
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	<p>O número de membros corresponde à média do número de membros de cada órgão apurado mensalmente quando do encerramento do exercício social, conforme estabelecido Ofício- Circular CVM/SEP/Nº 03/2019.</p> <p>Contribuímos ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre a nossa receita bruta, nos termos da Lei n.º 10.256, de 9 de julho de 2001, razão pela qual deixou de contabilizar os valores de tal contribuição relativos à remuneração de seus administradores de forma segregada.</p>			
Total da remuneração	895.080,00	15.476.667,26	0,00	16.371.747,26

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/03/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00	0,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	4,00	0,00	9,00
Remuneração fixa anual	998.400,00	5.200.058,89	0,00	6.198.458,89
Salário ou pró-labore	998.400,00	5.092.943,52	0,00	6.091.343,52
Benefícios direto e indireto	0,00	107.115,37	0,00	107.115,37
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				0,00
Remuneração variável	0,00	3.283.338,50	0,00	3.283.338,50
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.283.338,50	0,00	3.283.338,50
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				0,00
Pós-emprego	0,00	210.139,49	0,00	210.139,49
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	916.638,50	0,00	916.638,50
Observação	<p>O número de membros corresponde à média do número de membros de cada órgão apurado mensalmente quando do encerramento do exercício social, conforme estabelecido Ofício- Circular CVM/SEP/Nº 03/2019.</p> <p>Contribuímos ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre a nossa receita bruta, nos termos da Lei n.º 10.256, de 9 de julho de 2001, razão pela qual deixou de contabilizar os valores de tal contribuição relativos à remuneração de seus administradores de forma segregada.</p>			
Total da remuneração	998.400,00	9.610.175,38	0,00	10.608.575,38

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A Política de Remuneração do Conselho de Administração foi aprovada em 11 de junho de 2012, e a partir de então foi permitido conceder remuneração variável aos membros do nosso Conselho de Administração, enquanto os membros do nosso Conselho Fiscal, se instalado, e dos Comitês de Apoio ao nosso Conselho de Administração não estatutários continuaram não sendo elegíveis a remuneração variável. Posteriormente, a Política de Remuneração do Conselho de Administração foi alterada em 19 de fevereiro de 2013, sem que tais condições fossem alteradas.

Foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de março de 2019, e, pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 31 de julho de 2019, a revisão e consolidação do Plano de Remuneração Variável, anteriormente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de junho de 2012 e alterado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de fevereiro de 2013, o qual passou a se chamar Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo, de forma a implementar, dentre outras alterações, (i) a exclusão do conceito de Unidade (conforme definido no Plano de Remuneração Variável da Companhia) e sua respectiva forma de cálculo para a remuneração variável concedida pela Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2018 (safra 2017/2018) e seguintes; e (ii) em relação aos pagamentos vincendos referentes aos exercícios sociais anteriores, a permanência do conceito de Unidade e, para fins de sua forma de cálculo, a fixação do Valor Médio das Ações no Mercado (conforme definido no Plano de Remuneração Variável) em R\$4,32 (quatro reais e trinta e dois centavos), valor este que corresponde ao preço da ação fixado no último aumento de capital da Companhia, devidamente aprovado por seu Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de março de 2018, e por seus acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2018; (iii) as regras de transição a serem aplicadas para implementação das alterações mencionadas nos itens (i) e (ii) acima; (iv) a adequação das regras de remuneração variável de curto e longo prazo às práticas da Companhia; e (v) determinadas alterações à redação do plano anterior visando sua simplificação.

Nas tabelas abaixo, portanto, refletem-se apenas as remunerações variáveis pagas e previstas aos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa diretoria estatutária:

**Tabela 13.3.a Remuneração variável prevista para o exercício social corrente
(2020/2021, a ser encerrado em 31/03/2021)**

Item / Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
------------	---------------------------	-----------------------	-----------------	-------

Número de membros	8,00	3,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	9,00
Bônus	-	-	-	-
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 22.515.084,80	R\$ 0,00	R\$ 22.515.084,80
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	R\$ 0,00	R\$ 14.808.320,00	R\$ 0,00	14.808.320,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

Tabela 13.3.b Remuneração variável paga no Exercício Social 2019/2020, encerrado em 31/03/2020

Item / Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8,00	3,38	0,00	11,38
Nº de membros remunerados	3,00	3,38	0,00	6,38
Bônus	-	-	-	-
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 23.374.504,35	R\$ 0,00	R\$ 23.374.504,35
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	R\$ 0,00	R\$ 16.426.740,00	R\$ 0,00	R\$ 16.426.740,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 18.731.616,67	R\$ 0,00	R\$ 18.731.616,67

**Em virtude da aprovação da revisão e consolidação do Plano de Remuneração Variável, o qual passou a se chamar Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo conforme reunião do Conselho de Administração realizada*

em 28 de março de 2019, a Política passou a não mais ser considerada como remuneração baseada em ações. Assim sendo, a remuneração variável aplicável que antes constava na linha "Baseada em ações" do item 13.2 passou a constar da linha "Remuneração Variável" do mesmo item 13.2, razão pela qual os mesmos subitens foram ajustados na tabela acima.

Tabela 13.3.b Remuneração variável paga no Exercício Social 2018/2019, encerrado em 31/03/2019

Item / Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8,33	4,00	0,00	12,33
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus	-	-	-	-
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração*	R\$ 0,00	R\$ 16.350.088,15	R\$ 0,00	R\$ 16.350.088,15
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")*	R\$ 0,00	R\$ 11.666.700,00	R\$ 0,00	R\$ 11.666.700,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social*	R\$ 0,00	R\$ 10.267.300,00	R\$ 0,00	R\$ 10.267.300,00

*Em virtude da aprovação da revisão e consolidação do Plano de Remuneração Variável, o qual passou a se chamar Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2019, a Política passou a não mais ser considerada como remuneração baseada em ações. Assim sendo, a remuneração variável aplicável que antes constava na linha "Baseada em ações" do item 13.2 passou a constar da linha "Remuneração Variável" do mesmo item 13.2, razão pela qual os mesmos subitens foram ajustados na tabela acima.

Tabela 13.3.c Remuneração variável paga no Exercício Social 2017/2018, encerrado em 31/03/2018

Item / Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	9	4	0	13
Nº de membros remunerados	0	4	0	4
Bônus	-	-	-	-
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R\$ 537.811,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 537.811,20
Valor Máximo Previsto no plano de Remuneração	R\$ 537.811,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 537.811,20
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	R\$ 537.811,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 537.811,20

Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 6.370.650,00	R\$ 0,00	R\$ 6.370.650,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	R\$ 0,00	R\$ 3.300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.300.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 3.283.338,50	R\$ 0,00	R\$ 3.283.338,50

*Além dos valores de remuneração variável efetivamente reconhecidos no resultado do exercício social encerrado em 31 de março de 2018, os quais se referem à remuneração variável concedida em anos anteriores e paga em referido exercício social, (i) o montante de R\$2.203.338,50 foi concedido a título de remuneração variável de curto prazo relativa a referido exercício social, cujo pagamento se deu em dinheiro posteriormente ao encerramento de referido exercício social; e (ii) o montante de R\$1.816.638,50 foi concedido a título de remuneração variável de longo prazo relativa a referido exercício social, cujo pagamento se dará de forma diferida.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

Foi aprovada pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 31 de julho de 2019 e, pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de março de 2019, a revisão e consolidação do Plano de Remuneração Variável, o qual passou a se chamar Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo, de forma a implementar, dentre outras alterações, (i) a exclusão do conceito de Unidade (conforme definido no Plano de Remuneração Variável da Companhia) e sua respectiva forma de cálculo para a remuneração variável concedida pela Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2018 (safra 2017/2018) e seguintes; e (ii) em relação aos pagamentos vincendos referentes aos exercícios sociais anteriores, a permanência do conceito de Unidade e, para fins de sua forma de cálculo, a fixação do Valor Médio das Ações no Mercado (conforme definido no Plano de Remuneração Variável) em R\$4,32 (quatro reais e trinta e dois centavos), valor este que corresponde ao preço da ação fixado no último aumento de capital da Companhia, devidamente aprovado por seu Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de março de 2018, e por seus acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2018; (iii) as regras de transição a serem aplicadas para implementação das alterações mencionadas nos itens (i) e (ii) acima; (iv) a adequação das regras de remuneração variável de curto e longo prazo às práticas da Companhia; e (v) determinadas alterações à redação do plano anterior visando sua simplificação.

Assim sendo, de acordo com a política revisada, não há mais concessão de remuneração variável baseada em ações, não sendo aplicável o preenchimento de informações relacionadas à política para este item 13.4.

Até 28 de março de 2019, vigorava o antigo Plano de Remuneração Variável da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 11 de junho de 2012 e ratificado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de fevereiro de 2013 ("Plano").

O Plano continha os termos e condições aplicáveis à remuneração variável, por meio do qual diretores estatutários, membros do Conselho de Administração e empregados elegíveis da Companhia e suas subsidiárias ("Beneficiários") participaram ou aceitaram quaisquer direitos dele decorrentes.

Os termos e condições específicos do Plano são estabelecidos em um acordo individual celebrado entre a Companhia ou suas subsidiárias, conforme o caso, e o Beneficiário, no qual será fixado o valor da remuneração variável, e definido quais serão as datas e prazos para que o Beneficiário usufrua de tal direito ("Acordo de Concessão").

Conforme definido no Plano:

- "Data da Aquisição" significa cada uma das datas em que o Beneficiário adquirirá o direito a Remuneração Variável Concedida.
- "Data de Concessão" significa a data em que a parcela diferida da remuneração variável relativa ao exercício social anterior será concedida aos Beneficiários.
- "Remuneração Variável Adquirida" significa a parcela diferida da Remuneração Variável Concedida que será calculada na Data da Aquisição pela multiplicação do número de Unidades detidas pelo Beneficiário pelo Valor Médio das Ações no Mercado, sendo o resultado dessa operação o valor da remuneração variável efetivamente pago pela Companhia.
- "Remuneração Variável Concedida" significa um valor em moeda nacional concedido aos Beneficiários em razão de (i) metas alcançadas segundo o sistema de gestão de talentos da Companhia, (ii) algum evento extraordinário envolvendo a Companhia cuja ocorrência resulte na concessão de uma remuneração variável determinada pela diretoria; ou (iii) aplicação da Política de Remuneração do Conselho de Administração, que poderá ser paga em dinheiro ou convertida em um número de Unidades na Data de Concessão.

- “Unidades” significa o resultado obtido através da divisão da Remuneração Variável Concedida pelo Valor Médio das Ações no Mercado, sendo este calculado na Data de Concessão.

- “Valor Médio das Ações no Mercado” significa a média aritmética das últimas 30 cotações das ações ordinárias da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Nos termos do Plano não são emitidas ou outorgadas ações existentes da Companhia, sendo que a liquidação da remuneração variável concedida se dará em caixa.

b. Principais objetivos do plano

O Plano tinha como principais objetivos:

(i) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia com aqueles das pessoas beneficiadas pelo Plano em médio e longo prazo, vinculando parte da remuneração dos Beneficiários ao desempenho da Companhia e à geração de valor para seus acionistas; e

(ii) criar incentivos e mecanismos para reter profissionais relevantes para a Companhia e/ou suas subsidiárias.

c. Forma como o plano contribui para estes objetivos

O modelo de remuneração variável refletido no Plano é uma forma de motivar seus Beneficiários a (i) contribuírem para o bom desempenho e a valorização da Companhia, considerando que eles participam ativamente dos resultados de tal valorização; e (ii) atingirem os objetivos relevantes da Companhia. Nesse sentido, a Companhia alcança o objetivo do modelo de remuneração variável envolvendo os Beneficiários nas estratégias, projetos e resultados de médio e longo prazo.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O modelo de remuneração variável refletido no Plano está em conformidade com os princípios da Companhia, considerando que (i) vinculam os Beneficiários aos projetos, estratégias e resultados de longo prazo da Companhia; (ii) funciona como instrumento de motivação e premiação do desenvolvimento individual e do comprometimento; e (iii) permite a retenção de profissionais relevantes, uma vez que o recebimento de parcela da remuneração variável é diferida no tempo e o pagamento vinculado à permanência do Beneficiário nos quadros da Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A Companhia entende que o Plano é um instrumento que permite estimular seus Beneficiários a buscar resultados consistentes que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo. Mediante a implementação dessas estratégias de remuneração diferida refletidas no Plano, busca-se estimular a melhoria na gestão e a permanência de profissionais relevantes para a Companhia, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados em longo prazo. No médio prazo, a melhoria dos resultados da Companhia e valorização de suas ações maximizam os ganhos dos Beneficiários, incentivando-os a permanecerem trabalhando na Companhia. No curto prazo, o cumprimento das metas da Companhia e o alcance dos resultados anuais esperados resultam em um alinhamento entre os interesses da Companhia e os interesses dos Beneficiários.

f. Número máximo de ações abrangidas

Limite não aplicável uma vez que, nos termos do Plano, não são emitidas e/ou outorgadas ações da Companhia – a liquidação se dá em caixa.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Limite não aplicável uma vez que, nos termos do Plano, não são outorgadas opções de ações da Companhia.

h. Condições de aquisição de ações

Não aplicável uma vez que, nos termos do Plano, não haverá aquisição de ações de emissão da Companhia pelos Beneficiários.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O valor da Remuneração Variável Adquirida prevista no Plano corresponde a multiplicação do número de Unidades detidas pelo Beneficiário pelo Valor Médio das Ações no Mercado, sendo este calculado na Data de Aquisição, e, o valor então resultante pago pela Companhia ao Beneficiário.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável uma vez que, nos termos do Plano, não haverá aquisição de ações de emissão da Companhia pelos Beneficiários.

k. Forma de liquidação

A liquidação se dá em caixa na folha de pagamento a favor do Beneficiário quando satisfeitas todas as condições previstas no Plano.

l. Restrições à transferência das ações

Não aplicável uma vez que, nos termos do Plano, não há a entrega de ações da Companhia.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano previa vigência por prazo indeterminado, podendo ser extinto ou cancelado, a qualquer tempo, por resolução do Conselho de Administração, desde que não seja prejudicial a qualquer remuneração variável outorgada nos termos do Plano, sem o consentimento do Beneficiário. Conforme mencionado no item (a) acima, foi aprovada pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 31 de julho de 2019 e, pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de março de 2019, a revisão e consolidação do Plano. Importante ressaltar que a substituição do Plano pela Política de Incentivos de

Curto e Longo Prazo não afeta as concessões anteriores, aplicando-se as seguintes regras transitórias:

- a. para todos os Beneficiários que permanecem no quadro de empregados e/ou administradores da Companhia ou que tiveram seu desligamento da Companhia realizado a partir de 29 de junho de 2018 (data em que os critérios para revisão do Plano foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia), os pagamentos da remuneração variável de longo prazo decorrentes do Plano que sejam referentes (i) ao exercício social encerrado em 31 de março de 2018, serão realizados com base nos termos da Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo, e (ii) ao exercício social encerrado em 31 de março de 2017 e exercícios sociais anteriores, nos quais permaneceu o conceito de Unidade (conforme definido no Plano), será realizado com base no Valor Médio das Ações no Mercado (conforme definido no Plano) fixado em R\$ 4,32 (quatro reais e trinta e dois centavos), ficando

mantidas, em ambos os casos, as datas de pagamento já estabelecidas quando do momento da concessão;

- b. para todos os Beneficiários que tiveram seu desligamento da Companhia realizado antes de 29 de junho de 2018, os pagamentos da remuneração variável de longo prazo decorrentes do Plano que sejam referentes (i) ao exercício social encerrado em 31 de março de 2018, serão realizados com base nos termos da Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo ou nos termos acordados na data de seu desligamento, conforme aplicável, e (ii) ao exercício social encerrado em 31 de março de 2017 e exercícios sociais anteriores, nos quais permaneceu o conceito de Unidade (conforme definido no Plano), será realizado com base no Valor Médio das Ações no Mercado

fixado na data do seu desligamento, salvo determinadas exceções, ficando mantidas as datas de pagamento já estabelecidas quando do momento da concessão.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

De acordo com o Plano, caso o Beneficiário se desligue da Companhia antes do término do prazo de maturação:

- (a) em razão de um pedido de demissão ou em caso de uma demissão por justa causa, o seu respectivo direito à remuneração variável será (i) automaticamente extinto, de pleno direito, quando se tratar de Remuneração Variável Concedida; e (ii) pago na data da rescisão, em relação a Remuneração Variável Adquirida, cujo pagamento esteja pendente, com base na média aritmética das últimas 30 cotações das ações da Companhia imediatamente anteriores ao último dia do mês antecedente a data do aviso prévio;
- (b) em razão de demissão sem justa causa, o Beneficiário fará jus (i) ao recebimento de remuneração proporcional aos meses completos durante os quais permaneceu vinculado à Companhia, sendo, para tal, necessário que o Beneficiário tenha trabalhado no mínimo 90 dias contados da Data de Concessão até a data de rescisão, nos casos de Remuneração Variável Concedida que estiver sujeita a Aquisição Total; e (ii) em relação a Remuneração Variável Concedida sujeita a Aquisição Progressiva, será adquirida de acordo com o calendário de aquisição definido no Acordo de Concessão (Aquisição Total e Aquisição Progressiva conforme definidas no Plano de Remuneração Variável da Companhia);
- (c) em caso de desligamento sem justa causa, mas que (i) por decisão do Comitê de Recursos Humanos apresente razão justa e razoável para perda total ou parcial da remuneração variável; ou (ii) caso o Beneficiário tenha agido de má fé com relação ao seu emprego; então a Remuneração Variável Adquirida será paga na data de rescisão e a Remuneração Variável Concedida será automaticamente perdida; em razão de aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente, o Beneficiário (ou, em caso de falecimento ou invalidez permanente, seus herdeiros e sucessores legais) fará jus ao recebimento integral da remuneração apurada nos termos do Plano na data de rescisão.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

O Plano de Remuneração Variável da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de junho de 2012 e alterado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de fevereiro de 2013, e que vigorava até 28 de março de 2019, não implicava na outorga de opções ou na entrega de ações de emissão da Companhia.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 31 de julho de 2019, e Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de março de 2019, foi aprovada a revisão e consolidação do Plano de Remuneração Variável, o qual passou a se chamar Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo. Conforme a Política de Incentivos de Curto e Longo Prazo, não há mais concessão de incentivos de longo prazo baseados em ação, portanto, não há dados a serem reportados para o exercício social encerrado em 31 de março de 2020 e para o exercício social corrente a ser encerrado em 31 de março de 2021.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (a ser encerrado em 31/03/2021)

N/A

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (encerrado em 31/03/2020)

N/A

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado em 31/03/2019

N/A

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/03/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	4
Nº de membros remunerados	0	4
Preço médio ponderado de exercício:	N/A	N/A
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

13.6 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, pois o plano de remuneração variável da Companhia não resulta em emissão de nossas ações ou outorga de opções de compra de ações.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, pois o plano de remuneração variável da Companhia não resulta em emissão de nossas ações ou outorga de opções de compra de ações.

13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, pois o plano de remuneração variável da Companhia não resulta em emissão de nossas ações ou outorga de opções de compra de ações.

13.9 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Os membros do Conselho da Administração e os membros da Diretoria Estatutária não possuem valores mobiliários de emissão da Companhia, seus controladores diretos e indiretos ou sociedades controladas ou sob controle comum.

No último exercício social, a Companhia não possuía conselho fiscal instalado.

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Informações de 31 de março de 2020

Item	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	8,00	3,38
Nº de membros remunerados	3,00	3,38
Nome do plano	Itaú Flex prev PGBL	Itaú Flex prev PGBL
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	Não	Não
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 0,00	R\$ 614.565,11
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 0,00	R\$ 116.721,86
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	SIM

** As condições de resgate estão contidas no regulamento do plano controlado pela Companhia.*

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	30/03/2020	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Nº de membros	3,38	4,00	4,00	8,00	8,33	9,00
Nº de membros remunerados	3,38	4,00	4,00	3,00	3,67	5,00
Valor da maior remuneração (Reais)	R\$ 15.806.841,49	R\$ 8.572.290,83	R\$ 3.919.088,27	R\$ 374.400,00	R\$ 343.680,00	R\$ 288.000,00
Valor da menor remuneração (Reais)	R\$ 3.345.036,85	R\$ 1.553.601,18	R\$ 957.938,92	R\$ 230.400,00	R\$ 192.000,00	R\$ 108.000,00
Valor médio da remuneração (Reais)	R\$ 4.534.253,56	R\$ 3.869.166,82	R\$ 2.402.543,84	R\$ 278.400,00	R\$ 244.112,73	R\$ 199.680,00

Observações:

Exercício findo em 31/03/2020:

Para a apuração da menor remuneração, na Diretoria Estatutária foram excluídos três membros que exerceram suas funções por menos de 12 meses durante o exercício.

Quanto a maior remuneração da Diretoria Estatutária refere-se a um membro que trabalhou 12 meses dentro desse exercício.

Exercício findo em 31/03/2019:

Para a apuração do menor remuneração, na Diretoria Estatutária foram excluídos três membros que exerceram suas funções por menos de 12 meses durante o exercício, assim como no Conselho de Administração, que também foram excluídos três membros que exerceram suas funções por menos de 12 meses.

Quanto a maior remuneração da Diretoria Estatutária refere-se a um membro que trabalhou 9 meses dentro desse exercício.

Exercício findo em 31/03/2018: Para a apuração do menor remuneração da Diretoria Estatutária foram excluídos dois membros que exerceram suas funções por menos de 12 meses durante esse exercício.

Quanto a maior remuneração da Diretoria Estatutária refere-se a um membro que trabalhou 12 meses dentro desse exercício.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há, na data deste Formulário de Referência, administradores elegíveis a indenização em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. No entanto, a Companhia mantém apólice de Seguro de Responsabilidade Civil (D&O –Directors & Officers), vide item 12.11 deste Formulário de Referência.

13.13. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possuía, nos três últimos exercícios sociais, Conselho Fiscal instalado e os seus administradores remunerados não eram partes relacionadas aos controladores.

13.14 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável, uma vez que nos três últimos exercícios sociais, nenhum membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária recebeu qualquer remuneração da Companhia por outra razão que não a função que ocupam. Adicionalmente, a Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.

13.15. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (se instalado) não recebem e não receberam nos três últimos exercícios sociais remuneração do acionista controlador ou de sociedades sobre controle comum e de controladas em razão do desempenho de suas funções na nossa Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações, além das já prestadas, que julgamos ser relevantes nesse tópico.

ANEXO III

Informações dos candidatos indicados ao Conselho de Administração (Seções 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

Informações relativas aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia requeridas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480.

12.5/12.6 – Informações sobre os candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse, referente ao último mandato.
Outros cargos e funções exercidas no emissor			Critério utilizado para determinar independência (se aplicável)		
Neil Roxburgh Balfour	12/08/1944	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/09/2020	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31/03/2022.	4
	Dirigente de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	02/09/2020	SIM	86,95%
Patrick Julien Treuer	22/11/1973	Pertence ao Conselho de Administração, Comitê Estratégico e Comitê de Auditoria	02/09/2020	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31/03/2022	1
	Dirigente de empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	02/09/2020	SIM	95,65%
Membro do Comitê Estratégico e Presidente do Comitê de Auditoria					
Enrico Biancheri	27/07/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/09/2020	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em	1

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse, referente ao último mandato.
Outros cargos e funções exercidas no emissor			Critério utilizado para determinar independência (se aplicável)		
31/03/2022.					
084.567.907-45	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/09/2020	SIM	85,7%
André Roth	18/09/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/09/2020	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31/03/2022.	4
227.595.618-28	Dirigente de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/09/2020	SIM	100%
Adrian Gustavo Isman	30/09/1962	Pertence ao Conselho de Administração e Comitê Estratégico	02/09/2020	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31/03/2022.	1
227.595.618-28	Dirigente de Empresas	20 – Presidente do Conselho de Administração	02/09/2020	SIM	95,65%
Presidente do Comitê Estratégico					
Federico Adrian Cerisoli	06/06/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/09/2020	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31/03/2022.	1
	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	02/09/2020	SIM	91,3%
Membro do Comitê de Auditoria					
Philippe Jean	11/04/1958	Pertence apenas	02/09/2020	Assembleia	6

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse, referente ao último mandato.
Outros cargos e funções exercidas no emissor			Critério utilizado para determinar independência (se aplicável)		
Henri Delleur		ao Conselho de Administração		Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31/03/2022.	
233.741.328-47	Executivo	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	02/09/2020	SIM	100%
Ricardo Barbosa Leonardos	20/09/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	02/09/2020	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social encerrado em 31/03/2022.	5
859.347.638-49	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	02/09/2020	SIM	100%
Membro do Comitê Estratégico					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Patrick Julien Treuer – Passaporte: 59X1203980

O Sr. Treuer é Vice-Presidente do nosso Conselho de Administração, membro do nosso Comitê Estratégico e presidente do nosso Comitê de Auditoria. É o Chefe Global de Estratégia da Louis Dreyfus Company. Ingressou na Biosev como Chefe de Estratégia em 2014, posição que ocupou até a sua nomeação como Chefe de Estratégia da Louis Dreyfus Company em 2015. Antes de ingressar no Grupo, trabalhou por 15 anos na área de investimento bancário no Credit Suisse (empresa do setor bancário), sediado na Suíça e no Reino Unido, mais recentemente, atuou como Diretor de Gestão, Chefe de Mercado de Capitais da Suíça, Alemanha e Áustria. Possui graduação em administração de empresas na Universidade de St. Gallen (Suíça). Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

Enrico Biancheri - 084.567.907-45

O Sr. Biancheri é membro do nosso Conselho de Administração. Ingressou na Louis Dreyfus Company

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Group em 2003 como trader de açúcar e etanol e, desde então, atuou em diversos cargos dentro do Grupo. Entre eles, atuou como Gerente Comercial e Diretor da Biosev antes de assumir como Head Trader for Sugar da Louis Dreyfus Company. Tem mais de 15 anos de experiência na indústria brasileira de açúcar e etanol. É bacharel em Economia pelo INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa e mestre em Finanças pela Cass Business School. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

André Roth - 153.647.978-05

O Sr. Roth é membro do nosso Conselho de Administração. Ingressou no Grupo Louis Dreyfus Company (grupo atuante no setor agrícola) em 1993, como trainee. Desde então, atuou como trader e diretor comercial das Plataformas de Grãos e de Oleaginosas. Em 2012, assumiu a posição de Presidente da Louis Dreyfus Company Brasil S.A., a qual ocupou até 2013, quando assumiu a posição de Diretor Global de Oleaginosas do Grupo Louis Dreyfus Company. Em 2014, acumulou também a função de Diretor Global das Plataformas da Cadeia de Valor (que engloba Grãos, Oleaginosas, Sucos, Frete, Fertilizantes & Insumos, Trade Finance e Ração Animal) do mesmo grupo. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

Adrian Gustavo Isman - 227.595.618-28

O Sr. Isman é Presidente do nosso Conselho de Administração e Presidente do nosso Comitê Estratégico, além de chefe da plataforma de sucos da Louis Dreyfus Company e presidente do Conselho de Administração da Calyx Agro Ltd. (empresa do setor agrícola) e Diretor Presidente (Chief Executive Officer) da Louis Dreyfus Company na América do Norte. Ingressou no Grupo como trader em 1985 na Argentina, onde ele trabalhou para as plataformas de Grãos, Oleaginosas e de Finanças até 1997. Após 03 anos como Presidente da Marc Rich Investments (empresa do setor de agronegócio), retornou ao Grupo no Brasil em 2001, onde teve funções subsequentes na gestão das atividades de energia, café, grãos, oleaginosas e algodão. Posteriormente, se mudou para Cingapura como Diretor Operacional Regional da Ásia, retornando ao Brasil em 2010 para gerir a fase de integração referente à fusão entre a LDC Bioenergia e a Santelisa Vale. Depois, tornou-se Diretor Operacional Regional e chefe da região da América do Norte e América Latina antes de assumir sua posição atual na plataforma de sucos em 2014, que foi acumulada à posição de Diretor Presidente da Louis Dreyfus Company na região denominada "North Latam", composta pelo Brasil. Possui graduação em Economia na Universidad de Buenos Aires e diploma em Advanced Management Program da INSEAD e Fundação Dom Cabral. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

Federico Adrian Cerisoli – Passaporte: AAD556252

O Sr. Cerisoli é membro do nosso Conselho de Administração, membro do nosso Comitê de Auditoria e é Vice-Diretor Financeiro da Louis Dreyfus Company, em Genebra, Suíça. Ingressou ao grupo em 2008 como Diretor Financeiro da Calyx Agro. Logo depois, foi nomeado Diretor Financeiro da então Região Sul da América Latina, e em 2013 assumiu o papel de Diretor Financeiro Regional para Europa e Mar Negro. Mais tarde serviu como Diretor Financeiro da Plataforma de Metais, antes de sua nomeação como Diretor Financeiro Regional da Europa, Oriente Médio e África. Antes de ingressar no Grupo Dreyfus, trabalhou por mais de 17 anos em finanças, desenvolvimento comercial e desenvolvimento de negócios em várias empresas de energia na Argentina, Brasil e nos EUA. É contador, formado pela Universidad Católica Argentina, e completou sua educação como Executivo de Negócios na Columbia Business School, em

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Nova York. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

Neil Roxburgh Balfour – Passaporte: 720110850

O Sr. Balfour é membro independente do nosso Conselho de Administração, tendo sido eleito com base nos critérios de independência definidos pelo Regulamento do Novo Mercado. É cidadão britânico, criado no Peru, formado pela Universidade de Oxford e bacharel em Direito pela Universidade de Middle Temple. Foi membro do Parlamento Europeu e banqueiro (Merchant Banker) na Baring Brothers (empresa do setor bancário) e na European Banking Company (empresa também do setor bancário), diretor e presidente do conselho de administração de empresas na área de asset management e investimentos financeiros em desenvolvimento e construção imobiliária na Polônia, mineração no Cazaquistão e, até recentemente, agricultura na Ucrânia. É fluente em Inglês, Espanhol e Francês, e vive no Reino Unido. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

Philippe Jean Henri Delleur - 233.741.328-47

O Sr. Delleur é membro independente do nosso Conselho de Administração, tendo sido eleito com base nos critérios de independência definidos pelo Regulamento do Novo Mercado. É Vice-Presidente Senior de Assuntos Governamentais da Alstom (empresa atuante no setor de infraestrutura de transporte). Graduiu-se em Administração Pública pela Sciences-po Paris e pela ENA (Ecole Nationale d'Administration), com mestrado em Direito obtido pela Paris-X Nanterre. Ingressou na Alstom em abril de 2006 para assumir a posição de Vice-Presidente Sênior para o Sul da Europa, África e Oriente Médio. Antes de se juntar ao grupo, trabalhou no Ministério da Economia, Finanças e Indústria, em Paris, onde ocupou diversas posições ao longo sua carreira profissional como Diretor Geral da Agência Central dos Contratos Públicos (Maio/2004 - Março/2006) e Vice- Secretário do Comércio Exterior (1999 – 2004). No Brasil, trabalhou nos anos 90 como Chefe da Missão Econômica e Financeira da Embaixada da França no Brasil, em Brasília, por 3 anos. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

Ricardo Barbosa Leonardos - 859.347.638-49

O Sr. Leonardos é membro independente do nosso Conselho de Administração e membro do nosso Comitê Estratégico. Participa do Conselho de Administração da Sociedade Hospital Samaritano (empresa do setor da saúde) e é membro do Conselho de Administração da Tecnisa S.A. Graduiu-se em economia pela Faculdade São Luiz e possui Master in Business Administration pela New York University - Leonard Stern School of Business - em administração de empresas e negócios internacionais. Foi sócio da Brasilpar Serviços Financeiros Ltda. (empresa do ramo de consultoria financeira) de 1984 a 1996; Diretor Presidente da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (instituição financeira) de setembro de 1996 a junho de 1997 e da ING Investment Management Ltda. (instituição financeira) entre 1997 e 2002. Foi Diretor Financeiro da Optiglobe do Brasil Ltda. (empresa de terceirização de tecnologia do Grupo Votorantim) em 2004; membro do Conselho de Administração da Ecom Energia Ltda. (empresa do setor de comercialização de energia) entre maio de 2004 e abril de 2008; membro do Conselho de Administração do Banco Financeiro e Industrial S.A. - SUDAMERIS (companhia de capital aberto), da Medidata Informática S.A. (companhia de capital aberto), da Digitel S.A. Indústria Eletrônica (companhia de capital aberto), da ADEVAL - Associação Nacional das Distribuidoras de Valores Mobiliários e da ABVCAP - Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital. Desde março de 2003, é sócio da Symphony Consultoria e Participações Ltda. (empresa de consultoria a empresas

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

familiares), tendo estruturado e administrado o Family Office Península Participações até 2011. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

12.7 / 8 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Não aplicável.

12.9 – Informações sobre a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não aplicável.

12.10 – Informações sobre as relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Os seguintes conselheiros da Companhia são executivos do grupo controlador, conforme abaixo: Adrian Gustavo Isman, Patrick Julien Treuer, Enrico Biancheri, André Roth e Federico Adrian Cerisoli.

Controladora	Administrador	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Grupo Louis Dreyfus Company	Patrick Julien Treuer	CFO global do Grupo Louis Dreyfus Company	Chefe global de Estratégia do Grupo Louis Dreyfus Company	Chefe global de Estratégia do Grupo Louis Dreyfus Company
Grupo Louis Dreyfus Company	Adrian Gustavo Isman	Diretor Presidente da Região North Latam e Chefe global da plataforma de sucos do Grupo Louis Dreyfus Company	Diretor Presidente da Região North Latam e Chefe global da plataforma de sucos do Grupo Louis Dreyfus Company	Diretor Presidente da Região North Latam e Chefe global da plataforma de sucos do Grupo Louis Dreyfus Company
Grupo Louis Dreyfus Company	André Roth	Chefe global das plataformas de cadeia de valor (grãos, oleaginosas, sucos, frete, fertilizantes & insumos, trade finance e ração animal) do Grupo Louis Dreyfus Company	Chefe global das plataformas de cadeia de valor (grãos, oleaginosas, sucos, frete, fertilizantes & insumos, trade finance e ração animal) do Grupo Louis Dreyfus Company	Chefe global das plataformas de cadeia de valor (grãos, oleaginosas, sucos, frete, fertilizantes & insumos, trade finance e ração animal) do Grupo Louis Dreyfus Company
Grupo Louis Dreyfus Company	Enrico Biancheri	Head Trader de Açúcar da LDC Suisse	Head Trader de Açúcar da LDC Suisse	Head Trader de Açúcar da LDC Suisse
Grupo Louis Dreyfus Company	Federico Adrian Cerisoli	Membro do Conselho de Administração da Louis Dreyfus and Co. Limited	Vice-Diretor Financeiro da Louis Dreyfus Company	Vice-Diretor Financeiro da Louis Dreyfus Company

ANEXO IV
Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia
(Seção 10 do Formulário de Referência)
(Conforme artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481)

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

O exercício social da Companhia se inicia no primeiro dia de abril de cada ano e termina em 31 de março do ano-calendário subsequente, pois trabalhamos conforme a safra. Assim, as informações financeiras incluídas neste documento, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2018, 2019 e 2020, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A partir de 1º de abril de 2019, foi adotada a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, que alterou a contabilização de contratos de arrendamento mercantil e de parcerias agrícolas, que passaram a ter tratamento equivalente ao de financiamentos relacionados à aquisição de direitos de uso de ativos, e cujos pagamentos, anteriormente registrados em custos e despesas operacionais, são agora reconhecidos como depreciação ou amortização e despesas financeiras.

As análises dos Diretores sobre os resultados atingidos e sobre as variações nas contas patrimoniais constituem uma opinião referente às condições financeiras e patrimoniais da Companhia, com base nas demonstrações financeiras, e essas opiniões não podem garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações constantes neste item 10 devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis em nosso website de RI (ri.biosev.com) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

10.1.a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossos Diretores acreditam que temos condições financeiras e patrimoniais suficientes para manter os nossos negócios, desenvolver as nossas atividades e cumprir com as nossas obrigações de curto, médio e longo prazo, bem como que temos acesso a diferentes fontes de financiamento. A Companhia tem concentrado seus esforços na busca de linhas com prazos mais longos e custos mais competitivos.

Desde a safra 2018/19, estamos aplicando o nosso programa de competitividade operacional, estratégia de redução de custos e aumento de competitividade que inclui investimentos para elevar a produtividade das unidades e a redução de despesas, permitindo uma melhor gestão dos recursos orçamentários, bem como diversificar suas fontes de financiamento, visando aumentar sua geração de caixa e fortalecer sua estrutura de capital. A Companhia continua apresentando redução de custos ao longo dos períodos, consolidando as iniciativas para readequar suas estruturas e se tornar mais resiliente em um ambiente de preços ainda bastante desafiador. É um processo contínuo de otimização das estruturas operacionais e organizacionais.

Além disso, sempre adotamos a estratégia de otimização de vendas, com prioridade aos produtos e períodos de maior captura de valor agregado, nos adaptando à volatilidade do mercado. Isso se reflete no aumento da Receita Líquida ex-HACC em 7,6% quando comparado com a safra passada (R\$6,8 milhões versus R\$6,3 milhões). Já a redução de custos foi mais enfática, no qual o CPV Caixa ex-revenda reduziu-

se 12,1% quando comparado com o ano-safra passado. O EBITDA ajustado ex-revenda/HACC/IFRS16 atingiu 1,8 bilhão, crescimento de 12,9%, com Margem EBITDA de 42,7%, um aumento de 7,3 p.p., e EBITDA Unitário de R\$ 65,2 por tonelada, crescendo 21,7%, quando comparado com a safra passada.

A dívida bruta da Companhia era de R\$ 7,3 bilhões em 31 de março de 2020, 22,4% superior ao endividamento em 30 de março de 2019, resultado principalmente do impacto da desvalorização de 33,4% do Real frente ao Dólar norte-americano sobre a parcela do endividamento denominada em dólares, compensada parcialmente pelos pagamentos de principal e de juros nos montantes de R\$ 273,8 milhões e R\$ 464,8 milhões, respectivamente na safra.

A posição de caixa e aplicações financeiras ficou em R\$ 1,2 bilhão, dos quais 31,0% estavam denominados em Dólar. Como consequência, a dívida líquida totalizou R\$ 6,1 bilhões, em linha com relação ao valor registrado na safra passada.

Entretanto a Companhia possui cláusulas restritivas em alguns de seus contratos financeiros e, em 31 de março de 2020, não atendemos nosso compromisso contratual. Foi obtido waiver com os respectivos credores em relação a este não atingimento, consequentemente, mantendo-se os vencimentos e todas as demais condições contratuais originais. Para mais detalhes, veja o item 10.1.f.iv desse Formulário de Referência.

Nosso nível de endividamento estabilizou após a liquidação de dívidas com os recursos do aumento de capital realizado no fim da safra 2017/18, conforme demonstra o nosso índice de Dívida Líquida ajustada (empréstimos e financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) dividida pelo EBITDA Ajustado dos últimos doze meses que foi de 2,90 vezes em 31 de março de 2020, 3,05 vezes em 31 de março de 2019 e de 2,09 vezes em 31 de março de 2018. Vale mencionar que a partir do exercício de 2018 a companhia passou a não considerar mais estoques de alta liquidez disponíveis para venda no cálculo da Dívida Líquida Ajustada.

Já em relação à liquidez, a situação financeira demonstra que nos permite honrar nossas obrigações assumidas perante terceiros e suprir a nossa necessidade de capital de giro, incluindo pagamento de nossas dívidas, o que pode ser ilustrado com base no índice de liquidez corrente (ativo circulante acrescido de 30% do ativo biológico dividido pelo passivo circulante – o valor do ativo biológico é composto em sua maior parcela por cana de açúcar que será colhida já na próxima safra, portanto representa grande fonte de liquidez de curto prazo), que foi de 1,1 em 31 de março de 2020 (considerando a concessão do waiver), 1,7 em 31 de março de 2019 e de 2,1 em 31 de março de 2018. Sem o waiver, o índice teria sido de 0,48 em 31 de março de 2020. Para mais detalhes veja o item 10.1.f.iv desse Formulário de Referência.

Ainda em relação à liquidez, com base no índice de liquidez corrente tradicional (ativo circulante dividido pelo passivo circulante), nossa Diretoria entende que nossa situação financeira igualmente nos permite honrar nossas obrigações assumidas perante terceiros e suprir a nossa necessidade de capital de giro, incluindo pagamento de nossas dívidas. O índice de liquidez corrente foi de 1,1 em 31 de março de 2020 (considerando a concessão do waiver), 1,6 em 31 de março de 2019 e de 2,0 em 31 de março de 2018. Sem o waiver, o índice teria sido de 0,46 em 31 de março de 2020. Para mais detalhes veja o item 10.1.f.iv desse Formulário de Referência.

10.1.b. estrutura de capital

Em 31 de março de 2020, apresentamos patrimônio líquido negativo de R\$1,0 bilhão, o que significou uma redução de R\$1,5 bilhão em relação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2019. Essa diminuição decorre principalmente do prejuízo de R\$1,6 bilhão registrado no exercício impactado pelos

efeitos da variação cambial não caixa (de R\$1,9 bilhão) sobre o endividamento em dólar. Em 31 de março de 2020, nossa estrutura de capital era composta de 92% de capital de terceiros.

Em 31 de março de 2019, apresentamos patrimônio líquido positivo de R\$533 milhões, o que significou uma redução de R\$1.074 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2018. Essa redução decorre principalmente do prejuízo de R\$1.199 milhões registrado no exercício, impactado pelos efeitos da variação cambial não caixa (de R\$940 milhões) sobre o endividamento em dólar e por eventos climáticos adversos tais como a seca ocorrida no período de formação do canavial. Em 31 de março de 2019, nossa estrutura de capital era composta de 92% de capital de terceiros.

Em reunião realizada em 12 de junho de 2018, o Conselho de Administração aprovou a homologação do aumento do capital social da Companhia no valor de R\$3.459.460, conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, realizada em 16 de abril de 2018, por meio da qual os acionistas autorizaram que o Conselho de Administração aprovasse a homologação do aumento de capital realizado pela acionista Hédera Investimentos e Participações Ltda, bem como pelos demais acionistas que acompanharam referido aumento, dentro do prazo estipulado. Assim, o capital social da Companhia passou de R\$2,6 bilhões para R\$6,1 bilhões, divididos em 1.020.429.426 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2018, apresentamos patrimônio líquido positivo de R\$1.607 milhões, o que significou um aumento de R\$2.268 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2017. Esse aumento decorre principalmente do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) feito pelo acionista controlador no montante de R\$3.459 milhões, parcialmente compensado pelo prejuízo de R\$1.270 milhões registrado no exercício. Em 31 de março de 2018, nossa estrutura de capital era composta de 77% de capital de terceiros.

A variação de nosso capital social pode ser observada na tabela abaixo:

Data	Capital Social	Ações Ordinárias
31 de março de 2020	R\$6,1 bilhões	1.020.429.426
31 de março de 2019	R\$6,1 bilhões	1.020.429.426
31 de março de 2018	R\$2,6 bilhões	219.628.363

10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Administração da Companhia vem adotando medidas para maximizar a utilização de seus ativos, sem abrir mão da estrita disciplina financeira, visando o aumento de eficiência operacional e a geração de fluxo de caixa livre positivo.

A Administração espera que os saldos de caixa atuais, a liquidez (consideração o waiver obtido, conforme explicado no item 10.1) e disponibilidade de suas linhas de créditos, e as operações devam ser suficientes para atender o capital de giro, despesas de capital, serviço da dívida e outras necessidades para o próximo exercício.

A Companhia pode refinaranciar toda ou parte de sua dívida, o que pode exigir compromissos mais onerosos.

Não obstante, a Companhia tem tido sucesso em renovar suas linhas de crédito durante o exercício findo em 31 de março de 2020. A Companhia possui parcela relevante das linhas de crédito bancário de pelo menos 3 anos, com carência de principal de 1 ano envolvendo recursos de cerca de R\$5,8 milhões impactado pela variação cambial sem efeito caixa. Junto aos principais credores nacionais e internacionais a companhia mantém, para parte do endividamento bancário, as taxas de juros de CDI +2%a.a. para

dívidas denominadas em moeda nacional e Libor + 4%a.a. para dívidas denominadas em moeda estrangeira.

A Administração também considera possibilidades de captações de recursos em novas operações de pré-pagamento de exportações (*trade finance*), na medida em que isto se mostre necessário.

10.1.d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Utilizamos diversas fontes de recursos para o financiamento de nossas atividades. Possuímos linhas de crédito com bancos comerciais de primeira linha e bancos de desenvolvimento, tanto no Brasil, quanto no exterior.

Em 31 de março de 2020, possuíamos R\$2,5 bilhões registrados em nosso passivo a título de adiantamento de recursos realizados por sociedades integrantes do Grupo Econômico do nosso Acionista Controlador (R\$315,9 milhões em 31 de março de 2019 e R\$669,5 milhões em 31 de março de 2018). Para mais informações sobre essas transações vide sessão 16 do Formulário de Referência ou nas Notas Explicativas de Partes Relacionadas das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Para nossos investimentos em ativos não circulantes, tais como expansão das nossas Unidades Agroindustriais e dos nossos ativos de cogeração ("Brownfield") e desenvolvimento de novos projetos ("Greenfield"), utilizaríamos o caixa gerado pelas nossas operações, bem como linhas de financiamento de outros bancos e instituições financeiras de desenvolvimento.

10.1.e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Para suprir eventuais deficiências de liquidez ou descasamentos entre as disponibilidades com montantes vencidos no curto prazo, contamos com bons relacionamentos junto aos principais bancos comerciais de primeira linha, atuantes no país ou no exterior. Além disso, os produtos que fabricamos possuem alto grau de liquidez e podem ser facilmente comercializados, transformando-se em disponibilidades de caixa ou podendo ser oferecidos como lastro em operações financeiras.

Os investimentos em ativos não circulantes serão financiados pelo caixa gerado por nossas operações e por meio de linhas específicas para essa finalidade, obtidas junto a bancos comerciais e/ou bancos de desenvolvimento. Para mais informações a respeito das fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez, vide itens 10.1.a. e 10.1.b.

10.1.f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

Empréstimos e Financiamentos

A tabela abaixo apresenta nossos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2020:

Descrição	Moeda	Encargos financeiros médios ponderados efetivos	Vencimento	Garantias	31.03.20
Dívida reestruturada (ex-Debêntures)	R\$	CDI acrescido de 1,72% a.a.	Em 10.07.24	Aval, recebíveis, hipoteca e ações	99.771
Dívida reestruturada	US\$	Variação cambial mais Libor acrescida de taxa média de juros de 2,47% a.a.	Em 10.07.23	Aval, recebíveis, hipoteca e ações	741.176
Dívida reestruturada (Debêntures)	R\$	CDI acrescido de 1,72% a.a.	Em 10.07.24	Aval, recebíveis, hipoteca e ações	140.590
Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC	US\$	Variação cambial acrescida de taxa média de juros de 5,73% a.a.	Em 31.03.23	Aval e nota promissória	3.642.512
Financiamentos BNDES	R\$	-	-	-	-
Pré-Pagamento de Exportação - PPE	US\$	Variação cambial mais Libor acrescida de taxa média de juros de 6,95% a.a.	De 25.03.2023 a 30.04.23	Aval, nota promissória, recebíveis e garantia real	1.962.581
Fundo Constitucional de	R\$	Juros de 10% a.a.	Em 01.12.23	Aval, alienação fiduciária e	51.868

Descrição	Moeda	Encargos financeiros médios ponderados efetivos	Vencimento	Garantias	31.03.20
Financiamento do Centro-Oeste - FCO				recebíveis	
Finame	R\$	Taxa média de juros de 9,59% a.a. e TLP + 4,92% a.a.	De 15.04.21 a 15.04.25	Alienação fiduciária, aval e nota promissória	76.804
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	R\$	-	-	-	-
Programa de Securitização Agrícola - PESA	R\$	IGP-M acrescido de 4% a.a.	Em 01.08.19	Aval, nota promissória, Hipoteca e Certificado do Tesouro Nacional - CTN	-
Nota de Crédito à Exportação e Cédula de Crédito à Exportação - NCE	R\$	CDI acrescido de taxa média de 2% a.a.	Em 29.04.22	Aval, nota promissória e garantia real	181.212
Offshore Loan	US\$	Variação cambial mais Libor acrescida de taxa média de juros de 5,75% a.a.	Em 15.10.27	Hipoteca, penhor de direitos creditórios e garantia real	285.479
Cédula de Crédito Bancário - CCB	R\$	CDI acrescido de taxa média de 2% a.a.	Em 30.03.23	Registro em Cobrança e Cessão de Recebíveis	139.434
TOTAL					7.321.425
¹ Considerando waiver obtido conforme explicado no item 10.1					
(-) Passivo circulante ¹					498.833
Passivo não circulante ¹					6.822.592
² Demonstração Financeira: explicado no item 10.1.h, subitem Balanço Patrimonial					
(-) Passivo circulante ²					7.225.234
Passivo não circulante ²					96.191

A tabela abaixo apresenta nossos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2019:

Descrição	Moeda	Encargos financeiros médios ponderados efetivos	Vencimento	Garantias	31.03.19
Dívida reestruturada (ex-Debêntures)	R\$	CDI acrescido de 1,72% a.a.	De 10.07.22 a 10.07.24	Aval, recebíveis, hipoteca e ações	131.368
Dívida reestruturada	US\$	Variação cambial mais Libor acrescida de taxa média de juros de 2,47% a.a.	De 10.07.22 a 10.07.23	Aval, recebíveis, hipoteca e ações	726.450
Dívida reestruturada (Debêntures)	R\$	CDI acrescido de 1,72% a.a.	Em 10.07.23	Aval, recebíveis, hipoteca e ações	176.271
Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC	US\$	Variação cambial acrescida de taxa média de juros de 6,73% a.a.	Em 31.03.23	Aval e nota promissória	2.853.525
Financiamentos BNDES	R\$	-	-	-	-
Pré-Pagamento de Exportação - PPE	US\$	Variação cambial mais Libor acrescida de taxa média de juros de 4,13% a.a.	De 30.09.19 a 30.04.23	Aval, nota promissória, recebíveis e garantia real	1.432.213
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO	R\$	Juros de 8,5% a.a.	Em 01.12.23	Aval, alienação fiduciária e recebíveis	65.717
Finame	R\$	Taxa média de juros de 9,59% a.a.	De 15.11.19 a 15.04.25	Alienação fiduciária, aval e nota promissória	32.521
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	R\$	-	-	-	-
Programa de Securitização Agrícola - PESA	R\$	IGP-M acrescido de 4% a.a.	De 01.08.18 a 01.08.19	Aval, nota promissória, Hipoteca e Certificado do Tesouro Nacional - CTN	749
Nota de Crédito à Exportação e Cédula de Crédito à Exportação - NCE	R\$	CDI acrescido de taxa média de 2% a.a.	Em 29.04.22	Aval, nota promissória e garantia real	180.484
Offshore Loan	US\$	Variação cambial mais Libor acrescida de taxa média de juros de 5,72% a.a.	Em 15.10.27	Hipoteca, penhor de direitos creditórios e garantia real	240.141
Cédula de Crédito Bancário - CCB	R\$	CDI acrescido de taxa média de 2% a.a.	Em 30.03.23	Registro em Cobrança e Cessão de Recebíveis	139.889
TOTAL					5.979.328
(-) Passivo circulante					542.971
Passivo não circulante					5.436.357

A tabela abaixo apresenta nossos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2018:

Descrição	Moeda	Encargos financeiros médios ponderados efetivos	Vencimento	Garantias	31.03.18
Dívida reestruturada (ex-Debêntures)	R\$	CDI acrescido de 1,72% a.a.	De 10.07.22 a 10.07.24	Aval, recebíveis, hipoteca e ações	166.886
Dívida reestruturada	US\$	Variação cambial mais Libor acrescida de taxa média de juros de 2,47% a.a.	De 10.07.22 a 10.07.23	Aval, recebíveis, hipoteca e ações	790.531
Dívida reestruturada (Debêntures)	R\$	CDI acrescido de 1,72% a.a.	Em 10.07.23	Aval, recebíveis, hipoteca e ações	227.143
Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC	US\$	Variação cambial acrescida de taxa média de juros de 6,73% a.a.	Em 31.03.23	Aval e nota promissória	2.228.890
Financiamentos BNDES	R\$	-	-	-	120
Pré-Pagamento de Exportação - PPE	US\$	Variação cambial mais Libor acrescida de taxa média de juros de 4,13% a.a.	De 30.09.19 a 30.04.23	Aval, nota promissória, recebíveis e garantia real	1.145.400
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-	R\$	Juros de 8,5% a.a.	Em 01.12.23	Aval, alienação fiduciária e recebíveis	79.552

Descrição	Moeda	Encargos financeiros médios ponderados efetivos	Vencimento	Garantias	31.03.18
Oeste - FCO					
Finame	R\$	Taxa média de juros de 9,59% a.a.	De 15.11.19 a 15.04.25	Alienação fiduciária, aval e nota promissória	15.786
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	R\$	-	-	-	33.009
Programa de Securitização Agrícola - PESA	R\$	IGP-M acrescido de 4% a.a.	De 01.08.18 a 01.08.19	Aval, nota promissória, Hipoteca e Certificado do Tesouro Nacional - CTN	4.286
Nota de Crédito à Exportação e Cédula de Crédito à Exportação - NCE	R\$	CDI acrescido de taxa média de 2% a.a.	Em 29.04.22	Aval, nota promissória e garantia real	267.194
Offshore Loan	US\$	Variação cambial mais Libor acrescida de taxa média de juros de 5,72% a.a.	Em 15.10.27	Hipoteca, penhor de direitos creditórios e garantia real	204.019
Cédula de Crédito Bancário - CCB	R\$	CDI acrescido de taxa média de 2% a.a.	Em 30.03.23	Registro em Cobrança e Cessão de Recebíveis	139.521
TOTAL					5.302.337
(-) Passivo circulante					536.552
Passivo não circulante					4.765.785

A tabela abaixo mostra a posição dos nossos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, em 31 de março de 2020:

Moeda (R\$ mil)	Empréstimos e Financiamentos de curto prazo	Empréstimos e Financiamentos de 1 a 3 anos	Empréstimos e Financiamentos de 3 a 5 anos	Empréstimos e Financiamentos mais de 5 anos	Total da dívida
Real	565.444	55.304	34.999	5.888	689.678
Dólar norte-americano	6.631.746	-	-	-	6.631.746
Total	7.225.234	55.304	34.999	5.888	7.321.425

A tabela abaixo mostra a posição dos nossos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, em 31 de março de 2020, considerando o waiver obtido, conforme explicado no item 10.1:

Moeda (R\$ mil)	Empréstimos e Financiamentos de curto prazo	Empréstimos e Financiamentos de 1 a 3 anos	Empréstimos e Financiamentos de 3 a 5 anos	Empréstimos e Financiamentos mais de 5 anos	Total da dívida
Real	102.953	500.375	80.462	5.888	689.678
Dólar norte-americano	395.880	5.803.426	329.302	103.139	6.631.746
Total	498.833	6.303.801	409.764	109.027	7.321.425

A tabela abaixo mostra a posição dos nossos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, em 31 de março de 2019:

Moeda (R\$ mil)	Empréstimos e Financiamentos de curto prazo	Empréstimos e Financiamentos de 1 a 3 anos	Empréstimos e Financiamentos de 3 a 5 anos	Empréstimos e Financiamentos mais de 5 anos	Total da dívida
Real	97.075	417.520	206.586	5.815	726.997
Dólar norte-americano	445.896	1.755.587	2.948.107	102.739	5.252.330
Total	542.971	2.173.108	3.154.695	108.554	5.979.328

A tabela abaixo mostra a posição dos nossos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, em 31 de março de 2018:

Moeda (R\$ mil)	Empréstimos e Financiamentos de curto prazo	Empréstimos e Financiamentos de 1 a 3 anos	Empréstimos e Financiamentos de 3 a 5 anos	Empréstimos e Financiamentos mais de 5 anos	Total da dívida
Real	134.878	205.647	487.170	59.853	887.548
Dólar norte- americano	401.674	423.067	3.296.747	293.302	4.414.789
Total	536.552	628.713	3.783.917	353.155	5.302.337

10.1.f.i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

O item 10.1.f.i considera a concessão do waiver conforme explicado no item 10.1.a, portanto mantendo-se os vencimentos e todas as demais condições contratuais originais.

As tabelas abaixo apresentam nossos empréstimos e financiamentos¹ em 31 de março de 2020, incluindo nossa Dívida Reestruturada (conforme termo abaixo definido), em 31 de março de 2019 e em 31 de março de 2018:

Em 31 de março de 2020 Empréstimos e Financiamentos	Denominado em Real (R\$ mil)	Denominado em Dólar norte-americano (R\$ mil)	Total (R\$ mil)
Dívida Reestruturada	240.361	741.176	981.536
Agências de Desenvolvimento (BNDES / FCO / FINAME / Proparco)	128.672	285.479	414.151
Financiamentos à exportação	181.212	5.605.092	5.786.304
Programa de Securitização Agrícola - PESA	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário	139.434	-	139.434
FIDC	-	-	-
Total	689.678	6.631.746	7.321.425

Em 31 de março de 2019 Empréstimos e Financiamentos	Denominado em Real (R\$ mil)	Denominado em Dólar norte-americano (R\$ mil)	Total (R\$ mil)
Dívida Reestruturada	307.638	726.450	1.034.088
Agências de Desenvolvimento (BNDES / FCO / FINAME / Proparco)	98.238	240.142	338.380
Financiamentos à exportação	180.484	4.285.738	4.466.222
Programa de Securitização Agrícola - PESA	749	-	749
Cédula de Crédito Bancário	139.889	-	139.889
FIDC	-	-	-
Total	726.998	5.252.330	5.979.328

Em 31 de março de 2018 Empréstimos e Financiamentos	Denominado em Real (R\$ mil)	Denominado em Dólar norte-americano (R\$ mil)	Total (R\$ mil)
Dívida Reestruturada	394.029	790.531	1.184.560
Agências de Desenvolvimento (BNDES / FCO / FINAME / Proparco)	95.458	204.019	299.477
Financiamentos à exportação	221.244	3.420.239	3.641.483
Programa de Securitização Agrícola - PESA	4.286	-	4.286
Cédula de Crédito Bancário	139.521	-	139.521
FIDC	33.010	-	33.010
Total	888.548	4.414.789	5.302.337

¹ Os saldos de empréstimos e financiamentos contemplam juros e atualizações e são líquidos de gastos com comissões e despesas diferidas.

A seguir apresentamos uma breve descrição dos principais contratos celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de março de 2020.

Refinanciamento das dívidas do Grupo Santelisa Vale

Em 26 de outubro de 2009, foi implementada a associação com o Grupo Santelisa Vale. No âmbito de tal associação, parte substancial das dívidas bancárias da Santelisa Vale Bioenergia S.A. (atualmente denominada Biosev Bioenergia S.A.) e da Usina Continental S.A. (sucédida por incorporação pela LDC-SEV Bioenergia S.A., atualmente denominada Biosev Bioenergia S.A.) foi reestruturada junto aos principais credores da Santelisa Vale Bioenergia S.A. e da Usina Continental S.A. ("Dívida Reestruturada"), nos termos do Contrato Global de Reconhecimento de Obrigações e Outras Avenças, celebrado em 24 de setembro de 2009, conforme aditado ("Contrato Global"). Tal reestruturação englobou (i) a renegociação de taxas e prazos, incluindo o alongamento do prazo de pagamento de parte dessa dívida em até 15 anos, contados a partir de 10 de julho de 2009, com dois anos de carência de juros e quatro anos de carência do principal, e (ii) a conversão de parte da dívida de determinados credores em ações preferenciais da LDC Bioenergia S.A. (atualmente denominada Biosev S.A.) e da LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada Biosev Bioenergia S.A.), as quais foram convertidas em ações ordinárias da Biosev S.A. quando da realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, nos termos do Contrato Global. Para o refinanciamento da Dívida Reestruturada denominada em dólar norte-americano, celebramos contratos de pré-pagamento de exportação com taxa de juros Libor acrescida da margem de 2,47%. Já com relação ao refinanciamento da Dívida Reestruturada denominada em Reais, emitimos debêntures não conversíveis em ações e celebramos contratos bilaterais com taxa de juros CDI acrescida de taxa correspondente a 1,72% ao ano. A Dívida Reestruturada é garantida por aval, ações de emissão da LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada Biosev Bioenergia S.A.), alguns dos ativos (hipotecas e equipamentos) e determinado fluxo de recebíveis da LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada Biosev Bioenergia S.A.).

Conforme acima mencionado, parte da instrumentalização da Dívida Reestruturada foi realizada por meio da emissão, pela Biosev Bioenergia S.A., em 22 de setembro de 2011, de 3.822.161 debêntures não conversíveis em ações, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e da escritura firmada em 14 de julho de 2011, conforme descrito no item 18.5 do Formulário de Referência. As debêntures emitidas pela Biosev Bioenergia S.A. contam com as mesmas garantias da Dívida Reestruturada.

Em 31 de março de 2020, nossa Dívida Reestruturada totalizava R\$981,5 milhões sendo que (a) R\$240,4 milhões correspondiam ao saldo devedor denominado em reais, e (b) R\$741,2 milhões correspondia ao saldo devedor denominado em moeda estrangeira, exclusivamente em dólares norte-americanos, instrumentalizada por meio de operação de pré-pagamento de exportação.

Financiamentos junto ao BNDES

Os financiamentos na modalidade FINAME são repasses de financiamento do BNDES, realizados via banco repassador, utilizados para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, com prazo de 5 a 6 anos. Sobre essas operações, incidem taxas de juros pré-fixadas ou atreladas à TLP (Taxa de Longo Prazo) acrescida de spread do BNDES e do banco repassador. Nessas operações é feita a alienação fiduciária do bem que está sendo financiado.

Em 31 de março de 2020, o saldo dos financiamentos junto ao BNDES era de R\$76,8 milhões, incluindo o saldo devedor dos financiamentos da modalidade FINAME, que corresponde a 1,05% dos financiamentos contratados.

Financiamento junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste ("FCO")

Temos também linha de financiamento do FCO, administrada pelo Banco do Brasil S.A., para financiamentos de projetos no Centro-Oeste. A referida linha é corrigida por taxas de juros sujeitas a bônus de adimplência e o respectivo financiamento é garantido pelos próprios ativos financiados e por fiança bancária.

Em 31 de março de 2020, o saldo devedor do financiamento junto ao FCO era de R\$51,9 milhões, que corresponde a 0,7% dos financiamentos contratados.

Cédulas de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil S.A.

Em 10 de julho de 2015, em 09 de agosto de 2016 e 24 de abril de 2017, emitimos quatro cédulas de crédito bancário em favor do Banco do Brasil S.A., nos valores de R\$97 milhões, R\$35 milhões, R\$40 milhões e R\$87 milhões, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem encargos, calculados com base em um percentual do CDI e/ou taxa prefixada. Estas cédulas de crédito bancário são garantidas por aval de nossa subsidiária Biosev Bioenergia S.A e por recebíveis de direitos creditórios.

Em março de 2018, as quatro cédulas entraram na negociação de extensão e renovação de parte do endividamento bancário da companhia. O novo vencimento passou a ser em 31 de março de 2023. As garantias se mantiveram sem alterações.

Em 31 de março de 2020, o saldo devedor era de R\$139,4 milhões, que corresponde a 1,9% dos financiamentos contratados.

Financiamento com a Proparco – agência de desenvolvimento francesa

Em 11 de dezembro de 2015, contratamos um financiamento junto a PROPARCO, agência de desenvolvimento francesa, para financiar um projeto de investimentos que visa aumentar a produtividade industrial e agrícola, bem como custear as despesas entressafra. O financiamento tem valor total de US\$ 60 milhões e prazo de vencimento de 140 meses e taxa de Libor de 6 meses acrescido da média de 5,75% ao ano em dólar. As garantias desta operação são hipotecas dos imóveis das usinas situadas nos Municípios de Leme (SP) e Lagoa da Prata (MG), e o penhor de máquinas e equipamentos da usina de Lagoa da Prata (MG) e o penhor dos recebíveis dos seguros correspondentes.

Em 31 de março de 2020, o saldo devedor era de R\$285,5 milhões, que corresponde a 3,9% do saldo dos financiamentos contratados.

Financiamentos à exportação

Utilizamos ainda linhas de financiamento à exportação, geralmente denominadas em dólares norte-americanos, junto a bancos comerciais de primeira linha, nacionais e estrangeiros, usualmente lastreadas no nosso fluxo de recebíveis de exportação.

Em 31 de março de 2020, o saldo devedor das nossas linhas de financiamento à exportação era de R\$5,8 bilhões, que corresponde a 79,0% dos financiamentos contratados.

Abaixo listamos os principais financiamentos deste grupo:

a) Cédulas de Crédito à Exportação em favor do Banco BTG Pactual S.A.

Em 28 de março de 2011, nossa subsidiária, Biosev Bioenergia S.A., emitiu notas de crédito à exportação em favor do Banco BTG Pactual S.A., totalizando R\$100 milhões, remunerada à época a um percentual de 126% do CDI ao ano. Os recursos foram destinados ao financiamento à exportação e/ou à produção de bens para a exportação, bem como às atividades de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação. Esta operação teve como garantia o aval da Biosev S.A.

Em 30 de março de 2012, emitimos uma cédula de crédito à exportação em favor do Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$100 milhões, remunerada à época a um percentual de 125% do CDI ao ano, destinada ao financiamento à exportação e/ou à produção de bens para a exportação, bem como às atividades de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação. Esta emissão contou com o aval da Biosev Bioenergia S.A.

Em 25 de março de 2013, celebramos junto ao Banco BTG Pactual S.A. aditamentos às operações citadas anteriormente que, dentre outras alterações, converteram a denominação dos financiamentos para "cédulas de crédito à exportação", alongaram o vencimento final para 22 de abril de 2016 e converteram o saldo em aberto em reais para o equivalente denominado em dólares norte-americanos. Sobre o saldo devedor de US\$99,3 milhões, incidia uma taxa fixa de 5,5% ao ano à época. Estes contratos são garantidos por (i) aval da Biosev S.A. e da Biosev Bioenergia S.A., e (ii) alienação fiduciária de bens móveis (posteriormente substituída por penhor mercantil).

Em 26 de março de 2013, emitimos uma cédula de crédito à exportação em favor do Banco BTG Pactual S.A., no valor de US\$50 milhões, remunerada à época a um percentual de 5,50% ao ano, destinada ao financiamento à exportação e/ou à produção de bens para a exportação, bem como às atividades de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação. O vencimento final desta nota era em 22 de abril de 2016. Sobre o saldo devedor incide uma taxa fixa. Este contrato é garantido por (i) aval da nossa subsidiária Biosev Bioenergia S.A., (ii) penhor mercantil de etanol.

Em 18 de junho 2013, foi firmado um instrumento particular de penhor mercantil de etanol e/ou açúcar, que substituiu a alienação fiduciária de bens móveis que garantia as cédulas de crédito à exportação acima mencionadas, tendo sido posteriormente aditado para refletir as alterações da operação.

Em 27 de março de 2015, as cédulas de crédito à exportação anteriormente mencionadas foram aditadas, prorrogando o vencimento total da operação para 22 de abril de 2017.

Em 22 de dezembro de 2015, as cédulas de crédito à exportação foram novamente aditadas, prorrogando o vencimento total da operação para 24 de abril de 2017, com troca da moeda da operação para Reais, alteração da taxa para 137% do CDI e manutenção do penhor mercantil de etanol como garantia da operação.

Em 20 de outubro de 2016, as cédulas de crédito à exportação anteriormente mencionadas foram novamente aditadas, prorrogando o vencimento total da operação para 24 de outubro de 2017.

Em 17 de março de 2017, as cédulas de crédito à exportação foram novamente aditadas, prorrogando o vencimento total da operação para 3 de abril de 2018, com alteração da taxa

para CDI mais 4,30%a.a. e manutenção do penhor mercantil de etanol como garantia da operação.

Em 29 de março de 2018, as cédulas de crédito à exportação foram parcialmente liquidadas e foram substituídos por ACCs no mesmo valor. As cédulas de crédito a exportação e os novos ACCs entraram na negociação de extensão e renovação de parte do endividamento bancário da companhia. O novo vencimento total das operações passou a ser 29 de abril de 2023. Os contratos de CCEs mantiveram os mesmos itens em garantia: (i) cartas de fiança emitidas pela Biosev S.A. e pela Biosev Bioenergia S.A. e (ii) alienação fiduciária de etanol.

O saldo devedor das operações acima mencionadas em 31 de março de 2020 era de R\$181 milhões, que corresponde a 2,5% dos financiamentos contratados.

b) Financiamento Sindicalizado

Em 9 de janeiro de 2015, a nossa subsidiária, Biosev Bioenergia International S.A., firmou um novo contrato de financiamento com um sindicato composto por oito bancos, liderado pelo Credit Agricole Corporate and Investment Bank, London Branch, ING Capital LLC e Natixis, New York Branch, no valor de US\$318 milhões, dos quais 100% são amortizáveis em nove parcelas, com vencimento final em 30 de abril de 2018. O financiamento é garantido por nosso aval e pelo aval de nossa subsidiária Biosev Bioenergia S.A. e também por penhor de cana e/ou fluxo de recebíveis de exportação.

Em março de 2018 a operação acima mencionada entrou na negociação de extensão e renovação de parte do endividamento bancário e o novo vencimento total da operação passou a ser em 30 de abril de 2023. As garantias se mantiveram inalteradas.

Em 31 de março de 2020, o saldo devedor do financiamento sindicalizado era de R\$1.153 milhões, que corresponde a 15,7% dos financiamentos contratados.

c) Pré-pagamento de Exportação do Banco Bradesco S.A.

Em 1 de novembro de 2010 e 13 de outubro de 2011, celebramos com o Banco Bradesco S.A., respectivamente, uma operação de pré-pagamento à exportação no valor de US\$195 milhões, e duas operações de pré-pagamento à exportação, no valor total de US\$42 milhões. Tais operações possuíam datas de vencimento distintas, sendo que a mais longa possuía vencimento em 04 de outubro de 2013. Em 23 de outubro de 2012, as referidas operações foram alongadas, e as respectivas datas de vencimento passaram a ser 22 de outubro de 2014, 31 de março de 2015 e 24 de setembro de 2015. Os pré-pagamentos eram garantidos por aval da nossa subsidiária Biosev Bioenergia S.A.

Em 30 de setembro de 2014, as operações de pré-pagamento citadas acima, com valor total de US\$145 milhões em referida data, foram aditadas, passando a respeitar um fluxo de pagamento de juros e principal semestral, com 2,5 anos de carência de principal, e vencimento final em 30 de setembro de 2019. Os pré-pagamentos passaram a ser garantidos também por penhor agrícola de cana-de-açúcar e por fluxo de recebíveis de exportação.

Em 30 de março de 2017, as operações de pré-pagamento citadas acima foram novamente aditadas. As amortizações da safra 17/18 tiveram seus vencimentos prorrogados para 3 de abril de 2018.

Em março de 2018, as operações de pré-pagamento entraram na negociação de extensão e renovação de parte do endividamento bancário e o novo vencimento total da operação passou a ser em 25 de março de 2023. As garantias se mantiveram sem alterações.

Em 31 de março de 2020, o saldo devedor era de R\$680,7 milhões, que corresponde a 9,3% dos financiamentos contratados.

d) ACC Umbrella

Em 10 de junho de 2014, celebramos um contrato de financiamento com um sindicato composto por dez bancos, liderado pelo ING Bank N.V., instrumentalizado por meio de Adiantamentos de Contratos de Câmbio ("ACCs") renovados a cada repagamento, no valor total de US\$440 milhões. Tais operações possuíam data final de vencimento em 26 de junho de 2017. Os ACCs são tomados por nós ou por nossa subsidiária, Biosev Bioenergia S.A., e, dependendo de seu tomador, são garantidos por nosso aval ou pelo aval da nossa subsidiária Biosev Bioenergia S.A.

Em 09 de novembro de 2016, a Companhia obteve das instituições financeiras participantes de referido contrato de financiamento e de novas instituições financeiras a ele aderentes, desembolsos e cartas de compromissos firmes por intermédio das quais referidas instituições financeiras comprometeram-se postergar a data de vencimento de referida linha de financiamento até junho de 2019, no montante total de US\$430 milhões, dos quais US\$15 milhões em 13 de outubro de 2016, US\$25 milhões em 20 de dezembro de 2016 foram desembolsados por intermédio do Banco ING e US\$ 30 milhões em 24 de fevereiro de 2017 foram desembolsados pelo banco BNP. Com estes novos compromissos, o montante total da operação alongada até junho de 2019 é de US\$430 milhões, equivalente a 97,7% do montante originalmente contratado correspondente a US\$440 milhões, à taxa de juros LIBOR + 5,65% ao ano. Estas alterações foram formalizadas por meio de aditamento do contrato de financiamento celebrado em 11 de agosto de 2016. Esta operação sindicalizada contou com a coordenação do ING Bank N.V., e as demais instituições financeiras participantes são: Rabobank, BNP Paribas, Société Générale e Crédit Agricole.

Em março de 2018 a operação acima mencionada entrou na negociação de extensão e renovação de parte do endividamento bancário e o novo vencimento total da operação passou a ser em 31 de março de 2023.

Em 31 de março de 2020, o saldo devedor era de R\$2.608 milhões, que corresponde a 35,6% dos financiamentos contratados.

e) Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACCs) bilaterais

Em 29 de março de 2018, celebramos um Convênio de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACCs) com o Itaú Unibanco S.A. Os ACCs atrelados ao convênio são renovados a cada repagamento e possuem prazo final em 31 de março de 2023, com prazo final de amortização em 31 de março de 2023. Os ACCs são garantidos por nosso aval ou pelo aval da nossa subsidiária, Biosev Bioenergia S.A..

Em 29 de março de 2018, também celebramos um Convênio de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACCs) entre o Banco BTG Pactual S.A., a Biosev S.A. e sua subsidiária, Biosev Bioenergia S.A.. Os ACCs atrelados ao convênio são renovados a cada repagamento e possuem prazo final em 31 de março de 2023, com prazo final de amortização em 31 de março de 2023. Os ACCs são garantidos por nosso aval ou pelo aval da nossa subsidiária, Biosev Bioenergia S.A..

Em 04 de maio de 2018, celebramos um Convênio de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACCs), entre o Banco do Brasil S.A., a Biosev S.A. e sua subsidiária, Biosev Bioenergia S.A.. Os

ACCs atrelados ao convênio são renovados a cada repagamento e possuem prazo final em 31 de março de 2023. As operações são garantidas por nosso aval ou pelo aval da nossa subsidiária.

Em 31 de março de 2020, o saldo devedor total era de R\$1.034 milhões, que corresponde a 14,1% dos financiamentos contratados.

f) Pré-pagamento de Exportação do Amerra Capital Management LLC

Em 06 de março de 2017, a Biosev S.A. celebrou com o Amerra Capital Management LLC, operações de pré-pagamento à exportação no valor de US\$ 50 milhões, com vencimento final em 30 de setembro 2019. Em 17 de junho de 2019, nossa subsidiária Biosev Bioenergia S.A. celebrou com o Amerra Capital Management LLC operação similar no montante total de US\$ 25 milhões e vencimento final em 30 de junho de 2022. Ambas as operações são garantidas por cessão de recebíveis de exportação.

Em 31 de março de 2020, o saldo devedor era de R\$129 milhões, que corresponde a 1,76% dos financiamentos contratados.

10.1.f.ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Além das relações de longo prazo mencionadas acima, possuímos operações de proteção (hedge) de taxa de juros junto a bancos brasileiros e internacionais, para proteção de parte da Dívida Reestruturada denominada em dólares norte-americanos com taxa de juros Libor. Firmamos dois contratos (Swap Libor) com bancos de primeira linha, os quais seguem o mesmo fluxo de amortização e pagamento de juros da Dívida Reestruturada com vencimento final em 2024.

Em 31 de março de 2020, o valor nominal envolvido nas referidas operações era de US\$135,9 milhões, que corresponde a R\$706,7 milhões.

A Companhia também possui Cartas de Fiança contratadas junto a bancos brasileiros, com o objetivo de garantir o pagamento de Processo de Execução Fiscal, de prazo indeterminado, com renovação das condições comerciais dos contratos de Garantia a cada dois anos. Em 31 de março de 2020, o saldo devedor era de R\$142 milhões.

Em 31 de março de 2020 a Companhia possuía o valor de seguros-garantia relacionada com demandas judiciais no montante de R\$566,6 milhões.

10.1.f.iii. grau de subordinação entre as dívidas.

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas quirografárias. As dívidas que contam com garantias reais, bem como as dívidas que constituem crédito extraconcursal (por exemplo, ACC's), desfrutam das preferências e prerrogativas previstas em lei. Algumas de nossas dívidas, principalmente aquelas contraídas junto ao BNDES, incluindo os FINAMEs e a linha de financiamento do FCO, bem como a Dívida Reestruturada, o financiamento sindicalizado, as cédulas de crédito à exportação com o Banco BTG Pactual, o pré-pagamento de exportação com o Bradesco e o financiamento com a Proparco, dentre outras, estão garantidas por garantias reais, conforme descrito no item 10.1.f.i. Para mais informações vide item 3.8 do Formulário de Referência.

10.1.f.iv. eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como

o cumprimento de tais restrições.

Alguns empréstimos e financiamentos que assumimos contêm cláusulas restritivas de mudança de controle societário. Além disso, aqueles envolvendo a Dívida Reestruturada e certos financiamentos à exportação impõem restrições de endividamento mensuradas anualmente no final de cada exercício por meio de índices financeiros relacionados à liquidez corrente, EBITDA dividido pela despesa financeira líquida e dívida líquida dividida pelo EBITDA (conforme tais termos são definidos nos respectivos contratos – vide definição abaixo) e apurados com base nas informações contábeis da Companhia.

A tabela abaixo mostra os índices financeiros aplicáveis e os valores atingidos pela Companhia desde 31 de março de 2018:

Índices Financeiros	Obrigação Contratual	Em 31/03/2018	Em 31/03/2019	Em 31/03/2020
Liquidez corrente ⁽¹⁾ – maior ou igual:	1,1	2,06	1,10	0,48
EBITDA ⁽²⁾ sobre despesa financeira líquida ⁽³⁾ – maior ou igual	2,5	2,65	4,95	3,77
Dívida líquida ⁽⁴⁾ sobre EBITDA – menor ou igual	3,5	2,67	3,28	3,86

Conforme definido em nossos contratos financeiros que contém cláusulas restritivas:

- (1) Liquidez corrente significa a divisão do ativo circulante (somado a 30% do valor do ativo biológico apurado na mesma data) pelo passivo circulante.
- (2) EBITDA significa os lucros dos últimos 12 meses antes do imposto de renda e da contribuição social, das receitas e das despesas financeiras (com exceção dos resultados das operações de “hedge” de mercadorias e de câmbio que se refiram a operações puramente comerciais definidas nas demonstrações financeiras auditadas), da depreciação e da amortização (incluindo amortização de ágio) e dos ganhos (perdas) decorrentes de mudanças no valor justo menos os custos estimados de venda do ativo biológico, realizados e não realizados.
- (3) Despesas financeiras líquidas consolidadas significam o somatório dos custos de emissão de dívida, comissões, descontos e outras taxas para empréstimos bancários ou cartas de crédito e despesas financeiras efetivamente pagas, juros pagos a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo instituições financeiras, despesas com “hedge”, despesas com arrendamento mercantil, dividendos e custos de carregamento de ações preferenciais, despesas com garantias a outras obrigações das devedoras, descontadas das receitas provenientes de aplicações financeiras das devedoras e de “hedge” efetivamente recebidas.
- (4) Dívida líquida, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, títulos descontados, títulos emitidos (incluindo debêntures e notas promissórias (“commercial papers”) e demais operações de mercado do capital local e internacional), aceites, avais, fianças e outras garantias prestadas em favor de terceiros, ações resgatáveis que não as ações preferenciais, créditos existentes cedidos com coobrigação e créditos futuros cedidos (com ou sem obrigação) e obrigações de curto e longo prazos com coligadas não consolidadas das devedoras, decrescidos das disponibilidades (isto é, caixa e aplicações financeiras de curto prazo, excluídos os valores a receber, sob qualquer forma, que tenham sua liquidação vinculada ou condicionada ao pagamento de créditos cedidos (existentes ou futuros)).

A verificação do cumprimento das cláusulas restritivas ocorre anualmente, no encerramento do exercício da Companhia. No exercício encerrado em 31 de março de 2020, apesar de não atendermos nosso compromisso contratual de empréstimos e financiamentos, foram concedidos por nossos credores, um waiver especificamente quanto da apuração em relação às

Demonstrações Financeiras Relativas ao Exercício 2019/20 devidamente auditadas. Nos exercícios encerrados em 31 de março de 2019 e 31 de março de 2018, atendemos a todos os nossos compromissos contratuais de empréstimos e financiamentos.

Mesmo com a concessão do waiver com os credores que consequentemente mantem-se os vencimentos e todas as demais condições contratuais originais, os empréstimos e financiamentos de longo prazo desses respectivos contratos são obrigados a serem reclassificados no curto prazo conforme a norma de Pronunciamento Técnico CPC 26. Para mais detalhes, veja item 10.1.h – Análise do Balanço Patrimonial, desse Formulário de Referência. Com a reclassificação para curto prazo, o índice de liquidez corrente ficar em 0,48. Considerando o waiver e mantendo os vencimentos contratuais originais, o índice de liquidez corrente fica em 1,1.

Alguns empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas de alienação de ativos. As cláusulas restritivas de alienação de ativos constantes dos nossos principais contratos (conforme identificados no item 10.1.(f).(i) acima) impõem, na maioria dos casos, determinadas condições à alienação de nossos ativos fixos. Dentre referidas condições, as principais referem-se à exigência de que, conforme estipulado em cada um dos respectivos contratos, (i) tais alienações sejam realizadas no curso ordinário das nossas atividades; ou (ii) os recursos decorrentes de tais alienações sejam utilizados para adquirir outro(s) ativo(s) visando a substituição do(s) ativo(s) alienado(s), ou sejam utilizados em nossos projeto de investimento (respeitados os termos do respectivo contrato), ou ainda, sejam utilizados para amortizar a respectiva dívida (no caso da Dívida Reestruturada); ou (iii) tais alienações envolvam ativos (a) cuja alienação acarrete uma redução da nossa capacidade total de moagem (assim considerada no agregado) até um determinado percentual (conforme estipulado no respectivo contrato), desde que não gerem um efeito adverso material (conforme definido nos respectivos contratos), ou, conforme o caso, (b) que tenham valor de venda ou valor contábil superior a um determinado valor (conforme estipulado no respectivo contrato).

Em alguns de nossos principais contratos (conforme identificados no item 10.1.(f).(i) acima) há ainda cláusulas que restringem a oneração (o que inclui a alienação fiduciária) de nossos ativos, salvo exceções previstas para casos específicos estipulados em cada um dos respectivos contratos. Dentre as hipóteses permissivas, além daquelas realizadas no curso normal dos nossos negócios, as principais referem-se a onerações (i) sobre quaisquer ativos que garantam dívidas incorridas ou assumidas com o propósito de financiar, no todo ou em parte, custo de aquisição do bem onerado, (ii) que se apresentem sobre a forma de servidão, faixa de domínio, restrição ou outra limitação imposta em decorrência do curso normal dos negócios, (iii) constituídos em favor de instituições multilaterais de crédito ou similares, incluindo BNDES, (iv) constituídos sobre nossa cana-de-açúcar, estoques e recebíveis no curso normal dos negócios até um determinado percentual (estipulado nos termos de cada contrato) do total de nossa cana-de-açúcar, estoques e recebíveis.

Adicionalmente, no curso ordinário de nossos negócios, celebramos contratos financeiros com nossos credores da Dívida Reestruturada por meio dos quais foram oneradas em garantia ações de emissão de nossas subsidiárias de nossa titularidade, bem como parte de nossos imóveis e equipamentos, de forma assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes de referidos instrumentos.

10.1.g. limites dos financiamentos e percentuais já utilizados

Um dos contratos de nossas dívidas estipula limite de captação de financiamento referente aos Adiantamentos de Contrato de Câmbio, e que está sendo respeitado. Em 31 de março de 2020, tínhamos captado 86% do limite de principal estipulado em tal contrato.

10.1.h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2020, 31 de março de 2019 e 31 de março de 2018, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, ativos mantidos para venda e pelo ativo biológico, mensurados pelos seus valores justos conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração da Companhia deve, no final de cada exercício social, fazer o uso de determinadas práticas contábeis que contemplam julgamentos e estimativas a respeito dos valores de receitas, despesas, ativos, passivos e divulgações de passivos contingentes, as quais não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as suas respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da Administração e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A partir de 1º de abril de 2019, foi adotada a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, que alterou a contabilização de contratos de arrendamento mercantil e de parcerias agrícolas, que passaram a ter tratamento equivalente ao de financiamentos relacionados à aquisição de direitos de uso de ativos, e cujos pagamentos, anteriormente registrados em custos e despesas operacionais, são agora reconhecidos como depreciação ou amortização e despesas financeiras.

Demonstração de Resultado do Exercício:

Abaixo nossa demonstração do resultado consolidado dos três últimos exercícios encerrados em 31 de março de 2020, 2019 e 2018:

Demonstrativo de Resultado (R\$ Mil) ³	31/03/2020	AV¹	31/03/2019	AV¹	AH²	31/03/2018	AV¹	AH²
RECEITA LÍQUIDA	6.538.086	100,0%	6.232.172	100,0%	4,9%	7.103.644	100,0%	-12,3%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(5.838.031)	-89,3%	(5.642.200)	-90,5%	3,5%	(6.797.295)	-95,7%	-17,0%
LUCRO BRUTO	700.055	10,7%	589.972	9,5%	18,7%	306.349	4,3%	92,6%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(393.176)	-6,0%	(602.220)	-9,7%	-34,7%	(878.887)	-12,4%	-31,5%
Gerais, administrativas e de vendas	(454.977)	-7,0%	(465.107)	-7,5%	-2,2%	(617.641)	-8,7%	-24,7%
Resultado de equivalência patrimonial	(8.952)	-0,1%	(11.373)	-0,2%	-21,3%	(5.079)	-0,1%	123,9%
Outras receitas operacionais	351.164	5,4%	148.412	2,4%	136,6%	122.082	1,7%	21,6%
Outras despesas operacionais	(280.411)	-4,3%	(274.152)	-4,4%	2,3%	(378.249)	-5,3%	-27,5%

RESULTADO FINANCEIRO	(2.216.057)	-33,9%	(1.373.080)	-22,0%	61,4%	(1.118.329)	-15,7%	22,8%
Receitas financeiras	33.385	0,5%	57.011	0,9%	-41,4%	52.031	0,7%	9,6%
Despesas financeiras	(506.175)	-7,7%	(483.036)	-7,8%	4,8%	(886.761)	-12,5%	-45,5%
Derivativos	42.542	0,7%	81.504	1,3%	-47,8%	(24.530)	-0,3%	-432,3%
Variação Cambial	(1.785.809)	-27,3%	(1.028.559)	-16,5%	73,6%	(259.069)	-3,6%	297,0%
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(1.909.178)	-29,2%	(1.385.328)	-22,2%	37,8%	(1.690.867)	-23,8%	-18,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	426.497	6,5%	186.198	3,0%	129,1%	420.992	5,9%	-55,8%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(1.482.681)	-22,7%	(1.199.130)	-19,2%	23,6%	(1.269.875)	-17,9%	-5,6%

¹ A coluna "AV" (análise vertical) indica a representatividade em relação à Receita Líquida. ² A coluna "AH" (análise horizontal) indica a variação percentual de cada linha em relação ao ano anterior. ³ Sem efeito do IFRS16 no ano safra de 2019/20 para efeito de comparabilidade com os anos safras de 2018/19 e 2017/18.

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Receita Líquida ex- HACC (excluindo-se os efeitos contábeis, não caixa, do hedge accounting da dívida em moeda estrangeira)

Receita Líquida ex-HACC (R\$ Mil)	2019/20	2018/19	%	2017/18	%
Açúcar	1.530.531	1.727.580	-11,4%	3.139.748	-45,0%
Mercado Interno	199.097	324.436	-38,6%	364.760	-11,1%
Mercado Externo	1.331.434	1.403.144	-5,1%	2.774.988	-49,4%
Etanol	2.952.987	2.695.807	9,5%	2.242.915	20,2%
Mercado Interno	2.426.564	2.537.662	-4,4%	2.133.220	19,0%
Mercado Externo	526.423	158.145	232,9%	109.695	44,2%
Energia	464.508	450.216	3,2%	349.665	28,8%
Total	4.948.026	4.873.603	1,5%	5.732.328	-15,0%
Outros Produtos	1.856.261	1.447.931	28,2%	1.549.084	-6,5%
Bagaço, serviços e outros	36.721	45.043	-18,5%	53.631	-16,0%
Performance exportação de commodities	1.819.540	1.402.888	29,7%	1.495.453	-6,2%
Total Receita Líquida ex-HACC (R\$ Mil)	6.804.287	6.321.534	7,6%	7.281.412	-13,2%

A receita líquida ex-HACC atingiu R\$6,3 bilhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020, 7,6% superior à da safra passada, devido principalmente da comercialização de maiores volumes de etanol no mercado externo, da receita de performance de contratos de exportação associados a vencimentos de contratos de dívida em moeda estrangeira e por maiores preços médios de etanol, parcialmente compensados pelo fato de na safra passada contar com receitas do Polo Nordeste.

A receita líquida ex-HACC atingiu R\$6,3 bilhões no exercício encerrado em 31 de março de 2019, 13,2% inferior à receita de R\$7,3 bilhões registrada no exercício encerrado em 31 de março de 2018, devido principalmente a menores volumes (efeito pontual da estratégia de carry executado pela Companhia ao longo da safra) e preços de açúcar. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos maiores volumes e preços médios de etanol e de energia.

Açúcar – No exercício encerrado em 31 de março de 2020, a receita líquida ex-HACC foi de R\$1,5 bilhão, 11,4% inferior ao exercício anterior, devidos às reduções de volumes vendidos e de preços médios, que refletem os menores preços do produto no mercado internacional.

No exercício encerrado em 31 de março de 2019, a receita líquida ex-HACC foi de R\$1,7 bilhão, 45% inferior à receita de R\$3,1 bilhões registrada no exercício encerrado em 31 de março de 2018, devidos às reduções de volumes vendidos e de preços médios, que refletem os menores

preços do produto no mercado internacional.

Etanol – No exercício encerrado em 31 de março de 2020, a receita líquida ex-HACC foi de R\$3,0 bilhões, 9,5% superior ao exercício anterior, que reflete principalmente a capacidade da Companhia em maximizar o *mix* de produção de etanol, e a estratégia da Companhia de otimização de vendas, com prioridade aos produtos e períodos de maior captura de valor agregado.

No exercício encerrado em 31 de março de 2019, a receita líquida ex-HACC foi de R\$2,7 bilhões, 20% superior à receita de R\$2,2 bilhões registrada no exercício encerrado em 31 de março de 2018, devidos ao aumento nos volumes vendidos e dos preços médios, que reflete principalmente a capacidade da Companhia em maximizar o *mix* de produção de etanol, e a estratégia realizada de carregamento dos estoques do produto ao longo da safra.

Energia – A receita líquida de energia foi de R\$ 464,5 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020, um aumento de 3,2% em relação à safra anterior, devido principalmente aos aumentos nos volumes vendidos, parcialmente compensado nos preços médios dos períodos.

A receita líquida de energia foi de R\$ 450,2 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2019, um aumento de 28,8% em relação à receita de R\$219 milhões registrada no exercício encerrado em 31 de março de 2018, devido principalmente aos aumentos nos volumes vendidos e nos preços médios dos períodos.

Outros Produtos – Na linha de outros produtos são contabilizadas as receitas de bagaço cru, serviços e outros, além das receitas advindas da comercialização *spot* de *commodities* para o cumprimento de contratos de performance de exportação associados a obrigações em moeda estrangeira.

A receita de Outros Produtos foi de R\$ 1,9 bilhão no exercício encerrado em 31 de março de 2020, um aumento de 28,2% em relação à receita de R\$ 1,5 bilhão registrada no exercício encerrado em 31 de março de 2019, que foi em linha com a receita líquida de R\$1,5 bilhão no exercício encerrado em 31 de março de 2018. Esses resultados estão relacionados principalmente com as execuções de operações de performance de exportação associados a vencimentos de contratos de dívida em moeda estrangeira.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados

Os números demonstrados a seguir referente a safra 19/20 não consideram os efeitos do IFRS16 para efeito de comparabilidade com os números das safras anteriores.

CPV e CPV Caixa (R\$ Mil) ¹	2019/20	2018/19	%	2017/18	%
CPV Total	(5.838.031)	(5.642.200)	3,5%	(6.797.295)	-17,0%
Itens não-caixa	(1.167.256)	(1.454.862)	-19,8%	(1.824.725)	-20,3%
Depreciações e Amortizações	(1.389.704)	(1.432.428)	-3,0%	(1.472.221)	-2,7%
Ganhos (perdas) na venda de ativo biológico	222.448	(22.434)	-1091,6%	(352.504)	-93,6%
CPV Caixa	(4.670.775)	(4.187.338)	11,5%	(4.972.570)	-15,8%
Pessoal	(472.046)	(553.038)	-14,6%	(560.188)	-1,3%
Matéria prima	(1.483.378)	(1.597.560)	-7,1%	(1.729.784)	-7,6%
Insumos industriais e serviços	(91.827)	(178.418)	-48,5%	(168.679)	5,8%
Mercadoria de revenda	(2.623.524)	(1.858.322)	41,2%	(2.513.919)	-26,1%
Açúcar, etanol e energia	(823.159)	(472.491)	74,2%	(997.587)	-52,6%
Performance exportação de commodities	(1.800.365)	(1.385.831)	29,9%	(1.516.332)	-8,6%

CPV Caixa ex-revenda	(2.047.251)	(2.329.016)	-12,1%	(2.458.651)	-5,3%
-----------------------------	--------------------	-------------	--------	-------------	-------

¹ Sem efeito do IFRS16 no ano safra de 2019/20 para efeito de comparabilidade com os anos safras de 2018/19 e 2017/18.

No exercício encerrado em 31 de março de 2020, o CPV total foi de R\$5,8 bilhões, um aumento de 3,5% em relação ao exercício anterior, principalmente da maior execução de operações de performance de exportação associados a vencimentos de contratos de dívida em moeda estrangeira.

Excluindo-se os efeitos não caixa (R\$1,2 bilhão) e os custos com revenda (R\$2,6 bilhão), o CPV caixa ex-revenda atingiu o montante de R\$ 2,0 bilhões, 12,1% inferior ao da safra anterior. Essa variação é resultado da redução de custos operacionais como resultado do processo de otimização de custos e estruturas, do fato de os montantes da safra passada contarem com custos do Polo Nordeste e da estratégia da Companhia de otimização de vendas, com prioridade aos produtos e períodos de maior captura de valor agregado.

No exercício encerrado em 31 de março de 2019, o CPV total foi de R\$5,6 bilhões, uma redução de 17% ao CPV Total de R\$6,8 bilhões registrado no exercício encerrado em 31 de março de 2018. Essa redução deve-se principalmente aos seguintes fatores: (i) ao impacto da variação do valor justo do ativo biológico menos os seus custos estimados de venda e (ii) à redução no volume de operações de revenda.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pela performance de contratos de exportação associados a vencimentos de contratos de dívida em moeda estrangeira.

Excluindo-se os efeitos não caixa (R\$1,4 bilhão) e os custos com revenda (R\$1,9 bilhão), o CPV caixa ex-revenda atingiu o montante de R\$ 2,3 bilhões, 5,3% inferior ao da safra anterior, que foi de R\$2,5 bilhões, devido principalmente à redução de custos operacionais como resultado do processo de otimização de custos e estruturas.

Lucro Bruto Caixa ex-revenda HACC

Os números demonstrados a seguir referente a safra 19/20 não consideram os efeitos do IFRS16 para efeito de comparabilidade com os números das safras anteriores.

Lucro Bruto Caixa ex-revenda/HACC ¹	2019/20	2018/19	%	2017/18	%
Receita Líquida	6.538.086	6.232.172	4,9%	7.103.644	-12,3%
(-) CPV Total	(5.838.031)	(5.642.200)	3,5%	(6.797.295)	-17,0%
(=) Lucro Bruto	700.055	589.972	18,7%	306.349	92,6%
(-) Efeitos Não-Caixa no CPV	(1.167.256)	(1.454.862)	-19,8%	(1.824.725)	-20,3%
Depreciações e Amortizações	(1.389.704)	(1.432.428)	-3,0%	(1.472.221)	-2,7%
Ganhos (perdas) na venda de ativo biológico	222.448	(22.434)	-1091,6%	(352.504)	-93,6%
(=) Lucro Bruto Caixa	1.867.311	2.044.834	-8,7%	2.131.074	-4,0%
Margem Bruta Caixa	28,6%	32,8%	-4,2 p.p.	30,0%	2,8 p.p.
(-) Operações de revenda na Receita Líquida	2.680.807	1.912.140	40,2%	2.557.495	-25,2%
(-) Operações de revenda no CPV	(2.623.524)	(1.858.322)	41,2%	(2.513.918)	-26,1%
(-) <i>Hedge Accounting</i> da dívida em moeda estrangeira (HACC)	(266.201)	(89.362)	197,9%	(177.768)	-49,7%
(=) Lucro Bruto Caixa ex-revenda/HACC	2.076.229	2.080.378	-0,2%	2.265.265	-8,2%
Margem Bruta Caixa ex-revenda/HACC	50,4%	47,2%	3,2 p.p.	48,0%	-0,8 p.p.

¹ Sem efeito do IFRS16 no ano safra de 2019/20 para efeito de comparabilidade com os anos safras de 2018/19 e 2017/18.

Visando uma análise mais adequada da rentabilidade operacional da Biosev e possibilitar uma

melhor comparação dos nossos indicadores com nossos pares, excluímos também do cálculo do Lucro Bruto Caixa (i) os impactos das operações de revenda de açúcar, etanol e energia além das operações de performance de exportação e (ii) o impacto do *hedge accounting* (HACC) da dívida em moeda estrangeira na receita líquida, que é um impacto não-caixa.

O Lucro Bruto Caixa ex-revenda/HACC no exercício findo em 31 de março de 2020 foi de R\$2,1 bilhões, 2,6% superior em relação ao lucro da safra anterior. O aumento reflete a estratégia da Companhia de otimização de vendas com prioridade aos produtos e períodos de maior captura de valor agregado e a redução de custos operacionais, como resultado do processo de otimização de custos e estruturas em curso na Companhia.

A margem bruta caixa ex-revenda/HACC foi de 51,7%, um aumento de 4,5 p.p. em relação ao observado no exercício da anterior.

O Lucro Bruto Caixa ex-revenda/HACC no exercício findo em 31 de março de 2019 foi de R\$2,1 bilhões, 8,2% inferior em relação ao lucro de R\$2,3 bilhões registrado no exercício encerrado em 31 de março de 2018. A redução reflete redução de custos operacionais, como resultado do processo de otimização de custos e estruturas em curso na Companhia.

A margem bruta caixa ex-revenda/HACC foi de 47,2%, uma redução de 0,8 p.p. em relação ao observado no exercício encerrado em 31 de março de 2018, que foi de 48,0%.

Resultados Operacionais (Receitas e Despesas Operacionais)

No exercício encerrado em 31 de março de 2020, o nosso resultado operacional foi uma despesa de R\$393 milhões, 34,8% inferior em relação ao exercício anterior.

No exercício encerrado em 31 de março de 2019, o nosso resultado operacional foi uma despesa de R\$602 milhões, uma melhora de 31,5% em relação ao exercício encerrado em 31 de março de 2018, que foi uma despesa de R\$879 milhões.

Essas variações serão discutidas a seguir. Os números demonstrados a seguir referente a safra 19/20 não consideram os efeitos do IFRS16 para efeito de comparabilidade com os números das safras anteriores.

Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (DVGA's)

DVGA's Caixa (R\$ Mil) ¹	2019/20	2018/19	%	2017/18	%
DVGA - Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas	(454.977)	(465.107)	-2,2%	(617.641)	-24,7%
Depreciação e Amortização	(21.502)	(22.704)	-5,3%	(26.609)	-14,7%
Vendas	(175.117)	(209.393)	-16,4%	(271.560)	-22,9%
Fretes	(124.389)	(145.950)	-14,8%	(186.638)	-21,8%
Embarque	(38.947)	(50.814)	-23,4%	(71.341)	-28,8%
Comissões, capatazias e outras despesas	(11.781)	(12.629)	-6,7%	(13.581)	-7,0%
Gerais e Administrativas	(258.358)	(233.010)	10,9%	(319.472)	-27,1%
Pessoal	(127.225)	(122.122)	4,2%	(152.969)	-20,2%
Serviços	(104.326)	(80.353)	29,8%	(134.915)	-40,4%
Outras	(26.807)	(30.535)	-12,2%	(31.588)	-3,3%
DVGA's Caixa	(433.475)	(442.403)	-2,0%	(591.032)	-25,1%

¹ Sem efeito do IFRS16 no ano safra de 2019/20 para efeito de comparabilidade com os anos safras de 2018/19 e 2017/18.

No exercício encerrado em 31 de março de 2020, as DVGA's totalizaram R\$455 milhões, uma redução de 2,2% em relação às DVGA's no exercício anterior. Excluindo-se as despesas com

depreciação no valor de R\$21,5 milhões, as DVGA's Caixa totalizaram R\$433,5 milhões, uma redução de 2% em relação ao valor registrado no exercício anterior.

Os principais fatores que contribuíram para essas variações foram a diferença na composição do *mix* de vendas entre os períodos e o processo de otimização das estruturas operacionais e organizacionais.

No exercício encerrado em 31 de março de 2019, as DVGA's totalizaram R\$465 milhões, uma redução de 25% em relação às DVGA's registradas no exercício encerrado em 31 de março de 2018, que foram de R\$618 milhões. Excluindo-se as despesas com depreciação no valor de R\$23 milhões, as DVGA's Caixa totalizaram R\$442 milhões, uma redução de 25% em relação ao valor registrado no exercício anterior, que foi de R\$591 milhões.

Os principais fatores que contribuíram para essas variações foram a diferença na composição do *mix* de vendas entre os períodos e o processo de otimização das estruturas operacionais e organizacionais.

Resultado de Equivalência Patrimonial

No exercício encerrado em 31 de março de 2020, o resultado de equivalência patrimonial foi uma despesa de R\$9 milhões, o que se compara às despesas de R\$11 milhões registradas no exercício encerrado em 31 de março de 2019 e de R\$5 milhões registradas no exercício encerrado em 31 de março de 2018. Essas variações devem-se principalmente às variações do resultado do TEAG nos períodos, em função do desempenho do terminal.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

No exercício encerrado em 31 de março de 2020, o resultado operacional foi uma receita foi de R\$71 milhões o que se compara a uma despesa de R\$126 milhões registrada na safra anterior. Essa diferença deve-se principalmente devido à reversão de provisão para perda por redução ao valor recuperável das usinas do Polo Nordeste, devido baixas de seus ativos cujas vendas foram concluídas na safra e devido aos recursos recebidos e repassados do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) aos acionistas históricos da Santelisa Vale na safra passada.

No exercício encerrado em 31 de março de 2019, nosso resultado com outras despesas operacionais foi de R\$126 milhões, 51% inferior ao registrado no exercício encerrado em 31 de março de 2018, que foi de R\$257 milhões. Essa diferença deve-se principalmente aos recursos recebidos no último trimestre da safra versus ao pagamento de recursos recebidos do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) aos acionistas históricos da Santelisa Vale no montante de R\$138 milhões na safra passada.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício encerrado em 31 de março de 2020 foi uma despesa de R\$2,2 bilhões, representando um aumento de 61,4% em relação ao exercício anterior. A variação cambial impactou de forma negativa principalmente em função das desvalorização de 33,4% do Real frente ao Dólar norte-americano quando comparando as safras, principalmente devido a volatilidade no último trimestre da safra (jan/20 a mar/20).

O resultado financeiro no exercício encerrado em 31 de março de 2019 foi uma despesa de R\$1,4 bilhão, representando um aumento de 22,8% em relação ao exercício encerrado em 31 de março de 2018, que foi de R\$1,1 bilhão. Essa variação é explicada pela desvalorização do real frente ao dólar sobre a parcela do endividamento denominada em dólares, compensados

pela redução das despesas com juros, pelos ganhos com a liquidação e marcação a mercado dos derivativos e pelos rendimentos de aplicações financeiras no período.

Receitas Financeiras

No exercício encerrado em 31 de março de 2020, nossas receitas financeiras foram de R\$33,4 milhões, 41,4% inferiores ao ano safra anterior. Essa redução deve-se principalmente a redução do saldo médio de aplicações financeiras.

No exercício encerrado em 31 de março de 2019, nossas receitas financeiras foram de R\$57 milhões, 9,6% superior em relação às receitas financeiras de R\$52 milhões no ano findo em 31 de março de 2018. Esse acréscimo deve-se principalmente ao aumento de R\$9 milhões de rendimento de aplicações financeiras.

Despesas Financeiras

No exercício encerrado em 31 de março de 2020, nossas despesas financeiras foram de R\$506 milhões, um aumento de 46% em relação às despesas financeiras do ano safra anterior, devido principalmente às reduções de despesas com juros.

No exercício encerrado em 31 de março de 2019, nossas despesas financeiras foram de R\$483 milhões, uma redução de 46% em relação às despesas financeiras de R\$887 milhões no ano findo em 31 de março de 2018, devido principalmente às reduções de despesas com juros.

Derivativos

No exercício findo em 31 de março de 2020, nossos resultados com derivativos foram uma receita de R\$42,5 milhões o que se compara a uma receita de R\$81 milhões no exercício findo em 31 de março de 2019 e a uma despesa de R\$25 milhões no exercício findo em 31 de março de 2018. Essas variações devem-se principalmente a menores e/ou maiores ganhos com a marcação a mercado de posições de derivativos.

Variação Cambial

A despesa financeira associada à variação cambial foi de R\$1.786 milhões no exercício findo em 31 de março de 2020, ante a uma despesa financeira de R\$1.029 milhões no exercício findo em 31 de março de 2019 e a uma despesa financeira de R\$259 milhões no exercício findo em 31 de março de 2018. Essas variações são resultado da desvalorização do Real em relação ao Dólar norte-americano (33,4% e 17,2% respectivamente) e seus impactos não caixa sobre a parcela do endividamento denominado em Dólares norte-americanos (R\$1,9 bilhão e R\$940 milhões respectivamente).

Resultado antes da Tributação

No exercício encerrado em 31 de março de 2020, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social foi negativo em R\$1,9 bilhão, o que compara com um resultado negativo de R\$1,4 bilhão no exercício encerrado em 31 de março de 2019 e a um resultado negativo de R\$1,7 bilhão registrado no exercício encerrado em 31 de março de 2018. Além dos aspectos já discutidos anteriormente, a variação do EBT é resultado da variação do valor justo do ativo biológico menos seus custos estimados de venda nos montantes de R\$245 milhões e R\$330 milhões respectivamente.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício encerrado em 31 de março de 2020, o resultado do período foi impactado

positivamente pelo Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CSLL), no montante de R\$426,5 milhões. Esse efeito é decorrente principalmente da variação nas diferenças temporárias tributáveis no período relativas à variação cambial não realizada e à marcação a mercado de derivativos.

No exercício encerrado em 31 de março de 2019, o resultado do período foi impactado positivamente pelo Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CSLL), no montante de R\$186 milhões. Esse efeito é decorrente principalmente da variação nas diferenças temporárias tributáveis no período relativas à variação cambial não realizada e à marcação a mercado de derivativos.

A seguir a composição do imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado dos períodos:

Imposto de renda e contribuição social	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2018
Correntes	(15.294)	(8.943)	(19.534)
Diferidos relacionados à origem e reversão de diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa	477.113	195.141	440.526
Reconhecidos no resultado do exercício	461.819	186.198	420.992

Resultado do Exercício

No exercício encerrado em 31 de março de 2020, o resultado foi negativo em R\$1,5 bilhão, impactado pelos efeitos não caixa da variação cambial (de R\$1,9 bilhão) sobre o endividamento em dólar, por menores ganhos na liquidação e marcação a mercado de posições em derivativos e por menores rendimentos de aplicações financeiras no período, parcialmente compensados por aumento da receita líquida e da estratégia da Companhia de otimização de vendas com prioridade aos produtos e períodos de maior captura de valor agregado.

No exercício encerrado em 31 de março de 2019, o resultado foi negativo em R\$1,2 bilhão, o que se compara ao resultado foi negativo de R\$1,3 bilhão no exercício encerrado em 31 de março de 2018, impactado pelos efeitos da variação cambial (de R\$940 milhões) sobre o endividamento em dólar e por eventos climáticos adversos tais como a seca ocorrida no período de formação do canavial.

EBITDA Ajustado (incluindo operações de revenda e os efeitos contábeis, não caixa, do *hedge accounting* da dívida em moeda estrangeira)

O EBITDA Ajustado foi de R\$1,6 bilhão no exercício findo em 31 de março de 2020, 1,8% superior ao da safra anterior. A margem EBITDA Ajustado foi de 23,8%, 0,7 p.p. inferior ao da safra passada. O EBITDA Ajustado unitário cresceu 10% em relação à safra passada (de R\$52,3/ton para R\$57,4/ton), como consequência da redução dos custos e despesas já mencionados, parcialmente compensados pela redução de preços e volumes de venda de açúcar.

O EBITDA Ajustado foi de R\$1,5 bilhão no exercício findo em 31 de março de 2019, 3,8% inferior ao registrado no período findo em 31 de março de 2018 cujas respectivas margens foram de 24,5% e 22,3%. O EBITDA Ajustado unitário cresceu 8% em relação ao exercício findo em 31 de março de 2018 (de R\$48,6/ton para R\$52,3/ton), como consequência da redução dos custos e despesas já mencionados, parcialmente compensados pela redução de preços e volumes de venda de açúcar.

Análise do Balanço Patrimonial

Conforme explicado no item 10.1.f.iv desse Formulário de Referência, no exercício encerrado em 31 de março de 2020, apesar de não atendermos nosso compromisso contratual de empréstimos e financiamentos, foi concedido waiver pelos nossos credores, que consequentemente mantem os vencimentos e todas as demais condições contratuais originais. Mas conforme a norma de Pronunciamento Técnico CPC 26 os empréstimos e financiamentos de longo prazo desses respectivos contratos são obrigados a serem reclassificados no curto prazo, conforme demonstrado abaixo na tabela do Passivo e explicado nas linhas de empréstimos e financiamentos.

Abaixo foram listadas todas as linhas de nosso balanço patrimonial consolidado, com a correspondente comparação entre as posições em 31 de março de 2020 (considerando os impactos do IFRS16), 31 de março de 2019 e 31 de março de 2018:

ATIVO (R\$ Mil)	31/03/2020	AV¹	31/03/2019	AV¹	AH²	31/03/2018	AV¹	AH²
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	1.174.943	8,7%	1.189.112	13,4%	-1,2%	1.530.092	15,7%	-22,3%
Aplicações financeiras	52.245	0,4%	139.900	1,6%	-62,7%	443.283	4,6%	-68,4%
Instrumentos financeiros derivativos	225.787	1,7%	39.416	0,4%	472,8%	42.604	0,4%	-7,5%
Contas a receber	202.050	1,5%	117.591	1,3%	71,8%	356.377	3,7%	-67,0%
Estoques	2.948.633	21,9%	671.302	7,6%	339,2%	555.121	5,7%	20,9%
Ativo biológico	663.908	4,9%	501.124	5,7%	32,5%	521.948	5,4%	-4,0%
Impostos a recuperar	158.777	1,2%	180.947	2,0%	-12,3%	250.164	2,6%	-27,7%
Outros créditos	88.170	0,7%	97.043	1,1%	-9,1%	59.117	0,6%	64,2%
Ativos mantidos para venda	45.165	0,3%	220.456	2,5%	-79,5%	3.506	0,0%	6188,0%
Total do ativo circulante	5.559.678	41,4%	3.156.891	35,7%	76,1%	3.762.212	38,7%	-16,1%
NÃO CIRCULANTE								
Aplicações financeiras	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	10.595	0,1%	-100,0%
Adiantamentos a fornecedores	56.602	0,4%	42.427	0,5%	33,4%	6.491	0,1%	553,6%
Depósitos judiciais	385.413	2,9%	367.388	4,2%	4,9%	342.736	3,5%	7,2%
Impostos a recuperar	57.529	0,4%	63.573	0,7%	-9,5%	133.351	1,4%	-52,3%
Instrumentos financeiros derivativos	55.885	0,4%	-	0,0%	100,0%	-	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	872.971	6,5%	403.692	4,6%	116,2%	275.592	2,8%	46,5%
Outros créditos	320.012	2,4%	77.100	0,9%	315,1%	11.950	0,1%	545,2%
Direito de uso de ativos de operações de arrendamento	1.577.379	11,7%	-	0,0%	100,0%	-	0,0%	0,0%
Investimentos	160.393	1,2%	169.913	1,9%	-5,6%	183.530	1,9%	-7,4%
Ativo imobilizado	3.477.391	25,9%	3.641.525	41,2%	-4,5%	4.079.573	41,9%	-10,7%
Intangível	921.964	6,9%	919.660	10,4%	0,3%	925.198	9,5%	-0,6%
Total do ativo não circulante	7.885.539	58,6%	5.685.278	64,3%	38,7%	5.969.016	61,3%	-4,8%
TOTAL DO ATIVO	13.445.217	100,0%	8.842.169	100,0%	52,1%	9.731.228	100,0%	-9,1%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	31/03/2020	AV¹	31/03/2019	AV¹	AH²	31/03/2018	AV¹	AH²
CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	7.225.234	53,7%	542.971	6,1%	1230,7%	536.552	5,5%	1,2%
Passivos de operações de arrendamento	498.932	3,7%	-	0,0%	100,0%	-	0,0%	0,0%
Adiantamentos de clientes no país	28.128	0,2%	13.987	0,2%	101,1%	43.918	0,5%	-68,2%
Adiantamentos de clientes no exterior	2.585.641	19,2%	357.345	4,0%	623,6%	74.933	0,8%	376,9%
Fornecedores	798.903	5,9%	653.684	7,4%	22,2%	728.802	7,5%	-10,3%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil)	31/03/2020	AV¹	31/03/2019	AV¹	AH²	31/03/2018	AV¹	AH²
Provisões e encargos sobre a folha de pagamento	90.483	0,7%	92.000	1,0%	-1,6%	117.276	1,2%	-21,6%
Impostos e contribuições a recolher	75.152	0,6%	74.344	0,8%	1,1%	134.075	1,4%	-44,6%
Instrumentos financeiros derivativos	586.843	4,4%	159.518	1,8%	267,9%	52.658	0,5%	202,9%
Outras obrigações	118.051	0,9%	107.518	1,2%	9,8%	215.587	2,2%	-50,1%
Total do passivo circulante	12.007.367	89,3%	2.001.367	22,6%	500,0%	1.903.801	19,6%	5,1%
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	96.191	0,7%	5.436.357	61,5%	-98,2%	4.765.785	49,0%	14,1%
Passivos de operações de arrendamento	1.182.337	8,8%	-	0,0%	100,0%	-	0,0%	0,0%
Adiantamentos de clientes no exterior	626.116	4,7%	452.176	5,1%	38,5%	1.052.893	10,8%	-57,1%
Fornecedores	5.965	0,0%	612	0,0%	874,7%	1.345	0,0%	-54,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.883	0,3%	38.882	0,4%	-5,1%	40.881	0,4%	-4,9%
Instrumentos financeiros derivativos	16.596	0,1%	7.706	0,1%	115,4%	3.833	0,0%	101,0%
Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais	294.668	2,2%	287.237	3,2%	2,6%	306.263	3,1%	-6,2%
Impostos e contribuições a recolher	18.501	0%	4.324	0%	328%	29	0%	14810%
Outras obrigações	167.247	1,2%	80.662	0,9%	107,3%	49.810	0,5%	61,9%
Total do passivo não circulante	2.444.504	18,2%	6.307.956	71,3%	-61,2%	6.220.839	63,9%	1,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	6.077.674	45%	6.077.674	69%	0%	2.618.214	27%	132%
Capital a Integralizar	-	0%	-	0%	0%	3.459.250	36%	-100%
Reserva de capital	1.353.937	10,1%	1.353.937	15,3%	0,0%	1.349.809	13,9%	0,3%
Prejuízos acumulados	(8.167.310)	-60,7%	(6.617.139)	-74,8%	23,4%	(5.418.431)	-55,7%	22,1%
Outros resultados abrangentes	(277.132)	-2,1%	(287.906)	-3,3%	-3,7%	(414.052)	-4,3%	-30,5%
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	(1.012.831)	-7,5%	526.566	6,0%	-292,3%	1.594.790	16,4%	-67,0%
Participação dos acionistas não controladores	6.177	0,0%	6.280	0,1%	-1,6%	11.798	0,1%	-46,8%
Total do patrimônio líquido	(1.006.654)	-7,5%	532.846	6,0%	-288,9%	1.606.588	16,5%	-66,8%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.445.217	100,0%	8.842.169	100,0%	52,1%	9.731.228	100,0%	-9,1%

(1) A coluna "AV" (análise vertical) indica a representatividade em relação à Receita Líquida.

(2) A coluna "AH" (análise horizontal) indica a variação percentual de cada linha em relação ao ano anterior.

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Ativos

Caixa e Equivalentes de Caixa (Circulante)

Em 31 de março de 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizava R\$1.175 milhões, 1,2% inferior ao saldo da safra anterior. Esta redução reflete principalmente os pagamentos de principal e de juros nos montantes de R\$ 273,8 milhões e R\$ 464,8 milhões, respectivamente na safra.

Em 31 de março de 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizava R\$1.189 milhões, 22% inferior em relação ao saldo de 31 de março de 2018, o qual foi de R\$1.530 milhões. Esta redução reflete principalmente as amortizações do passivo restante relacionado a adiantamentos com o acionista controlador, que totalizaram R\$ 718 milhões no primeiro trimestre da safra e o pagamento de juros no montante de R\$377,8 milhões na safra.

Instrumentos Financeiros Derivativos (Circulante e Não Circulante)

Em 31 de março de 2020, o saldo de instrumentos financeiros derivativos totalizava R\$282 milhões, representando um aumento de 615% em relação ao saldo da safra anterior, que reflete principalmente da marcação a mercado de posições de derivativos de moeda e de commodities.

Em 31 de março de 2019, o saldo de instrumentos financeiros derivativos totalizava R\$39 milhões, representando uma redução de 7,5% em relação ao saldo de 31 de março de 2018, que era de R\$43 milhões, o que reflete principalmente da marcação a mercado de posições de derivativos de moeda e de commodities.

Contas a Receber (Circulante)

Em 31 de março de 2020, o saldo de contas a receber totalizava R\$202 milhões, representando um aumento de 71,8% em relação ao saldo da safra anterior, que reflete principalmente a estratégia da Companhia de otimização de vendas, com prioridade aos produtos e períodos de maior captura de valor agregado.

Em 31 de março de 2019, o saldo de contas a receber totalizava R\$118 milhões, representando uma redução de 67% em relação ao saldo de 31 de março de 2018, o qual foi de R\$356 milhões, que reflete principalmente o menor volume da operação de venda a prazo, influenciada pela redução nos volumes vendidos de açúcar e pelo maior volume de vendas de etanol.

Estoques (Circulante)

Em 31 de março de 2020, o saldo de estoques totalizava R\$2,9 bilhões, representando um aumento de 339% em relação ao saldo da safra passada, que reflete principalmente a adiantamentos de performance no montante de R\$2,6 bilhões, necessárias para o cumprimento de contratos de performance de exportação associados a obrigações em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2019, o saldo de estoques totalizava R\$671 milhões, representando um aumento de 21% em relação ao saldo de 31 de março de 2018, o qual foi de R\$555 milhões, que reflete principalmente a adiantamentos de performance no montante de R\$241 milhões, necessárias para o cumprimento de contratos de performance de exportação associados a obrigações em moeda estrangeira.

Ativo Biológico

Em 31 de março de 2020, o saldo de Ativo Biológico totalizava R\$664 milhões, representando um aumento de 32,5% em relação ao da safra passada. Esta variação decorreu da atualização de premissas de valor justo do ativo biológico, sendo as principais: preços, volume e câmbio.

Em 31 de março de 2019, o saldo de Ativo Biológico totalizava R\$501 milhões, representando uma redução de 4% em relação ao saldo de 31 de março de 2018, o qual foi de R\$522 milhões. Esta variação decorreu da atualização de premissas de valor justo do ativo biológico, sendo as principais: preços, volume e câmbio.

Impostos a Recuperar (Circulante e Não-Circulante)

Em 31 de março de 2020, o saldo de impostos a recuperar totalizava R\$216 milhões, uma redução de 11,5% em relação ao saldo da safra anterior. Em 31 de março de 2019, o saldo de impostos a recuperar totalizava R\$244 milhões, uma redução de 36% em relação ao saldo de 31 de março de 2018, que totalizava R\$384 milhões. Estas reduções decorreram principalmente

da utilização/compensação de créditos fiscais federais, sendo eles PIS e COFINS.

Ativos mantidos para venda (Circulante)

Em 31 de março de 2020, o saldo de ativos mantidos para venda totalizava R\$45 milhões, uma redução de R\$175 milhões em relação ao saldo em 31 de março de 2019, que foi de R\$220 milhões, R\$217 milhões a maior em relação ao saldo em 31 de março de 2018, que foi de R\$3 milhões.

A redução verificada entre 2020 e 2019, deve-se ao fato da conclusão da venda das usinas do Polo Nordeste Estivas e Giasa.

O aumento verificado entre 2018 e 2019, deve-se ao fato de que em 20 de setembro de 2018, a Companhia firmou um acordo com Pipa Agroindustrial Ltda. para alienação da totalidade do capital social da Usina Estivas Ltda., sua controlada, pelo montante de R\$203,6 milhões. Esses ativos foram mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social (Não Circulante)

Em 31 de março de 2020, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos totalizaram R\$873 milhões, representando um aumento de 116% em relação ao exercício anterior, que decorreu principalmente do aumento do reconhecimento de impostos sobre diferenças temporárias no exercício, em particular do valor justo sobre o ativo biológico, valorização a mercado dos instrumentos financeiros e variação cambial não realizada.

Em 31 de março de 2019, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos totalizaram R\$404 milhões, representando um aumento de 47% em relação ao exercício encerrado em 31 de março de 2018, o qual foi de R\$276 milhões. Esta variação decorreu principalmente do aumento do reconhecimento de impostos sobre diferenças temporárias no exercício, em particular do valor justo sobre o ativo biológico, valorização a mercado dos instrumentos financeiros e variação cambial não realizada.

Direito de Uso de Ativos de Operações de Arrendamento (Não Circulante)

Em 1º de abril de 2019, a Companhia fez a adoção do novo pronunciamento técnico contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, que alterou a contabilização de contratos de arrendamento mercantil e de parcerias agrícolas, que passaram a ter tratamento equivalente ao de financiamentos relacionados à aquisição de direitos de uso de ativos.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia registrou em 31 de março de 2020 o valor de R\$1,6 bilhão que correspondem ao direito de uso dos contratos vigentes. O montante equivale ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes, que terão seus saldos amortizados conforme os prazos definidos (período entre 1 a 10 anos).

Ativo Imobilizado (Não Circulante)

Em 31 de março de 2020, o ativo imobilizado totalizava R\$3,5 bilhões, uma redução de 4,5% em relação ao saldo da safra passada. Esta redução decorreu principalmente da conclusão das vendas das usinas do Polo Nordeste Estivas e Giasa.

Em 31 de março de 2019, o ativo imobilizado totalizava R\$3,6 bilhões, uma redução de 11% em relação ao saldo de 31 de março de 2018, o qual foi de R\$4,1 bilhões. Esta redução decorreu principalmente da transferência dos ativos imobilizados das Usinas Estivas e Giasa

para ativos e passivos mantidos para venda e para conta de Investimentos.

Passivos

Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não-Circulante)

Em 31 de março de 2020, o endividamento bruto foi de R\$7,3 bilhões, um aumento de 22% do endividamento no final do exercício anterior. Esse resultado deve-se principalmente ao impacto da desvalorização de 33,4% do Real frente ao Dólar norte-americano sobre a parcela do endividamento denominada em dólares, no montante de R\$1,7 bilhão.

Conforme explicado nos itens 10.1 e 10.1.f.iv desse Formulário de Referência, não atendemos nosso compromisso contratual de empréstimos e financiamentos no exercício encerrado em 31 de março de 2020, mas obtivemos waiver com os credores, que consequentemente mantem os vencimentos e todas as demais condições contratuais originais. Mas devido norma contábil CPC 26, todos os empréstimos e financiamentos desses respectivos contratos são obrigados a serem reclassificados no curto prazo, independente de seus vencimentos.

Em 31 de março de 2019, o endividamento bruto foi de R\$6,0 bilhões, um aumento de 13% do endividamento no final do exercício anterior. Esse resultado deriva resultado principalmente do impacto da desvalorização de 17,2% do Real frente ao Dólar norte-americano sobre a parcela do endividamento denominada em dólares, no montante de R\$739,5 milhões.

Em 31 de março de 2018, o endividamento bruto foi de R\$5,3 bilhões, uma redução de 16% do endividamento no final do exercício anterior, o qual foi de R\$6,3 bilhões. Esse resultado deriva das amortizações líquidas no montante de R\$1,2 bilhão, que foi compensado pelos efeitos da desvalorização de 4,9% do Real frente ao Dólar norte-americano sobre a parcela do endividamento denominada em dólares, no montante de R\$212 milhões.

Passivos de Operações de Arrendamento (Circulante e Não Circulante)

Em 1º de abril de 2019, a Companhia fez a adoção do novo pronunciamento técnico contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, que alterou a contabilização de contratos de arrendamento mercantil e de parcerias agrícolas, que passaram a ter tratamento equivalente ao de financiamentos relacionados à aquisição de direitos de uso de ativos.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia registrou em 31 de março de 2020 o valor de R\$1,7 bilhão que correspondem a valores remanescentes dos contratos de arrendamento vigentes, trazidos a valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção, não considerando possíveis efeitos de PIS e COFINS.

Adiantamento de Clientes no Exterior (Circulante e Não-Circulante)

Em 31 de março de 2020, o saldo de adiantamento de clientes no exterior totalizou R\$3,2 bilhões, representando um aumento de 297% em relação ao saldo da safra passada, devido principalmente a adiantamentos de performance no montante de R\$2,6 bilhões, necessárias para o cumprimento de contratos de performance de exportação associados a obrigações em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2019, o saldo de adiantamento de clientes no exterior totalizou R\$809 milhões, representando uma redução de 28% em relação ao saldo em 31 de março de 2018, que totalizou R\$1,1 bilhão. Esta redução corresponde majoritariamente à liquidação do saldo de adiantamentos com partes relacionadas mediante o recurso obtido com o AFAC na safra

2017/18.

Fornecedores (Circulante e Não-Circulante)

Em 31 de março de 2020, o saldo de fornecedores totalizou R\$805 milhões, 23% superior ao da safra passada, devido ao aumento dos prazos de pagamento com fornecedores, alinhado com as iniciativas visando reduzir as necessidades de capital de giro.

Em 31 de março de 2019, o saldo de fornecedores totalizou R\$654 milhões, 10% inferior ao da safra passada. Em 31 de março de 2018, o saldo de fornecedores totalizou R\$730 milhões, representando uma redução de 8% em relação ao saldo de 31 de março de 2017, o qual foi de R\$795 milhões. Estas reduções devem-se principalmente a liquidação de contratos de performance com partes relacionadas que estavam em aberto, bem como o impacto do menor preço de cana adquirida de terceiros por conta da redução do consecana.

Instrumentos Financeiros Derivativos (Circulante e Não Circulante)

Em 31 de março de 2020, o saldo de instrumentos financeiros derivativos totalizava R\$603 milhões, representando um aumento de 261% em relação ao saldo da safra anterior, que reflete principalmente da marcação a mercado de posições de derivativos de moeda.

Em 31 de março de 2019, o saldo de instrumentos financeiros derivativos totalizava R\$167 milhões, representando um aumento de 196% em relação ao saldo de 31 de março de 2018, que era de R\$56 milhões, o que reflete principalmente da marcação a mercado de posições de derivativos de moeda.

Patrimônio Líquido

Em 31 de março de 2020, apresentamos patrimônio líquido negativo no valor de R\$1,0 bilhão, 292% inferior ao da safra passada, devido principalmente aos prejuízos do exercício de R\$1,5 bilhão.

Em 31 de março de 2019, o patrimônio líquido totalizou R\$533 milhões, 67% inferior em relação ao exercício encerrado em 31 de março de 2018, o qual foi de R\$1,6 bilhão, devido principalmente aos prejuízos do exercício de R\$1,2 bilhão.

Análise dos Fluxos de Caixa

Abaixo foram listadas todas as linhas de nosso fluxo de caixa consolidado, com a correspondente comparação entre as posições em 31 de março de 2020, 31 de março de 2019 e 31 de março de 2018:

Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	31/03/2020	31/03/2019	%	31/03/2018	%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIV. OPERACIONAIS					
Resultado do período	(1.551.248)	(1.199.130)	29,4%	(1.269.875)	-5,6%
Itens que não afetam o caixa	3.258.339	2.567.157	26,9%	2.309.224	11,2%
Depreciação e amortização	1.898.027	1.455.132	30,4%	1.498.830	-2,9%
Perdas (ganhos) de venda do ativo biológico	(222.448)	22.434	-1091,6%	352.504	-93,6%
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos	2.215.369	1.139.728	94,4%	696.144	63,7%
Resultado de operações de hedge	17.160	191.300	-91,0%	134.934	41,8%
Resultado de IR e CS diferidos	(477.113)	(195.141)	144,5%	(440.526)	-55,7%
Outros itens que não afetam o caixa	(172.656)	(46.296)	272,9%	67.338	-168,8%
Redução/(aumento) de ativos	(2.707.926)	38.168	-7194,8%	359.151	-89,4%
Aumento/(redução) de passivos	3.375.886	(388.153)	-969,7%	(1.670.767)	-76,8%

Dividendos recebidos	-	-	0,0%	-	0,0%
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(483.198)	(379.669)	27,3%	(459.295)	-17,3%
Caixa gerado (aplicado) pelas ativ. operacionais	1.891.853	638.373	196,4%	(731.562)	-187,3%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIV. DE INVESTIMENTO					
Adições ao ativo imobilizado	(678.306)	(696.929)	-2,7%	(613.704)	13,6%
Adições ao ativo biológico	(470.081)	(493.481)	-4,7%	(479.856)	2,8%
Adições ao intangível	(10.747)	(1.562)	588,0%	(3.497)	-55,3%
Redução (aumento) de aplicações financeiras	89.206	320.288	-72,1%	(315.377)	-201,6%
Redução (aumento) de invest. (prov. para perda em invest.)	569	116	390,5%	(222)	-152,3%
Adição de contratos de arrendamento	(2.089.251)	-	-100,0%	-	0,0%
Baixa de contratos de arrendamento	-	-	0,0%	-	0,0%
Caixa gerado (aplicado) nas ativ. de investimento	(3.158.610)	(871.568)	262,4%	(1.412.656)	-38,3%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIV. DE FINANCIAMENTO					
Adiantamento para futuro aumento de Capital	-	-	0,0%	3.459.250	-100,0%
Gastos com oferta pública / emissão de novas ações	-	-	0,0%	(10.263)	-100,0%
Aporte de acionistas	-	210	-100,0%	-	100,0%
Captação de empréstimos e financiamentos	4.408.209	3.442.818	28,0%	3.381.435	1,8%
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(4.723.709)	(3.550.813)	33,0%	(4.619.550)	-23,1%
Adições de operações de arrendamento	2.089.397	-	100,0%	-	0,0%
Baixa de operações de arrendamento	-	-	0,0%	-	0,0%
Pagamento de operações de arrendamento	(521.309)	-	-100,0%	-	0,0%
Caixa gerado (aplicado) nas ativ. de financiamento	1.252.588	(107.785)	-1262,1%	2.210.872	-104,9%
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	(14.169)	(340.980)	-95,8%	66.654	-611,6%
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	1.189.112	1.530.092	-22,3%	1.463.438	4,6%
Caixa e equiv. de caixa no fim do exercício	1.174.943	1.189.112	-1,2%	1.530.092	-22,3%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Atividades operacionais

O caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$1,9 bilhão no exercício encerrado em 31 de março de 2020, o que se compara ao caixa gerado de R\$638 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2019 e ao caixa aplicado de R\$731 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2018. Esses desempenhos estão associados principalmente à adoção da norma contábil de IFRS16 no ano safra de 19/20.

Atividades de investimentos

O caixa aplicado nas atividades de investimento foi de R\$3,2 bilhões no exercício encerrado em 31 de março de 2020 comparado aos caixas aplicados de R\$872 milhões e de R\$1,4 bilhão nos exercícios encerrados em 31 de março de 2019 e 31 de março de 2018 respectivamente, explicados principalmente pelas variações nas aplicações financeiras e à adoção de da norma contábil de IFRS16 no ano safra de 19/20.

Atividades de financiamento

O caixa gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$1,3 bilhão no exercício encerrado em 31 de março de 2020 comparado ao caixa aplicado de R\$108 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2019 e ao caixa gerado de R\$2,2 bilhões no exercício encerrado em 31 de março de 2017. Essas variações decorrem principalmente da adoção de da norma contábil de IFRS16 no ano safra de 19/20 e do montante de R\$3.459 milhões do Adiantamento para Futuro

Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo acionista controlador no ano safra de 2017/18 no âmbito do processo de aumento de capital.

10.2.a. resultados das nossas operações:

10.2.a.i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita de venda de bens no curso normal das nossas atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de venda é reconhecida quando existe evidência convincente de que (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, (iv) de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua execução.

Para os contratos de venda faturada e não entregue (bill and hold sales), em que a entrega da mercadoria é postergada a pedido do comprador, a receita é reconhecida quando (i) o comprador passa a deter a propriedade, (ii) o comprador forneça instruções específicas relacionadas à entrega, (iii) as condições de pagamento sejam as usualmente praticadas pela Companhia e (iv) o produto esteja no estoque da Companhia identificado e pronto para entrega ao comprador.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de termo de vendas internacionais (International Commercial Term ou “incoterms”) do contrato.

Nossas receitas líquidas decorrem, principalmente, da (i) venda de etanol e açúcar, para o mercado interno e externo; (ii) venda de energia elétrica, para o mercado interno; e (iii) venda de commodities para o cumprimento de contratos de performance de exportação. Nesse sentido, nossas receitas líquidas são impactadas pelos volumes vendidos dos produtos relacionados anteriormente e pelos seus respectivos preços.

Em relação à receita de açúcar e especificamente aos preços desse produto, nossa política Financeira e de Gestão de Riscos determina que até 31 de março de cada exercício tenhamos contratado proteção (hedge) para um percentual que corresponda entre 60% e 100% da nossa exposição líquida do exercício seguinte a preços de açúcar. Podemos ainda proteger nossa exposição a taxas de câmbio seguindo a mesma proporção dos hedges de preços do açúcar, observando um limite de desvio determinado pela nossa Comissão de Riscos.

Neste contexto, em 31 de março de 2020, nossa posição de operações de hedge para o exercício a ser encerrado em 31 de março de 2021 era um volume de 811 mil toneladas de açúcar protegidos por contratos de hedge (ou “hedgeado”) ao preço de 13,67 cUS\$/lb, que representava cerca de 85,4% da nossa exposição e um volume de US\$266 milhões ao preço de R\$4,253/US\$.

10.2.a.ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Fatores climáticos afetam a produtividade de nosso canavial e consequentemente podem impactar materialmente nossos resultados operacionais.

Exercício social encerrado em 31 de março de 2020

No exercício social encerrado em 31 de março de 2020, a produtividade média do canavial medida pelo TCH (tonelada de cana por hectare) atingiu 82,9 ton/ha, um aumento de 3,5% na comparação com o exercício social anterior. Esses resultados são explicados principalmente condições climáticas mais favoráveis no período de formação do canavial (janeiro a março), principalmente no Polo RP Norte, parcialmente compensadas pela geada que atingiu a região do Polo Mato Grosso do Sul.

Em contrapartida, o ATR Cana foi de 1280,0 kg/ton na safra 19/20, 2,1% inferior em relação à safra 18/19. Esses resultados refletem principalmente os impactos da seca na safra passada, que favorecem a concentração no conteúdo de açúcar.

Exercício social encerrado em 31 de março de 2019

No exercício social encerrado em 31 de março de 2019, a produtividade média do canavial medida pelo TCH (tonelada de cana por hectare) atingiu 73,8 ton/ha, uma redução de 4,7% na comparação com o exercício social anterior. Esses resultados são explicados principalmente pelo menor volume de chuvas no período de formação do canavial nos Polos RP Norte e RP Sul.

Em contrapartida, o ATR Cana foi de 130,9 kg/ton na safra 18/19, 1,7% superior em relação à safra 17/18. Esses resultados refletem principalmente a continuidade das boas práticas agrícolas como o manejo do canavial e a adequação do perfil varietal.

Exercício social encerrado em 31 de março de 2018

No exercício social encerrado em 31 de março de 2018, a produtividade média do canavial medida pelo TCH (tonelada de cana por hectare) atingiu 77,4 ton/ha, representando uma redução de 0,7% na comparação com o exercício social anterior. Essa redução é explicada principalmente pelo menor volume de chuvas no período de formação do canavial na região do Estado de São Paulo, o que provocou a redução de produtividade dos canaviais no Polo Agroindustrial de Ribeirão Preto (RP). Essa redução foi parcialmente compensada pelo aumento de produtividade no Polo Mato Grosso do Sul (MS), que apresentou crescimento de 3,0% e atingiu 83,4 ton/ha na safra. O teor de ATR Cana consolidado foi de 128,8 kg/ton, uma redução de 0,2% e praticamente em linha com a safra anterior. A manutenção do ATR Cana reflete principalmente a continuidade das boas práticas agrícolas como o manejo do canavial e a adequação do perfil varietal.

10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os nossos principais produtos estão expostos às variações dos preços de commodities, taxa de câmbio, além de outros índices.

As receitas de açúcar e das exportações, além dos custos de aquisição de alguns insumos e dos custos de aquisição da cana-de-açúcar de terceiros, estão diretamente ou indiretamente atreladas à cotação do Dólar norte-americano e, conseqüentemente, sofrem impactos da variação cambial. Visamos minimizar esses impactos por meio de contratação de instrumentos derivativos, em conformidade com a nossa Política Financeira e de Gestão de Riscos.

Já as receitas de etanol, sob a atual política de preço de gasolina praticada pela Petrobrás, sofrem influência: (i) da cotação dos derivativos de Petróleo e da cotação do Dólar norte-americano, e (ii) da oferta e demanda de etanol no mercado doméstico, sendo esta uma função da demanda de combustíveis, competitividade dos preços finais de etanol frente a gasolina,

tamanho de safra, *mix* de produção entre açúcar e etanol, fluxos de importação e exportação.

Historicamente, a receita da Companhia não sofre impacto relevante da inflação.

Adicionalmente, como indicado no item 10.2.a.ii acima, fatores climáticos têm influência direta na produtividade agrícola e na qualidade da cana-de-açúcar, com o consequente impacto no nosso volume de produção e receita.

10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

Além dos fatores que impactam a nossa receita mencionados acima, que também influenciam nosso resultado operacional, alguns dos insumos necessários para a produção agrícola como defensivos químicos, fertilizantes, entre outros, têm seus preços atrelados ao Dólar norte-americano, razão pela qual a variação cambial pode ter impacto em nosso resultado operacional. Buscamos minimizar este impacto por meio de nossa Política Financeira e de Gestão de Riscos. Os demais custos podem sofrer influências dos índices de inflação, afetando diretamente os nossos resultados. Além disso, o custo de aquisição da cana-de-açúcar de terceiros é corrigido pelo CONSECANA do Estado de São Paulo, que sofre influência da cotação do açúcar, etanol e da variação cambial.

Adicionalmente, nosso resultado financeiro está sujeito a (i) variação cambial relacionada à parcela da dívida denominada em Dólares norte-americanos; (ii) variação cambial, que tem impacto em nosso resultado financeiro em decorrência dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção cambial e não designados como Hedge Accounting; e (iii) taxas de juros (como por exemplo LIBOR, CDI e TJLP), tendo em vista os instrumentos de dívidas que possuímos vinculados a tais índices.

10.3.a. introdução ou alienação de segmento operacional.

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional. Portanto, não houve efeitos relevantes em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

10.3.b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 3 de janeiro de 2017, aprovamos a dissolução da controlada Biosev Bioenergia Limited, localizada nas Ilhas Cayman, sem que a referida dissolução tenha causado ou venha a causar efeito relevante nas nossas demonstrações financeiras.

Em 20 de dezembro de 2017, a Biosev Bioenergia S.A. firmou um contrato com a STA Holding Ltda., R.F.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. e a Pioneiros Participações Ltda. para a venda das quotas sociais por ela detidas na Crystalsev Comércio e Representações Ltda. A efetivação de referida alienação, mediante a transferência da titularidade das quotas sociais para as compradoras, está condicionada ao cumprimento de algumas condições precedentes, dentre as quais: (i) a exclusão da exigência contida no Contrato Social da Crystalsev, nos parágrafos 7º e 8º do artigo 5º, a qual prevê que os sócios devem ser pessoas jurídicas que exerçam a atividade de produção de açúcar e álcool; (ii) a renúncia expressa ou o não exercício do direito de preferência pelos demais sócios no prazo contratual após o envio de notificação pela Crystalsev; e (iii) a liberação de todo e qualquer gravame que possa recair sobre as ações representativas do capital social da Sociedade Operadora Portuária de São Paulo S.A. - SOP e o cancelamento do processo de arrolamento nº 15.954.720.006/2015-90. Em 13 de agosto de 2018, foi homologada a redução do capital social da Crystalsev, o qual foi reduzido no montante de R\$49.270, passando de R\$230.852 para R\$181.582, mediante o cancelamento de 49.270.274 quotas sociais ao valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, proporcionalmente à participação societária detida por cada um dos sócios. Esta redução de capital e o cancelamento proporcional de quotas foram implementados mediante a entrega pela Crystalsev aos seus sócios (i) da totalidade da participação societária que a Crystalsev detém na SOP, no montante de R\$49.270, conforme atualizado, representados por 22.265.937 ações representativas de 85% do capital social da SOP; e (ii) R\$0,79 centavos de reais em moeda corrente nacional. A distribuição de ações da SOP pela Crystalsev e a restituição do valor em dinheiro aos sócios observou a proporção de participação societária detida por cada um dos sócios na Crystalsev. Em março de 2020, o processo de alienação acima referenciado encontra-se em andamento. A administração não acredita que referida alienação tenha causado ou venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.3.c. Eventos ou operações não usuais.

Venda da Unidade Industrial Estivas (RN)

Em 20 de setembro de 2018, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avencas estabelecendo o compromisso de venda da totalidade do capital social da Usina Estivas Ltda., controlada da Biosev S.A., à Pipa Agroindustrial Ltda., sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob n.º 21.730.100/0001-43, controlada por um fundo de investimento administrado pela Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A., após o aporte na Usina Estivas Ltda. dos ativos, direitos, obrigações e responsabilidades que compõem o estabelecimento comercial localizado no Município de Arez, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 15.527.906/0008-02 (unidade filial Estivas). Nas demonstrações financeiras do exercício social findo 30 de setembro de 2018, os ativos da usina foram reclassificados contabilmente de ativos

e passivos para as linhas de mantidos para venda, sendo esse um efeito não caixa. No exercício social findo 31 de março de 2019, os ativos da usina estavam sendo classificados em mantidos para venda. A conclusão da venda foi feita em 30 de agosto de 2019. Portanto no exercício social findo em 31 de março de 2020, os ativos da usina foram baixados das contas contábeis e reconhecidas no resultado.

10.4. Os diretores devem comentar:

10.4.a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos e as orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

10.4.a.i Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia em 2020.

a.1) As alterações publicadas referente aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9 – correlacionado as normas internacionais IASB – International Accounting Standards Board - tratam essencialmente da "Reforma da taxa de juros de referência" ou "IBOR Reform".

Essa reforma se deve a descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate – LIBOR (USD Libor, JPY Libor, CHF Libor e GBP Libor) como taxa de juros referenciais após 2021, sobretudo devido à vulnerabilidade à manipulação ou erros dos bancos, uma vez que a taxa é apurada com base na média interbancária a qual os principais bancos podem se refinarciar mutuamente.

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia em 2019.

a.1) As alterações publicadas referente às normas existentes para o CPC 06 / IFRS16 e IFRIC 23 são obrigatórias para o exercício iniciado a partir de 01 de abril de 2019, e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. Não houve adoção antecipada e os impactos da adoção serão apresentados no primeiro trimestre da safra 2019/2020.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 16 / CPC 06 (R2)	"Leases" o IFRS 16 que substituirá o IAS 17 e interpretações relacionadas, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos (leases).	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Esta norma determina essencialmente que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, assim contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

A IFRS 16 também exige o reconhecimento de uma taxa de depreciação relacionada aos ativos de direito de uso e uma despesa de juros sobre os passivos de arrendamento, em comparação ao reconhecimento da despesa de arrendamento operacional ou custo de aluguel em uma base linear durante o prazo da locação com base em requisitos prévios.

A Companhia adotará a norma em 01 de abril de 2019 usando uma abordagem retrospectiva modificada que resulta na aplicação prospectiva da norma. A abordagem retrospectiva modificada não requer a atualização das informações contábeis do período anterior.

Na adoção do IFRS 16, a Companhia reconhecerá os passivos de arrendamento em relação aos contratos que atendem a definição de arrendamento, de acordo com os princípios da nova norma. Esses passivos serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados com base na taxa de empréstimo incremental em 01 de abril de 2019. Os ativos associados ao direito de uso serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento em 01 de abril de 2019, sem impacto nos lucros acumulados.

Na avaliação de impactos para adoção da norma ainda encontra-se em discussão se contratos de parceria agrícola deverão fazer parte do escopo.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRIC 23	Imposto de Renda - Contabilização de incertezas sobre tratamentos fiscais: requer a análise se a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela Companhia. Se provável, a Companhia deverá reconhecer o valor conforme a declaração de imposto de renda, em caso contrário a Companhia reconhecerá um valor diferente das declarações de imposto de renda, de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Esta interpretação tem como objetivo esclarecer como avaliar as incertezas na contabilização dos tributos sobre o lucro quando a legislação aplicável não estiver clara. A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças materiais que produzam impacto em suas demonstrações financeiras.

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia em 2018.

As alterações publicadas referente às normas existentes para o CPC 47 / IFRS15 e CPC 48 / IFRS 9 são obrigatórias para o exercício iniciado a partir de 01 de janeiro de 2018. A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por essas normas, conforme detalhado a seguir:

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 15 / CPC 47	"Reconhecimento de Receitas" o IFRS 15 requer que o reconhecimento de receita seja realizado de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

	desses bens ou serviços.	
--	--------------------------	--

A Companhia avaliou todas as etapas da nova norma. Com base nestas análises, não identificou impactos materiais de mensuração na aplicação desta norma, considerando que todos os critérios de reconhecimento da receita já são atendidos e não há obrigações de desempenho posteriores a entrega dos bens, sendo assim, a Companhia satisfaz à obrigação de desempenho quando da transferência do produto ao cliente tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9 / CPC 48	"Instrumentos Financeiros" o IFRS 9 mantém, mas simplifica o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A norma define apenas um modelo de redução do valor recuperável e reformulou o modelo para hedge accounting.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas até o fechamento destas demonstrações financeiras, o impacto mapeado esperado tanto para a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PCLD"), na rubrica de clientes, quanto para o valor dos nossos recebíveis, na rubrica das Contas a Receber, será imaterial.

Para os demais instrumentos financeiros não identificamos impacto em relação a atual estrutura de instrumentos financeiros da Companhia.

10.4.b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A partir de 1º de abril de 2019, a Companhia adotou o CPC 06 (R2)/IFRS 16, optando pela abordagem retrospectiva modificada que resulta na aplicação prospectiva da norma. A abordagem retrospectiva modificada não requer a atualização das informações contábeis de períodos anteriores.

Para os contratos existentes na data da adoção inicial foram reconhecidos o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente de arrendamento pelo mesmo montante mensurado a valor presente das obrigações futuras previstas em contrato, reconhecidos de forma bruta em relação ao PIS e COFINS.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento.

O valor presente dos passivos de arrendamento foi calculado utilizando a taxa de juros incremental, considerando o prazo contratual.

Após a data de início, o passivo de arrendamento de contratos de parceria agrícola e arrendamento que contém variação, será remensurado para refletir a alteração nos pagamentos de arrendamento. Essa remensuração será reconhecida como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia aplicou a isenção prevista na norma para o não reconhecimento do direito de uso e do passivo de arrendamento para ativos de baixo valor e contratos com prazo inferior a 12 meses. Para esses contratos, a Companhia continuará a reconhecer a despesa de arrendamento em uma base linear.

A partir de 1º de abril de 2018, a Companhia adotou o “CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes” e o “CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato de clientes que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, no entanto essa adoção não gerou qualquer alteração nos montantes anteriormente reconhecidos como receita, considerando que todos os critérios de reconhecimento da receita já eram atendidos pelo IAS 18 (CPC 30) e não há obrigações de desempenho posteriores a entrega dos bens, sendo assim, a Companhia satisfaz à obrigação de desempenho quando da transferência do produto ao cliente tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O novo pronunciamento inclui novas regras sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros, bem como a redução ao valor recuperável (impairment) e novas práticas para a contabilidade de hedge (hedge accounting), que estão simplificados abaixo:

Classificação e mensuração – a IFRS 9 estabelece que os ativos financeiros deverão ser classificados e mensurados em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio de resultados (VJR). As categorias de: mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, que faziam parte do escopo do IAS 39, foram retiradas.

Redução ao valor recuperável (Impairment) – o modelo de “perdas incorridas” é substituído por um modelo de “perdas de créditos estimadas”, onde não se faz mais necessário que um evento de perda ocorra antes do reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável. O modelo utiliza abordagem dupla, em que a provisão será mensurada para perdas de crédito esperadas para 12 meses ou para vida inteira do ativo.

Contabilização de Hedge – foi incluído um novo modelo de contabilidade de hedge geral, que não altera, porém fundamentalmente os tipos de relacionamento de hedge ou requisitos para mensuração e reconhecimento de ineficácia.

Em 31 de março de 2018 não houve efeitos significativos nas práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios anteriores apresentados.

10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios do auditor independente referentes às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de março de 2020, 31 de março de 2019 e 31 de março de 2018 foram emitidos sem ressalvas.

O relatório do auditor independente sobre as nossas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de março de 2020 foi emitido com a seguinte ênfase:

Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas têm realizado transações em montantes significativos com partes relacionadas do Grupo Louis Dreyfus Company. Os efeitos no resultado dessas transações e os correspondentes ativos e passivos estão divulgados na nota explicativa nº 20 às demonstrações contábeis. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto.

O relatório do auditor independente sobre as nossas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de março de 2019 foi emitido com a seguinte ênfase:

Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas têm realizado transações em montantes significativos com partes relacionadas do Grupo Louis Dreyfus Company. Os efeitos no resultado dessas transações e os correspondentes ativos e passivos estão divulgados na nota explicativa nº 19 às demonstrações contábeis. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto.

O relatório do auditor independente sobre as nossas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de março de 2018 foi emitido com a seguinte ênfase:

Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas têm realizado transações em montantes significativos com partes relacionadas do Grupo Louis Dreyfus Company. Os efeitos no resultado dessas transações e os correspondentes ativos e passivos estão divulgados na nota explicativa nº 18 às demonstrações contábeis. A conclusão do auditor não contém modificação relacionada a este assunto.

Contrato de concessão em investimento controlado em conjunto

Conforme nota explicativa nº11 às demonstrações contábeis, a investida Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá - TEAG, investimento controlado em conjunto, opera com base em contrato de concessão com a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP" ou "Poder Concedente"), com término previsto em 08 de julho de 2018. Em 14 de julho de 2017, a investida obteve a aprovação em caráter preliminar do plano de investimentos junto à CODESP, para fins de prorrogação antecipada do contrato de concessão, todavia, até a data de aprovação das demonstrações contábeis, a investida aguarda a conclusão do processo de renovação. As demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. A conclusão do auditor não contém modificação relacionada a este assunto.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Com a finalidade de preparar as demonstrações financeiras, nossa Administração deve, no final de cada exercício, fazer uso de determinadas práticas contábeis que contemplam julgamentos e estimativas a respeito dos valores de receitas, despesas, ativos, passivos e divulgações de passivos contingentes, as quais não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as suas respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da Administração e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A seguir, apresentamos os principais julgamentos, estimativas e premissas efetuadas e utilizadas pela Administração durante a elaboração das demonstrações financeiras:

Perda estima com créditos de liquidação duvidosa

A partir de 1º de abril de 2018, com a adoção do IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros, a Companhia adotou o modelo de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), onde não se faz mais necessário que um evento de perda ocorra antes do reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável. O modelo utiliza abordagem dupla, em que a provisão será mensurada para perdas de crédito esperadas para 12 meses ou para vida inteira do ativo. A adoção desta nova metodologia não provocou impacto material no resultado e no patrimônio líquido.

O resultado da PECLD é registrado nas rubricas “Outras receitas operacionais” e “Outras despesas operacionais”, na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa” são revertidos contra a baixa definitiva do título e registrados no resultado conforme previsto pelo CPC 48.

A avaliação dos recebimentos em atraso e das perdas incorridas é realizada de acordo com o seu vencimento “aging” e vencimento de pelo menos duas safras passadas. Com isso, determinam-se os percentuais de inadimplência desde os saldos a vencer até os vencidos há mais de 365 dias.

A análise dos recebimentos em atraso e perdas incorridas é realizada anualmente a fim de atualizar os percentuais de inadimplência a serem considerados.

Para cada faixa de risco do aging, calcula-se:

$$\% \text{ PECLD} = \frac{\text{Perdas}}{(\text{Recebidos} + \text{Perdas})}$$

Onde: Perdas: é o volume de títulos com baixa definitiva referente ao período histórico analisado.

Recebidos: é o volume de títulos recebidos que estiveram na condição de vencido da respectiva faixa.

Provisão para perdas na realização de estoques

Para a constituição de provisão para perdas na realização de estoques, tomamos como base o histórico de perdas ocorridas nas movimentações físicas de mercadorias, para estimar possíveis perdas sobre os estoques existentes nas unidades Agroindustriais. Adicionalmente, registram-se provisões para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de aquisição e/ou do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Transações de compras e vendas a prazo, prefixadas, ou outros ativos e passivos, quando aplicável, são ajustados ao seu valor presente considerando seus respectivos prazos de realização. Para a apuração do cálculo a valor presente, estimamos os fluxos de caixa futuros proveniente da unidade geradora de caixa, considerando uma taxa de desconto adequada, no julgamento da Administração.

Vida útil dos bens do ativo imobilizado

Revisamos a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado anualmente, no fim de cada exercício. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Redução do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo ágio

Ao final de cada exercício, revisamos o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, calculamos o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, ocorre o aumento do valor

contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é imediatamente reconhecida no resultado, quando aplicável.

Avaliação de instrumentos financeiros e derivativos

Utilizamos técnicas de avaliação que incluem informações não baseadas em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

Na aplicação da nossa prática contábil para as operações com derivativos classificadas como proteção dos fluxos de caixa futuros, utilizamos estimativas de receitas e custos em seus períodos de realização projetados. Os resultados da marcação a mercado ou realização dos instrumentos financeiros ou derivativos designados para proteção de fluxos de caixa futuros são registrados na conta de "Outros resultados abrangentes" e reconhecidos no resultado do exercício social em que ocorrer a realização do item protegido.

Entendemos que utilizamos técnicas de avaliação e premissas adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos, bem como dispomos de ferramentas adequadas de projeção e monitoramento.

Ativo biológico

Aplicamos o tratamento contábil de ativos biológicos para a cana em pé, que é o ativo biológico consumível em conformidade ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – Agriculture.

O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecido ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade da cana-de-açúcar é de doze meses, podendo ser colhida em até dezoito meses

A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado, as principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico são as seguintes: estimativas de produção e de produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável

implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável à Companhia em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cujas exigibilidades estão sendo questionadas na esfera judicial são registrados contabilmente levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais" no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor, e no histórico de perda em casos semelhantes. A atualização das provisões ocorre mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

Imposto de renda, contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: (i) o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e (ii) diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Os impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social de exercícios anteriores é limitado a 30% e são reconhecidos contabilmente, com base na extensão em que é provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições/exclusões das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis/tributáveis na apuração do lucro tributável, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados nas datas das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

10.6.a. Descrição dos ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: (as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social)

10.6.a.i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

TEAG - Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá Ltda.

O TEAG é titular de um contrato de arrendamento de terminal portuário junto à Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP"), o qual estabelece a obrigação do TEAG de pagar, a título de arrendamento de uma parcela fixa mensal de R\$3,1137/m² sobre uma área de 74.206,410 m² equivalente a R\$231,06 mensais ou R\$2.773 anuais acrescidos de uma parcela variável mínima garantida equivalente a R\$5.328 por ano em favor da CODESP, correspondente ao valor de R\$2,8400 /ton sobre uma movimentação mínima de um milhão e quinhentas mil toneladas de mercadorias. O TEAG opera com base em contrato de concessão com a Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), com término previsto em 6 de julho de 2038.

10.6.a.i.i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

10.6.a.iii.contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços e instrumentos financeiros derivativos

Compras

O Grupo possui compromissos de compra de cana-de-açúcar de terceiros, com a finalidade de garantir parte de sua produção nas safras futuras. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é estimada com base na expectativa de produtividade das áreas onde os canaviais estão localizados. O montante a ser pago pelo Grupo é determinado no fim de cada safra, de acordo com o preço publicado pelo CONSECANA, acrescido ou deduzido de outras condições contratuais aplicáveis.

Os compromissos de compra por safra, em 31 de março de 2020, são como segue:

Safras	Consolidado		
	Quantidade de área em Hectares	Quantidade de Cana estimada (Ton)	Valor estimado
2020/2021	109.267	7.990.150	641.162
2021/2022	73.527	5.163.927	414.374
2022/2023	49.105	3.392.113	272.197
2023/2024	34.561	2.223.936	178.458
Após 2024	39.702	2.582.482	207.229
	306.162	21.352.607	1.713.420

O Grupo possui compromissos de compra de açúcar e etanol de terceiros. Em 31 de março de 2020, o volume desse compromisso é de 6.000 toneladas de açúcar (10.161 toneladas de açúcar em 31 de março de 2019), além do compromisso de compra de energia no montante de 1.048 GWh (343 GWh em 31 de março de 2019). O preço desses contratos é negociado

bilateralmente por agentes que comercializam energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Vendas

O Grupo possui diversos acordos no mercado de açúcar e etanol, por meio dos quais se compromete a vender volumes desses produtos em safras futuras. Em 31 de março de 2020, os volumes desses compromissos totalizam 1.693.385 toneladas de açúcar (1.099.374 toneladas de açúcar em 31 de março de 2019), 211.440 metros cúbicos de etanol (225.755 metros cúbicos de etanol em 31 de março de 2019), além de compromissos de fornecimento de energia, adquiridos em participação de leilões e em negociações no mercado livre de energia, os quais totalizam 7.595 GWh (7.614 GWh em 31 de março de 2019) a serem cumpridos até o ano 2035.

Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia está exposta principalmente aos riscos relacionados à variação do câmbio, das taxas de juros e dos preços das commodities agrícolas. Para proteger-se contra esses riscos de mercado, a Companhia utiliza uma variedade de instrumentos financeiros derivativos, que inclui:

- Contratos a termo, opções e futuros de câmbio para proteger itens de valor justo e fluxo de caixa contra a variação cambial;
- Contratos futuros de juros para complementar a proteção dos itens mencionados;
- Contratos de swap de juros para mitigar o risco de variação da taxa Libor;
- Contratos de swap, contratos a termo, opções e futuros de commodities para proteção de operações de estoque e entrega futura de commodities agrícolas.

Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos estão fundamentados em ferramentas de monitoramento da estratégia de hedge, tais como a análise de sensibilidade, testes de estresse e escala de hedge, que visam proteger o valor futuro das vendas de açúcar e etanol, incluindo o impacto da taxa de câmbio, bem como a exposição da taxa de juros.

O quadro a seguir demonstra os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2020:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.20	31.03.19	31.03.20	31.03.19
Gestão de risco cambial (Nota 27.1.1)	(343.960)	(132.471)	(343.959)	(132.471)
Gestão de risco de taxas de juros (Nota 27.1.2)	-	-	(27.963)	(10.261)
Gestão de risco de commodities agrícolas (Nota 27.1.3)	(5.441)	(1.016)	50.155	14.924
	(349.401)	(133.487)	(321.767)	(127.808)
Ativo circulante	225.787	23.476	225.787	39.416
Ativo não circulante	-	-	55.885	-
Passivo circulante	(575.188)	(156.963)	(586.843)	(159.518)
Passivo não circulante	-	-	(16.596)	(7.706)

10.6.a.iv.contratos de construção não terminada

Não aplicável.

10.6.a.v.contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

10.6.b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Fianças bancárias e seguros garantias

Em 31 de março de 2020, os montantes de (i) fianças bancárias são de R\$142.240 no consolidado (R\$135.160 no consolidado em 31 de março de 2019) e (ii) seguros-garantia relacionados com demandas judiciais são de R\$277.600 na controladora e R\$588.750 no consolidado (R\$251.089 e R\$347.466 em 31 de março de 2019, respectivamente).

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

10.7.a como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das nossas demonstrações financeiras

Vendas e Compras

Acreditamos que, uma vez que os compromissos mencionados no item 10.6 acima se materializem, poderemos realizar ganhos ou perdas, a depender do patamar de preço de mercado da commodity ou da cana-de-açúcar na data da liquidação do compromisso assumido.

O preço da cana-de-açúcar é indexado pelo valor do ATR publicado pelo CONSECANA, o qual, por sua vez, baseia-se nos preços do açúcar e do etanol verificado em um determinado período, de forma que eventuais variações nos preços do açúcar e do etanol poderão ser parcialmente compensadas por uma variação semelhante do preço da cana-de-açúcar, minimizando assim os riscos descritos acima.

TEAG e SOP

Tendo em vista que os montantes devidos em virtude de tais compromissos estão fixados de acordo com critérios claros e objetivos, alinhados com os nossos negócios no futuro, não acreditamos que tais compromissos possam impactar nossas receitas, despesas, resultado operacional, despesas financeiras ou outros itens de nossas demonstrações financeiras de forma diferente da prevista.

Fianças bancárias e seguros garantias

As fianças bancárias e seguros garantias se executadas poderão representar saída de caixa.

10.7.b. natureza e o propósito da operação

A natureza e o propósito das operações estão descritos acima no item 10.6 acima.

10.7.c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

A natureza e o montante das obrigações assumidas e os respectivos direitos gerados estão descritos acima no item 10.6 acima.

10.8.a. Investimentos

10.8.a.i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Construímos uma plataforma competitiva de ativos ao longo dos últimos anos, resultado de um ciclo de expansão de investimentos realizado com disciplina de capital. A partir dessa plataforma, projetamos o nosso crescimento baseado em aumento de produtividade, eficiência e redução de custos. Nesse contexto, seguiremos mantendo como prioritários os investimentos em plantio, tratos e manutenção buscando a gestão do canavial mais longo e produtivo. No exercício social encerrado em 31 de março de 2020, esses investimentos representaram 97% do total investido.

Os investimentos voltados a projetos específicos/expansão totalizaram R\$17 milhões no exercício social de 31 de março de 2020 e permanecem alinhados com a estratégia da Companhia de priorizar investimentos em plantio, tratos e manutenção industrial/agrícola.

10.8.a.ii. Fontes de financiamentos dos investimentos

Utilizamos diversas fontes de recursos para o financiamento de nossos investimentos tais como linhas de crédito com bancos comerciais de primeira linha e linhas de financiamento com bancos de desenvolvimento, tanto no Brasil quanto no exterior. Para mais informações sobre nossas fontes de financiamento, vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.8.a.iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Conforme divulgado nos Fatos Relevantes de 20 de setembro de 2018 e 30 de agosto de 2019, a Companhia concluiu a celebração de compromisso de venda da usina Estivas, localizada no município de Arez, Estado do Rio Grande do Norte.

10.8. b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há operações de aquisições plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que já tenham sido divulgadas e devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

10.8. c. novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos e serviços; iii. Projetos em desenvolvimentos já divulgados; iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas ou projetos em desenvolvimento, nem efetuou gastos com o desenvolvimento de novos produtos e serviços.

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outras informações, além das já prestadas, que julgamos ser relevantes nesse tópico.